

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

**Processos de organização na economia informal em Cabo Verde:  
estudo de caso sobre a Associação de Artesãos de Mindelo CAMIN**

**Magdalena Anna Bialoborska**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Estudos Africanos

**Orientador:**  
Doutor Carlos Manuel Mira Godinho Fernando Lopes, Investigador Associado,  
Centro de Estudos Africanos – ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Junho, 2013

## **Agradecimentos**

Ao meu orientador, Professor Carlos M. Lopes, pelas indicações sempre concretas, sucintas e exactas. Pela confiança que me deu desde o início, tanto na escolha da direcção do estudo, como durante a escrita deste texto. Pela oportunidade que me proporcionou, incluindo na equipa de investigação do projecto por si coordenado – um grande obrigado.

Aos professores que durante o mestrado despertaram o meu interesse pelas várias áreas, alargando as possibilidades de descrição e de interpretação dos factos e fenómenos. Um obrigado especial ao Professor Eduardo Costa Dias pelos diversos incentivos. À Professora Cristina Rodrigues, obrigada pela conversa na fase em que a quantidade de dados parecia inordenável. Ao César Alves pela disponibilidade que tinha para ler este trabalho e corrigir o português. À Ana Filipa Oliveira pela escrupulosa revisão da versão definitiva. Ao Suzano Costa pelas dicas muito úteis, vários materiais e contactos.

Em Cabo Verde, a todos os artesãos de São Vicente que me dedicaram o seu tempo, responderam a questões, partilharam as suas experiências, os seus medos, os seus planos, os seus sonhos. Principalmente à Maria Filomena Lima Ramos, Presidente da Associação CAMIN, pelo seu acolhimento e todas as informações que partilhou comigo. Ao Ilidio Lopes pela companhia, que facilitou a pesquisa de terreno, e pelas conversas que me ajudaram a criar uma imagem mais completa da vida e dos problemas dos artesãos. Ao Manuel Fortes, director do Centro Nacional de Artesanato e Design, por disponibilizar o espaço para trabalhar no CNAD, pelas conversas importantes no Mindelo e em Lisboa. Ao Luís Baptista pela apresentação da visão mais crítica da realidade e pela inspiração para um novo projecto. Ao Leão Lopes pelo tempo que dedicou a responder às minhas questões. À Mami Estrela pela conversa importante, convite que nunca mais irei esquecer, e disponibilidade em responder a todos os meus mails. À ADEI São Vicente, especialmente à Carina Pires por todas as informações e pelas respostas imediatas às questões que surgiram depois do regresso a Lisboa. À “minha família” no Mindelo: D. Augusta Lima Ramos, Sr. Juvêncio Lopes Moreira e também ao Hugo e Ricardo, por me receberem com tanto carinho e por tolerarem as minhas ausências prolongadas e a minha correria constante.

Quero também agradecer aos meus amigos, para os quais não tive tempo suficiente nos últimos meses, pela compreensão e apoio: Isabel Amaro, Helena Palma, Susana Silva, Liliana Azevedo, Waty Barbosa, Ângelo Torres, Paula Loureiro, Calú Moreira. Á Cátia Bessa, Graça Guerra e Lígio Vale obrigada por me proporcionarem as condições para escrever algumas das partes deste trabalho.

Um obrigado especial à minha Mãe e ao TymeK, por tudo. E, finalmente, o obrigado mais importante: à Lua, esta menina incrível, tão madura e independente, que aceita com humor a mãe que tantas vezes, perdida nos seus pensamentos, não ouve as coisas importantes.

Dla mojej Kochanej Mamy

## Resumo

A economia informal, inicialmente considerada como um fenómeno transitório, ao longo das últimas décadas tornou-se um elemento importante da realidade contemporânea. Com um peso especial nos países em desenvolvimento, envolve um número significativo de pessoas, proporcionando diversas consequências, tanto para os Estados como para os milhares de trabalhadores que fazem parte deste sector. Os processos de organização na economia informal têm como objectivo, entre outros, ampliar a voz dos representantes do sector, levando à procura mais eficaz de soluções para a situação prejudicada em que se encontram, na maioria dos casos não por sua escolha, mas por falta de outra opção.

A dissertação, composta por duas partes, analisa, na base da investigação documental e pesquisa de terreno, os processos de organização, relativamente recentes e em progresso contínuo, entre os trabalhadores informais em Cabo Verde. Esta primeira tentativa de sistematização dos materiais recolhidos faz parte do enquadramento alargado, que serve como pano de fundo para o estudo de caso de uma organização constituída no meio artístico da cidade do Mindelo, considerada como capital cultural de Cabo Verde.

A Associação de Artesãos de Mindelo CAMIN foi criada, em Julho de 2012, para responder à necessidade de melhorar as condições de trabalho, e de vida, das pessoas que fizeram da criação de artesanato a sua profissão e daí obtêm os rendimentos que garantem a sua subsistência e a das suas famílias. Especialmente vulneráveis, pela dupla dimensão dos problemas com os quais têm que lidar, esperam que como grupo organizado, consigam resolvê-los.

**Palavras chave:** economia informal, organizações na economia informal, Cabo Verde, São Vicente, artesãos.

## **Abstract**

The informal economy, initially considered as a temporal phenomenon, became an important element of contemporary reality during the last decades. It has an especial weight in developing countries, evolving a significant number of people and causing different consequences for the State and also for thousands of workers who are part of this sector. The processes of organization in the informal economy pretend, among many other aims, to amplify the voice of the representatives of the sector, leading to searching solutions for the difficult situation in which they are, normally not by choice, but because of the lack of other options.

This dissertation, composed of two parts, analyses on the basis of the documental investigation and field research, the processes of organization, relatively recent and in constant progress, among informal workers in Cape Verde. This first attempt to systematize the materials collected constitutes a part of the vast background which serves as a framework for the case study of an organization constituted in the artistic world of Mindelo City, considered as the capital cultural of Cape Verde.

The Association of the Artisans of Mindelo CAMIN, was created in July of 2012, to attempt to resolve the problems of the conditions of work and, automatically, of life of people who chose the arts and crafts creation as their profession and their livelihood, as well as that of their families, depending on the means they get from that. Especially vulnerable, because of the dual dimension of the problems which they have to deal with, they hope to be able to resolve them as an organized group.

**Key words:** informal economy, organizations in the informal economy, Cape Verde, São Vicente, artisans.

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	1
1. Estrutura .....	5
2. Opções metodológicas .....	6
2.1. Trabalho de campo.....	10
I ENQUADRAMENTO .....	15
1. Teoria .....	15
1.1. Economia informal.....	15
1.2. Organizações e representação na economia informal .....	19
2. Espaço.....	23
2.1. Cabo Verde .....	24
2.2. Ilha de São Vicente e Cidade de Mindelo .....	30
3. Teoria no espaço .....	35
3.1. Economia informal em Cabo Verde .....	35
3.1.1. Mudanças no Sistema Nacional de Protecção Social .....	40
3.1.2. Sistema de microfinanças e o Novo Banco.....	41
3.2. Processos de organização na economia informal em Cabo Verde .....	42
3.2.1. Iniciativas do Estado.....	44
3.2.2. Propostas dos sindicatos dos trabalhadores do sector formal .....	47
3.2.3. As iniciativas dos trabalhadores informais .....	49
4. Completando o pano de fundo: artesanato. Reflexões soltas .....	50
4.1. Artesanato em Cabo Verde .....	50
4.2. Artesanato e artesãos no Mindelo .....	55
II ESTUDO DE CASO. ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS DE MINDELO CAMIN .....	59
1. CAMIN é caminho.....	59
1.1. A caminho da CAMIN .....	60
1.1.1. Da ideia à sua realização .....	61
1.1.2. Os principais problemas dos artesãos como criadores .....	63
1.2. O caminho da CAMIN.....	69

1.2.1. Os estatutos .....	69
1.2.2. Os membros.....	71
1.2.3. Artesanato como profissão. Artesão como trabalhador informal .....	76
1.2.4. As actividades da CAMIN, realizadas e programadas .....	81
2. Associação dos artesãos. Tem futuro? .....	83
CONCLUSÕES .....	87
BIBLIOGRAFIA .....	93
Recortes de Imprensa .....	99
Sites regularmente consultados .....	101
ANEXOS .....	I

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.1.....	29
Valor do PIB (USD), taxa do crescimento anual do PIB (%) e PIB <i>per capita</i> (USD) no período 1980-2010	
Quadro 2.1.....	77
Número de turistas que visitaram as ilhas de São Vicente e Santo Antão	

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1.....	59
Logotipo da Associação CAMIN	

## Lista de Siglas

<b>ADEI</b>	Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação
<b>AMES</b>	Associação das Mulheres Empresárias de Santiago
<b>CCM</b>	Centro Cultural do Mindelo
<b>CMSUNTC-CS</b>	Comissão de Mulheres Sindicalistas da União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde – Central Sindical
<b>CNA</b>	Centro Nacional de Artesanato
<b>CNAD</b>	Centro Nacional de Artesanato e Design
<b>CVE</b>	Escudo cabo-verdiano
<b>DECRP</b>	Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza
<b>GOIPMulher</b>	Gabinete de Orientação e Inserção Profissional da Mulher
<b>ICIEG</b>	Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade do Género
<b>IEFP</b>	Instituto do Emprego e Formação Profissional
<b>ILO/OIT</b>	International Labour Organization/Organização Internacional do Trabalho
<b>IMF</b>	Instituição de Micro-Finanças
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>INPS</b>	Instituto Nacional de Previdência Social
<b>M_EIA</b>	Escola Internacional de Arte do Mindelo
<b>MORABI</b>	Associação de Apoio à Auto-Promoção da Mulher no Desenvolvimento
<b>MPD</b>	Movimento para a Democracia
<b>ODM</b>	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
<b>OMC</b>	Organização Mundial do Comércio
<b>OMCV</b>	Organização das Mulheres de Cabo Verde
<b>ONG</b>	Organização Não-Governamental
<b>PALOP</b>	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
<b>PLEI-Cultura</b>	Plano Estratégico Intersectorial da Cultura
<b>PLPR</b>	Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural

<b>PND</b>	Plano Nacional de Desenvolvimento
<b>PNLP</b>	Programa Nacional de Luta contra a Pobreza
<b>RENDA</b>	Rede Nacional de Distribuição do Artesanato
<b>SEWA</b>	Self Employed Women's Association
<b>SHG</b>	Self Help Groups
<b>SISCAP</b>	Sindicato da Indústria, Serviços, Comércio, Agricultura e Pesca
<b>TCV</b>	Televisão de Cabo Verde
<b>Uni-CV</b>	Universidade de Cabo Verde
<b>UNTC-CS</b>	União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde – Central Sindical
<b>UPI</b>	Unidade de Produção Informal
<b>WIEGO</b>	Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing



## INTRODUÇÃO

A cultura é uma das maiores riquezas do Arquipélago de Cabo Verde. O país, praticamente desprovido de matérias-primas, com a indústria pouco desenvolvida e com condições agrárias muito precárias, possui manifestações culturais muito diversificadas. Há áreas mais desenvolvidas e conhecidas em grande parte do mundo, como é o caso da música cabo-verdiana. Esta sempre foi o ponto forte da cultura do arquipélago. Como bem resumiu Baltasar Lopes no seu romance *Chiquinho*, que é uma das obras mais importantes da literatura cabo-verdiana “...verifica-se que somos uns grandes músicos. Com um violão e um cavaquinho, somos capazes de ir até ao fim do mundo” (Lopes, 2008: 179). E há outras áreas, como a literatura, a dança, as artes plásticas com manifestações e criações interessantes. O artesanato, que já teve a sua época alta, actualmente está a ser reactivado.

Mas o que chama a atenção é a quantidade de artistas neste pequeno país insular cuja superfície total só ligeiramente ultrapassa 4 mil km<sup>2</sup> e o número de habitantes de nove das dez ilhas é estimado em meio milhão de pessoas. Voltando à área mais forte: “Cabo Verde é considerado o país com o maior número de músicos por metro quadrado”, o que afirma Mário Lúcio, músico, escritor, pintor e actual Ministro da Cultura<sup>1</sup>. Se juntar a esta área, os criadores que se dedicam a outras artes, constatamos que este número é realmente impressionante e que merece atenção. As pessoas criam de forma natural, espontânea, a maioria não tem formação alguma ou passou por processo de formação informal, no qual os mais experientes partilham os seus conhecimentos com as pessoas que pretendem dominar certas técnicas ou aptidões. Muitos tratam as actividades artísticas de forma amadora, simplesmente por prazer, como ocupação que completa a sua rotina diária. E há outros que optaram por fazer de arte, no seu mais amplo sentido, a sua profissão. Há quem viva só disto e há pessoas que, através das actividades artísticas que desenvolvem, completam os seus rendimentos. No entanto a grande parte dos criadores pertence ao sector informal da economia e tem que lidar com todas as consequências e os problemas que esta situação implica.

Tendo em conta este facto, os artistas foram escolhidos como foco de estudo nesta dissertação. Foi apresentanda uma abordagem específica, decorrente da participação da autora da dissertação como investigadora no projeto “Organizações e Representação na Economia Informal nos PALOP: experiências e perspectivas” (REF:

---

<sup>1</sup> As palavras do Mário Lúcio Sousa no episódio 9 da serie documental da RTP *Eu sou África*, emitida pela primeira vez no dia 2 de Abril de 2011 no RTP2.

PTDC/AFR/113992/2009)<sup>2</sup>. Os artistas como trabalhadores informais raramente são alvo de interesse dos investigadores que estudam a área de economia informal. O seu impacto não é tão significativo para a economia, nem tão visível, como dos que fazem parte de outros sectores, entre os quais o comércio ou transporte informal que ocupam lugares de destaque em vários países africanos. Mas, no caso de Cabo Verde, onde a cultura começou a ser considerada como um dos pilares de desenvolvimento e as actividades culturais como possível fonte de rendimento e sustento para as famílias, e onde as aptidões artísticas fazem parte inseparável das características dos seus habitantes e, se devidamente aproveitados, podem melhorar a situação económica de muitas pessoas, o problema da informalidade económica dos artistas é um assunto que merece atenção.

A economia informal faz parte da realidade contemporânea. Com o aumento demográfico, urbanização intensa, evolução tecnológica e, finalmente, a crise que está a afectar vários países de mundo, a oferta de emprego formal diminuiu de forma significativa. Em África, desde as independências dos países, os novos Estados não foram capazes de garantir o emprego a toda a população e a situação agravou-se com o início dos processos de urbanização, quando os camponeses, na expectativa de uma vida melhor, começaram a mudar-se em massa para as cidades. Por falta de oportunidades de trabalho, as pessoas eram e são forçadas a arranjar qualquer tipo de ocupação para garantir a sua sobrevivência. Quando não há outra solução e a falta de meios para as necessidades básicas começa a ser sentida, tudo o que pode dar algumas receitas, mesmo que baixas e incertas, está a ser executado. E há também outra situação, como no caso de artistas e também outras profissões livres, em que as leis nem sempre correspondem às necessidades específicas destas profissões, especialmente onde a arte e cultura não têm muito destaque e não são consideradas como potenciais geradores de rendimentos.

Do ponto de vista do Estado, a economia informal tem, sem dúvida, o seu lado negativo, mas o mais importante é que garante a sobrevivência de muitas pessoas. É um assunto que exige soluções. Especialmente por causa das pessoas que, na maioria dos casos, não estão a fazer parte deste sector por vontade própria, mas, não tendo outra

---

<sup>2</sup> O Projecto, coordenado pelo Doutor Carlos M. Lopes, “tem como objectivo identificar e caracterizar os processos de organização e de representação dos operadores da economia informal urbana, em curso nos PALOP, bem como contribuir para uma perspectiva crítica sobre as suas potencialidades e fragilidades, no quadro mais geral de mudança que o impacto e os efeitos da globalização e da crise económica e financeira têm produzido sobre as relações de trabalho. A questão de pesquisa será avaliar que papel, contributo e capacidades são expectáveis por parte dessas organizações no combate à pobreza, na criação de mecanismos de protecção social, na promoção de capacidades institucionais e na valorização dos recursos humanos”, através do site do projecto (actualizado ao longo do seu decorrer): <https://sites.google.com/site/orgrepecinformal/>.

opção, permanecem nele, desprovidas de todo o leque de direitos e vantagens que o trabalho no sector formal garante.

As soluções propostas, o resultado de debates e análises realizados ao longo das últimas décadas por várias instituições, com destaque especial para a Organização Internacional de Trabalho (OIT), são diversas e serão brevemente apresentadas mais adiante. Aqui quero ressaltar uma delas, a criação das organizações, que começou a ser destacada como um ponto de partida importante para várias outras questões que inquietam os trabalhadores informais.

Os processos de organização dos trabalhadores do sector informal, cujo início não é recente, mas que só há pouco tempo foram oficialmente reconhecidos como o passo importante para enfrentar as dificuldades relacionadas com o funcionamento na informalidade, têm tendências crescentes em várias áreas da economia informal, especialmente nas cidades. Existem dois tipos de dinâmicas, que estão na sua origem, que de vez em quando se misturam e se influenciam. Há ações que vêm “de cima”, iniciativas estatais, dos sindicatos formais ou das Organizações Não Governamentais (ONG) que promovem os processos de organização entre os trabalhadores informais. E há outro tipo de iniciativas que têm a sua raiz dentro do meio, entre os operadores que pertencem a diversos sectores da economia informal e que, cada vez mais conscientes da sua posição vulnerável decidem juntar-se em grupos, amplificando desta forma o volume da sua voz e a sua força de persuasão.

Em relação a outros países africanos, estas acções nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), estão muito menos desenvolvidas, muito mais recentes, entretanto, mesmo que em menor dimensão, estão a decorrer. Cabo Verde é o país onde os processos de organização dos trabalhadores informais estão numa fase muito inicial, o que torna este caso especialmente interessante para análise. Foi, por isso, o motivo da sua escolha para o objecto da pesquisa no âmbito do projecto de investigação. Importa ressaltar que o projecto “Organizações e Representação na Economia Informal nos PALOP: experiências e perspectivas” ainda está a decorrer, a pesquisa continua e os resultados apresentados na parte inicial deste texto, constituem somente a primeira tentativa de resumir e estruturar o material que foi recolhido até agora.

Para delimitar o campo da pesquisa e cumprir as exigências em relação ao formato da tese de dissertação, optou-se por apresentação do estudo de caso da recém-criada Associação de Artesãos de Mindelo CAMIN<sup>3</sup>. Desta forma pretende-se contribuir para a

---

<sup>3</sup> Existem três formas de utilizar a preposição *de* no nome da associação. No logotipo o nome está apresentado como a Associação de Artesãos do Mindelo CAMIN, nos estatutos da associação consta o nome Associação dos Artesãos de Mindelo CAMIN e na certidão da escritura da associação, foi

análise das dinâmicas organizacionais entre os trabalhadores que desenvolvem as actividades artísticas e através delas obtêm os seus rendimentos. No estudo de caso, tendo em conta a especificidade deste grupo de trabalhadores, nomeadamente o facto de estarem habituados, na sua maioria, ao trabalho individual, isolados nos seus ateliers, foram analisados os motivos e os factores que levam as pessoas à criação de uma associação.

Para um enquadramento mais completo que permite uma melhor compreensão dos assuntos abordados, o estudo de caso está antecedido com algumas reflexões acerca do artesanato cabo-verdiano e também artesanato sãovicentino com as suas características específicas que têm a ver com o carácter urbano da ilha. Mesmo que no âmbito deste trabalho a parte dedicada ao artesanato possa parecer um pouco irrelevante, consideramos que só reflectindo sobre as várias questões relacionadas com o artesanato, algumas delas aqui assinaladas, pode-se realmente perceber os obstáculos que as pessoas que fizeram desta actividade a sua profissão têm no seu caminho.

No estudo de caso, é apresentado um organismo criado muito recentemente, com a consciência do que este facto exige uma certa atitude e dificulta, se não impossibilita, qualquer tipo de avaliação e, mais ainda, de previsão sobre o futuro desta organização. Mesmo assim foi considerado interessante apresentar a CAMIN pelo menos por dois motivos: são muito raras no meio artístico as tentativas de associativismo e quando acontecem, em muitos dos casos não são concluídas de forma positiva. E também, como mencionado acima, os processos de organização dos trabalhadores informais ainda não são frequentes no arquipélago cabo-verdiano. Esta Associação foi criada no meio artístico e pretende resolver várias questões que os seus membros, mas também todos os que pertencem à classe de artesãos, possuem como operadores do sector informal.

No caso de uma associação recém-criada, é importante a análise do processo de criação, desde as primeiras ideias até ao acto de registo da associação, que tem como seguimento o desenvolvimento das actividades pelo organismo já oficialmente reconhecido. A observação deste percurso permite perceber não só como nasceu a ideia, porquê isto aconteceu naquele momento e lugar específico, mas também o que foi necessário realizar para a ideia se tornar realidade.

A definição dos principais problemas ao nível do trabalho no sector informal foi o ponto de partida para a pesquisa no terreno que possibilitou a preparação dos guiões de entrevistas e ajudou, posteriormente, na verificação da situação real e na descrição dos assuntos mais importantes que os artesãos, como trabalhadores informais, possuem. Também o impacto que uma associação tem na resolução dos problemas para melhorar a

---

registado o nome Associação de Artesãos de Mindelo CAMIN. Neste trabalho optou-se pelo uso da terceira forma, conforme designado na certidão da escritura.

situação dos trabalhadores do sector e a identificação dos principais parceiros, tanto ao nível governamental como entre as outras associações da sociedade civil, serão algumas das questões analisadas.

Outro objectivo deste estudo é a comparação da importância que os assuntos relacionados com a informalidade têm em relação aos diversos problemas dos artesãos como criadores e quais destes são mais relevantes e urgentes a serem resolvidos pela Associação.

## **1. Estrutura**

O presente trabalho está constituído por duas partes principais: o enquadramento e o estudo de caso.

A primeira parte, bastante desenvolvida, surgiu como resposta à inexistência das fontes que apresentassem a economia informal em Cabo Verde. Partindo de uma breve revisão da literatura, dos documentos e das acções realizadas por parte das instituições internacionais relacionadas com a economia informal em geral e em África em particular, e mais adiante com os processos de organização dos trabalhadores informais, foi desenhado um pano de fundo para a descrição destes assuntos em Cabo Verde. O sector informal cabo-verdiano é apresentado na base do inquérito realizado pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE) em 2009 e cujos resultados foram publicados num relatório editado em 2010 (Instituto Nacional de Estatística, 2010b). No entanto números apresentados neste relatório são comparados com outros dados encontrados ao longo da pesquisa, sublinhando desde início que existem vários factores que influenciam os resultados estatísticos. Segue a parte dedicada aos processos de organização no sector informal, elaborada na totalidade com os materiais recolhidos ao longo da investigação. Mesmo que esta parte possa ser considerada *work in progress*, a sua apresentação é importante para uma melhor percepção do estudo de caso. O capítulo é completado por uma breve apresentação do país estudado, e também da Ilha de São Vicente e a Cidade do Mindelo. As breves reflexões sobre artesanato culminam a primeira parte e podem ser consideradas como a passagem para o estudo de caso que segue.

A segunda parte de texto, sucinta e concreta, é na totalidade dedicada à apresentação da Associação de Artesãos de Mindelo CAMIN e foi elaborada na base dos materiais recolhidos principalmente durante o trabalho de campo que decorreu no ano passado. Completada por informação obtida antes e depois da estadia em Cabo Verde, através de contactos aí estabelecidos, mostra e analisa a curta história desta Associação, as suas actividades, os seus objectivos e, principalmente, os seus membros e todos os obstáculos que dificultam não só o seu trabalho, mas também têm impacto na sua vida.

Para além de bibliografia, junta-se a lista de recortes de imprensa e dos sites que constituíram outras fontes de informação. Tendo em conta a curta estadia no terreno e também o facto da maioria dos assuntos aqui apresentados se continuar a desenvolver, somente através da análise corrente e regular da imprensa e dos sites noticiosos, o seguimento dos acontecimentos foi, e continua a ser, possível.

Finalmente, os anexos. Optou-se por destinar estas páginas à apresentação de algumas das centenas de fotografias tiradas em Cabo Verde. Inicialmente a ideia para esta parte era bastante diferente e já estava preparada a lista das tabelas e dos mapas com dados estatísticos, números importantes que foram abordados ao longo do texto. No entanto, após a reflexão aprofundada sobre o assunto, a opção ilustrativa foi escolhida como a que melhor se enquadra como complemento deste estudo. Porque mesmo que se trate de estudo de caso de uma associação, como um exemplo de organização dos trabalhadores informais, as mais importantes são as pessoas que a criaram. As suas histórias de vidas, aqui não apresentadas por completo, podem servir melhor do que qualquer dado estatístico para perceber o que significa e o que implica o trabalho no sector informal. Por este motivo os artesãos, as suas obras, a cidade onde vivem e o mar que rodeia a sua ilha e cuja influência na formação da cultura cabo-verdiana não pode ser esquecida, são o tema do anexo ilustrativo na totalidade. No entanto os números não foram omitidos – foram incluídos nas notas de rodapé e no corpo do texto.

## **2. Opções metodológicas**

A investigação, cujos primeiros resultados serão apresentados neste trabalho, está a ser desenvolvida no âmbito do projecto de investigação dos processos de organização na economia informal e, como tal, para além do estudo de caso que será destacado aqui como um exemplo dos processos estudados, apresenta-se um enquadramento bastante alargado. O que motivou esta opção foi a carência de fontes bibliográficas relacionadas com o tema, especialmente no caso de Cabo Verde. Assim sendo na metodologia que foi utilizada para obter a informação aqui proporcionada, podem-se distinguir dois caminhos principais de investigação: a pesquisa bibliográfica e documental e o trabalho empírico. Praticamente em todas as etapas desta investigação ambos os métodos foram aproveitados, já que desde o início, paralelamente ao estudo da bibliografia existente, os primeiros contactos em Cabo Verde foram estabelecidos e as primeiras entrevistas foram conduzidas, aproveitando as mudanças tecnológicas da época actual, que facilitam de forma significativa a comunicação. Por não ser possível permanecer no terreno durante um período prolongado, ideal para a

elaboração do estudo completo, optou-se pelas chamadas “entrevistas electrónicas” (Fontana, et. al, 2000: 666), antes e depois da ida ao terreno.

A investigação teve, e continua a ter, o carácter qualitativo e, mesmo durante o estudo de caso, não se recorreu aos métodos quantitativos.

A investigação bibliográfica e documental teve dois objectivos fundamentais: por um lado pretendia-se preparar um enquadramento relativamente completo dos assuntos abordados, não só tendo como foco o tema exacto da pesquisa mas alargando o pano de fundo para questões mais vastas, relacionadas com a economia informal. Por outro lado, a análise dos diversos materiais relacionados com o tema de estudo já no terreno concreto, tinha como meta a preparação de um ponto de situação sobre os processos de organização dos trabalhadores informais em Cabo Verde. Para além da diversa bibliografia disponível sobre economia informal e a organização dos trabalhadores informais, foram analisados os relatórios de uma instituição com uma intervenção relevante no estudo e na aplicação de directivas no âmbito da economia informal, a Organização Internacional de Trabalho e os resultados desta análise são parte significativa do acervo do estado da arte neste trabalho. Adicionalmente vários documentos elaborados pelas instituições tanto internacionais, como cabo-verdianas foram estudados. Como existem vários assuntos directamente relacionados com a problemática do sector informal, a sua análise constituiu a parte importante da pesquisa. Os sistemas de protecção social, o sector de micro-finanças, as iniciativas que levam à erradicação da pobreza e à criação de novos caminhos de desenvolvimento, são alguns exemplos de temáticas que complementaram o estudo. A outra fonte importante de informação foi a imprensa cabo-verdiana, tanto arquivada como actual, que permitiu a recolha de vários materiais relacionados com a temática no contexto específico do Arquipélago. Paralelamente à consulta de recortes de imprensa, foi feita a revisão dos materiais audiovisuais, principalmente produzidos pela TCV (Televisão de Cabo Verde) e a RTP África. As informações dos telejornais foram completadas por material fornecido pelos programas sócio-culturais e documentários. Em Cabo Verde foi ainda explorado o arquivo do antigo Centro Nacional de Artesanato (CNA), que será apresentado com algum detalhe mais adiante.

A parte empírica da investigação desde início acompanhou a pesquisa bibliográfica, mas a sua fase mais importante foi o trabalho de campo. Para responder às limitações relacionadas com a curta duração de estadia no terreno, o foco de estudo foi parcialmente delimitado. A observação dos processos de organização dos trabalhadores informais continuou, mas para a investigação mais profunda foi escolhido um só grupo, a Associação de Artesãos de Mindelo CAMIN, que é o objecto do estudo de caso neste trabalho. Esta opção, para além do reduzido tempo de trabalho de campo, tem outros motivos que justificam a sua escolha. O especial interesse da autora pelos meios artísticos, causado por

longa experiência de trabalho na área de produção, levou-a à procura dos movimentos que tivessem como objectivo a organização dos artistas. Tendo constatado o reduzido número deste tipo de iniciativas, especialmente as que tenham em conta os assuntos relacionados com a problemática de informalidade que é uma das características deste meio<sup>4</sup>, chamaram a atenção as primeiras informações acerca da nova associação dos artesãos que estava a ser criada. Não conseguindo tirar conclusões da escassa informação publicada na imprensa, pouco tempo depois do registo da associação foi estabelecido contacto com a sua presidente e obtidos os estatutos e os planos de actividades da nova associação. Confirmou-se que se tratava de uma organização que, para além de procurar soluções para as dificuldades dos seus membros como criadores, estabeleceu várias metas no sentido de resolver os problemas relacionados com a sua informalidade como trabalhadores. Foi tomada a decisão sobre a análise aprofundada do processo de organização entre os artesãos, recuando aos inícios deste movimento, através de todo o processo da sua constituição, até as primeiras actividades organizadas, e tentou-se responder se realmente este grupo pode ser considerado como um movimento dos trabalhadores informais, se consegue ter a força suficiente para mudar a sua situação bem como representar os seus membros diante de várias instituições estatais.

A especificidade do estudo de caso, as suas vantagens e as limitações, foram bastante debatidas no âmbito da literatura metodológica (Berg et. al., 2012, Yin, 2009, George et. al., 2005, Stake, 2000, Stake 1978, entre outros). Definido por Yin (2009: 4) como um método de investigação e por Stake (2000: 435) como uma escolha de tema/objecto de estudo<sup>5</sup>, como qualquer outro método ou abordagem do tema, tem aspectos mais e menos positivos, que no entanto podem ser considerados de vários pontos de vista. Como exemplo podem servir estas frases que iniciam um dos textos sobre o estudo de caso do Robert E. Stake (1978: 5): “It is widely believed that case studies are useful in the study of the human affairs because they are down-to-earth and attention holding but that they are not a suitable basis for generalization”, seguindo como apresentação de motivos que têm como o objectivo afirmar que os estudos de caso “may be epistemologically in harmony with the reader’s experience and thus to that person a natural basis for generalization”. Para além desta desvantagem de não fornecer os dados suficientes para a generalização, há outras opiniões contra a utilização do estudo de caso. Yin (2009: 5) cita também, analisando logo a seguir os seus fundamentos e discordando com as acusações dos investigadores: a falta de

---

<sup>4</sup> Existem ou existiam as associações no meio artístico, por exemplo dos músicos, dos DJs, etc. que entretanto não incluem no leque dos seus interesses a problemática da informalidade dos seus membros, focando-se somente nos vários aspectos relacionados com a especificidade desta profissão e com as dificuldades e problemas dos seus representantes como criadores.

<sup>5</sup> “Case study is not a methodological choice but a choice of what is to be studied” (Stake, 2000: 435).

rigor no estudo de caso, a sua duração prolongada e a documentação demasiado extensa e pouco legível.

Stake distingue ainda três tipos de estudos de caso: intrínseco, instrumental e colectivo onde o primeiro é desenvolvido quando o investigador quer melhor perceber um certo caso. Por causa da sua particularidade, este caso é interessante em si e não como a representação dos outros casos relacionados num definido assunto. O objectivo aqui não é a generalização e criação de teorias, porém há cientistas que optem por fazer isso (Stake, 2000: 437). O caso de estudo instrumental acontece quando existe um problema de investigação ou uma “necessidade de compreensão global e sentiremos que poderemos alcançar um conhecimento mais profundo, se estudarmos um caso particular. (...) Esta utilização do estudo de caso tem a intenção de compreender outra coisa” (Stake, 2007: 19). Finalmente o estudo de caso colectivo é referido à opção de investigar vários casos mas com a “existência de uma coordenação importante entre os casos” (Stake, 2007: 19). O estudo destes casos leva a melhor percepção ou teorização sobre ainda maior “coleção de casos” (Stake, 2000: 437).

Contudo, como sublinha Stake (2000) em muitas situações é difícil distinguir o estudo de caso intrínseco do instrumental e isto acontece no caso aqui descrito. Por um lado pretende-se apresentar esta associação como um caso particular e um pouco diferente das outras associações no meio artístico. Por outro lado, como um exemplo de processos de organização dos trabalhadores do sector informal, tenciona-se mostrar as características que ligam esta com outras organizações do género, e que pode servir como prova do início dos movimentos no sentido organizacional dos trabalhadores informais em Cabo Verde.

Entretanto não se pretende generalizar ainda, tendo em conta a quantidade insuficiente de dados para o efeito. A opção de apresentar o estudo de caso neste trabalho tem três justificações principais: a curta duração de trabalho de campo, o interesse pelos processos de organização no meio artístico e a rara existência de organizações do mesmo género e, por fim, a vontade de conhecer por dentro e desde o início este tipo de processos o que, neste caso específico, foi possível devido ao pouco tempo de existência da associação e a possibilidade de uma análise profunda a todo o processo.

## 2.1. Trabalho de campo

*“The central reason for observing and/or participating in the lives of others is that a great many aspects of social lifes can be seen, felt, and analytically articulated only in this manner.”*

(Lofland, et.al., 2006: 3)

O trabalho de campo decorreu na cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, em Cabo Verde, durante quatro semanas, de 16 de Setembro a 15 de Outubro de 2012. O foco principal foi definido como a recolha de dados para o estudo de caso da Associação de Artesãos de Mindelo CAMIN. Porém a pesquisa abrangeu também outros aspectos relacionados com o sector informal e a procura dos processos de organização dos trabalhadores informais. A tentativa de melhor perceber o meio artístico em geral, e em particular o meio dos artesãos neste lugar especial do arquipélago, considerado como a sua capital cultural, teve como ponto de partida a preparação do esboço histórico que possibilitasse a reconstrução da história de desenvolvimento desta cidade, em geral, e dos aspectos culturais, em particular.

Assim, como na etapa que antecedeu a pesquisa de terreno e na fase posterior ao trabalho de campo, a investigação empírica foi entrelaçada com a pesquisa documental, com grande prevalência da primeira. Esta foi principalmente constituída por entrevistas semi-estruturadas e observação directa sistemática. A investigação documental, para além de consultas regulares da imprensa actual, decorreu no Arquivo do Centro Nacional de Artesanato e Design (CNAD) e teve como objectivo a análise de vários tipos de documentos do antigo CNA<sup>6</sup>. Em menor quantidade, foram também consultadas as bases de dados e materiais mais recentes que foram elaborados no CNAD desde a sua recente abertura<sup>7</sup>.

A investigação empírica decorreu sem problemas, facilitada por vários factores. O conhecimento prévio da cidade ajudou na fase inicial e possibilitou, praticamente de imediato, o início dos trabalhos. Os contactos estabelecidos a partir de Lisboa, resultaram num bom acolhimento tanto da parte do CNAD, cujo director disponibilizou o espaço para trabalhar com acesso à internet o que foi importante em algumas etapas da pesquisa, assim como da parte da Associação, cuja presidente forneceu de imediato os contactos dos sócios

---

<sup>6</sup> Entre outros: os estatutos e plano de actividade da Cooperativa *Resistência*, os estatutos, os planos de actividade e os relatórios de actividades de vários anos do CNA, os inventários do núcleo museológico do CNA, os livros de receitas de venda de artesanato de antigo CNA, os materiais documentais e de investigação do artesanato recolhidos ao longo de funcionamento do Centro.

<sup>7</sup> Entre outros: a base de dados, na altura ainda incompleta, de artesãos de São Vicente que estava a ser criada no CNAD, os relatórios de várias actividades que decorreram no CNAD.

e apresentou a parte significativa deles. A actividade da associação, que decorreu logo após a chegada, possibilitou a primeira observação directa e as primeiras conversas informais com os sócios o que foi importante para o bom desempenho da fase seguinte em que as entrevistas semi-estruturadas, individuais, foram efectuadas. A curta entrevista que foi feita pela TCV durante esta actividade e que passou no telejornal em vários horários do dia, foi também o factor que facilitou os contactos com os artesãos. Indispensável, por causa da curta duração de estadia no terreno, foi a ajuda de um dos artesãos, que várias vezes acompanhou esta pesquisa de terreno, indicando as casas dos outros representantes deste meio e facilitando desta forma o estabelecimento de contactos, para além de reduzir o tempo de procura das moradas. O conhecimento passivo de crioulo cabo-verdiano foi o outro elemento que permitiu o sucesso de algumas das entrevistas. Apesar de todos os cabo-verdianos entrevistados falarem português, alguns deles só em crioulo conseguiam expressar-se de forma mais completa, mais fluída e definitivamente mais natural.

As entrevistas efectuadas podem ser divididas em dois grupos, tendo em conta vários tipos de informantes. O primeiro grupo, constituído por 20 entrevistas individuais (duas das quais não foram gravadas: uma por falta de permissão da entrevistada, outra porque aconteceu de forma espontânea e o pedido de permissão para a gravação podia perturbar o seu desenvolvimento interessante), foi feito com os artesãos mindelenses. A maioria deles (11 pessoas, uma delas entrevistada duas vezes) fazia parte da CAMIN, duas pessoas eram sócias da outra associação - a *Acart* - e cinco pessoas (uma delas entrevistada duas vezes) não pertenciam a nenhuma das associações. Podem ser acrescentadas ainda a este grupo três sessões de entrevistas colectivas, efectuadas com os artesãos da Cadeia Central de São Vicente<sup>8</sup>. O segundo grupo de pessoas entrevistadas

---

<sup>8</sup> Uma série de acontecimentos, proporcionou o surgimento de possibilidade da visita na Cadeia Central de São Vicente, no Mindelo, onde se encontra a grande Oficina de Artesanato. Os interessantes resultados da primeira entrevista na Cadeia, levaram à marcação das visitas seguintes com o objectivo de aprofundar tanto as entrevistas, como proceder a uma observação directa na Oficina. Durante a primeira visita foram entrevistados, na biblioteca da cadeia, dois reclusos que trabalhavam na Oficina de Artesanato da cadeia, e foram fotografadas algumas peças de artesanato aí criado. Na visita seguinte as entrevistas foram efectuadas na Oficina de Artesanato, com cerca de 30 reclusos, e aprofundadas durante a terceira visita, também na Oficina. O artesanato na Cadeia é criado por mais de cinquenta reclusos, que na sua maioria só na cadeia aprenderam as técnicas artesanais. Ao contrário de artesanato criado "fora", na Cadeia é elaborado somente o artesanato tradicional. Há cestaria, carpintaria, quadros de plantas e de cola branca, brinquedos, trabalho em pele (sapatos, bolsas), trabalho de côco. Os que já têm conhecimentos e experiência, ensinam os que estão a se iniciar na área de artesanato. O maior problema indicado pelos artesãos é o escoamento de produtos – as caixas cheias de peças estão acumuladas na Oficina. Os artesãos da Cadeia perguntaram sobre a Associação CAMIN, da qual tinham o conhecimento através da rádio, e

para além de fornecer algumas informações sobre a associação e o artesanato, traçou um pano de fundo bastante completo para enquadrar o estudo de caso e também, respondendo às questões mais gerais sobre o sector informal, enriqueceram material recolhido para o projecto de investigação. Foram entrevistados 7 informantes especializados e uma das entrevistas, tal como no caso da artesã acima mencionada, aconteceu de forma espontânea e não foi gravada. O material registado incluiu as entrevistas com: o director do CNAD, Manuel Fortes, a antropóloga do CNAD, Isa Dora Lelis, o fundador de Atelier Mar, reitor da Escola Internacional de Arte de Mindelo (M\_EIA), realizador e escritor, Leão Lopes, a técnica da Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação (ADEI), Carina Pires, o vereador da cultura da Câmara Municipal de São Vicente, Humberto Lelis. A conversa importante, mas não registada, foi com Maria Estrela, responsável do Atelier Mar e professora na Universidade de Cabo Verde (Uni-CV).

Importa ressaltar que, para além das entrevistas, as conversas com os artesãos faziam parte do dia-a-dia no terreno. Em vários casos notou-se, que algumas das questões, foram omitidas ou respondidas em duas palavras, com o gravador ligado, mas durante as conversas informais, não gravadas, foram desenvolvidas de forma interessante e muito completa. Todas estas informações foram logo a seguir anotadas no diário de campo e foram muito úteis para uma análise mais profunda dos assuntos estudados.

A observação decorreu durante as actividades organizadas pela Associação *Camin*: feira de artesanato no CNAD, mini-feira e espectáculo de dança na Ponta D'Água preparada para os turistas do navio que desembarcou no Porto Grande, noite com espectáculos musicais na Ponta d'Água, com a participação de vários grupos e artistas convidados, preparação de espectáculo musical no Centro Cultural do Mindelo. Para além desta, foi também conduzida a observação directa nas reuniões da associação. Este método não foi limitado à recolha de informações sobre a associação. A observação foi utilizada também para completar o material ligado a outras questões interessantes, em maior ou menor grau relacionadas com o tema da pesquisa. Aqui, entre vários casos, ressaltava as duas idas à oficina de artesanato da Cadeia Central, as visitas à oficina do construtor de instrumentos, Luís Baptista e a participação nos ensaios do grupo de dança dos jovens da Pedra Rolada, que em vários momentos enriqueciam as actividades da associação com as suas apresentações. Importa também mencionar que a maioria das entrevistas decorreu nas casas ou em divisões de casas adaptadas para oficinas dos artesãos, o que permitiu o conhecimento dos lugares de trabalho dos criadores de artesanato.

---

mostraram interesse em se associarem, acreditando que a organização pode, entre outros, ajudar a resolver o problema de escoamento dos produtos e facilitar a continuação do ofício aprendido na Cadeia, no momento da sua reintegração social.

Ao longo de todo o trabalho de campo foi recolhido material fotográfico e audio-visual que resultou em centenas de fotografias e algumas gravações. O diário de campo foi o “adereço” inseparável durante a estadia em Cabo Verde. As notas tomadas num caderno, relidas uns meses depois da pesquisa, foram a fonte importante durante a escrita do estudo de caso. As situações revividas, através da leitura e já depois da análise das entrevistas, permitiram a reconstrução mais exacta dos acontecimentos, das conversas, dos sentimentos, dos pensamentos e dos ambientes vividos.

A duração da pesquisa de terreno não permitiu realizar todas as tarefas planeadas. As ideias nasciam durante a estadia e anotadas num caderno esperam por outra oportunidade. Em primeiro lugar a parte documental podia ser muito mais desenvolvida. Os documentários, as reportagens fotográficas de várias temáticas podiam servir como fonte interessante de informação sobre a associação, sobre os artesãos, mas também sobre a cidade do Mindelo e a sua vida cultural. O número de entrevistas com os artesãos podia ser multiplicado, porque cada um deles tem a sua história para contar, não só sobre o seu trabalho e os problemas com as quais tem que lidar diariamente, mas também sobre as suas criações e ideias. O mapeamento dos artesãos seria uma questão importante a ser efectuada. E, por fim, o estudo de caso de outra associação, *Acart*, podia ser importante para melhor perceber as dinâmicas de associativismo entre os representantes da classe dos artesãos.



# I ENQUADRAMENTO

## 1. Teoria

### 1.1. Economia informal

O conceito de economia informal surgiu nos anos 70 do século passado, quando Keith Hart publicou os textos baseados na investigação sobre os Frafras que migravam em grande número do Norte de Gana para as cidades do Sul do país, assim como os migrantes de outros países africanos, que nesta fase de intensa urbanização não encontravam emprego, e começaram a desenvolver as suas iniciativas, sem ajuda do Estado, com o seu próprio investimento (Hart, 1970; Hart, 1973). Foi na comunicação do Hart apresentada em 1971, depois desenvolvida como artigo em 1973 (Hart, 1973: 61), que pela primeira vez apareceu a designação *economia informal*<sup>9</sup>. Na mesma altura foi publicado o relatório da OIT sobre o emprego e desigualdades económicas e sociais no Quênia, onde o sector informal foi objecto de análise e descrição como um factor importante de desenvolvimento económico do país, mas antes dos anos 70, omitido ou ignorado nas estatísticas e análises sócio-económicas (OIT, 1972).

Inicialmente considerado como um fenómeno transitório, que com o progresso de desenvolvimento deixaria de existir, o sector informal acabou não só por permanecer como o elemento fixo do panorama da situação económica do mundo contemporâneo mas, ao longo das últimas décadas, evoluiu tornando-se cada vez mais visível e envolvendo um número significativo dos actores. Sendo definitivamente maior nos países em desenvolvimento, existe e existiu também nos países desenvolvidos. Anteriormente numa escala menor, mas perante a actual situação da crise, que vários países estão a enfrentar, tem tendência de crescimento.

A definição do conceito e os métodos de descrição do fenómeno sofreram diversas alterações durante as últimas quatro décadas, partindo do enfoque descritivo e tornando-se cada vez mais analítico e problemático. A falta de definição única e a dificuldade em criá-la (Bangasser, 2000; Schlyter, 2002) indicam a complexidade do fenómeno. Os primeiros trabalhos sobre o assunto sublinhavam as seguintes características da economia informal: facilidade de acesso, utilização dos recursos locais, propriedade familiar das empresas, a pequena escala das operações desenvolvidas, baixo nível tecnológico das empresas e tecnologia baseada no trabalho intensivo, regras do mercado inexistentes ou ignoradas (OIT, 1972: 6) ou distinguiam formal de informal baseando-se na existência ou não de

---

<sup>9</sup> Mas importante e interessante, e que não deve ser esquecida, é a influência dos cientistas sociais do Institute for Development Studies of University of Nairobi, na emergência e desenvolvimento do debate académico e institucional acerca do assunto da informalidade (OIT 1972, 6).

relações laborais, definidas e permanentes (Hart, 1973: 68). Frequentemente relacionado com o processo de urbanização, o sector informal era considerado como o resultado de excesso de mão-de-obra pouco qualificada e a incapacidade dos Estados, recentemente formados, em garantir emprego a toda a população. Havia também outra interpretação deste tipo de actividades, proposta pelo Peter H. Henning (1974) que, designando-as como *economia popular*, considerava que, nos países em desenvolvimento, eram o resultado natural das mudanças sócio-económicas, uma resposta da parte das sociedades tradicionais que tinham que se adaptar à nova realidade. Permanecendo fora da divisão dualista, onde o *sector tradicional* era oposto ao *sector moderno*, mantinham as ligações com ambos os sectores.

Ao longo da década de 80 começou a tornar-se cada vez mais claro que o sector informal não ia deixar de existir e que era necessária uma abordagem diferente da problemática a ele associada. Multiplicava-se o número de pessoas que não conseguiam encontrar emprego no sector formal. Várias foram as causas que influenciaram este processo nos anos 80 e 90: o insucesso dos Programas de Ajustamento Estrutural, a transição para a economia de mercado, a globalização crescente, a negligência do sector rural e o acelerado processo de urbanização como consequência destas.

No início dos anos 90 o sector informal foi o foco de atenção nas duas conferências da OIT: a 78<sup>th</sup> International Labour Conference, em 1991, e a 15<sup>th</sup> International Conference of Labour Statisticians em 1993. Na primeira, a questão da economia informal foi debatida no Relatório do Director Geral que apresentou um dilema relacionado ao fenómeno da informalidade (OIT, 1991). Dois caminhos opostos foram postos em análise: deve-se promover o sector como fornecedor de emprego ou tentar aplicar a ele as leis que funcionam no sector formal, o que pode causar a redução do sector e paralelamente a diminuição das possíveis fontes de rendimento para um número significativo da população? As respostas e opiniões dos trabalhadores, empregadores e governadores<sup>10</sup> apresentadas nesta conferência foram o ponto de partida para a nova visão de economia informal, que foi aprofundada e desenvolvida nos anos seguintes. No seu resumo do debate, o Director-Geral definiu as medidas mais importantes a serem tomadas: a necessidade de aplicação no sector informal dos direitos humanos fundamentais e os que protegem da exploração, como por exemplo, o trabalho infantil, e da aplicação da legislação no sector informal, que não deveria ser muito modificada para facilitar a integração do sector, mas em vez disso,

---

<sup>10</sup>A OIT é a única agência tripartidária nas Nações Unidas. Constituída por representantes dos governos, empregadores e trabalhadores. É responsável pela preparação das políticas e programas que promovem o trabalho decente. A composição tripartidária da organização possibilita a implementação dos conhecimentos reais acerca do emprego e trabalho (através do site da organização: <http://www.ilo.org>).

introduzida por etapas. Foi sublinhada a importância da criação de laços entre o sector formal e informal, entre outros, através da tentativa por parte dos sindicatos e das organizações dos trabalhadores formais em alargar as suas acções e promover e defender os interesses dos trabalhadores informais (Bangasser, 2000: 42). E para melhor entender as dinâmicas do sector e avaliar a influência dele na geração de rendimentos, foi determinada a importância de “desenvolver um sistema abrangente de estatísticas de emprego no sector informal, de modo a fornecer uma base estatística adequada aos vários utilizadores” (OIT, 2005: 23). Assim sendo, o tema foi debatido na 15<sup>th</sup> International Conference of Labour Statisticians, bem como as principais directivas apontadas (versão portuguesa: OIT, 2005, parte II). Mais uma vez tentou definir-se o sector informal, sublinhando as características já antes lhe associadas: fraco nível de organização, pouca divisão entre trabalho e capital, a escala reduzida de produção, as relações de trabalho baseadas “nas relações pessoais e sociais, mais do que em acordos contratuais com garantias formais” (OIT, 2005: 25).

Nos finais do século passado e na primeira década do século XXI começou a acentuar-se o défice do trabalho decente e, relacionado directamente com este facto o problema da falta de protecção social, tão característico para o sector informal. O trabalho decente foi um dos temas principais abordados no Relatório do Director-Geral, preparado para a 87<sup>th</sup> International Labour Conference que decorreu em Geneve em 1999, onde foi definido como o trabalho onde os direitos dos trabalhadores são protegidos, que gera receitas adequadas e garante a protecção social. Foi sublinhado também que todos os cidadãos do mundo devem ter acesso ao trabalho decente e todos os trabalhadores devem ter os seus direitos garantidos (OIT, 1999a). O “Novo Consenso sobre a Segurança Social” foi o resultado da 89<sup>th</sup> International Labour Conference e definiu como objectivos principais, entre outros: a melhoria e o alargamento da cobertura da segurança social que é considerada como “um direito fundamental do ser humano e um instrumento essencial de coesão social, que promove, ao mesmo tempo, a paz e a inserção sociais” (OIT, 2002b: 9), e que deve basear-se na igualdade de género. A atenção especial foi prestada ao sector informal onde a maioria dos trabalhadores não está abrangida por qualquer sistema de protecção social. Como medida que possibilite a resolução deste problema, foi abordado o sistema de micro-seguros que pudesse ser implantado como a primeira etapa a caminho da inclusão total dos trabalhadores informais nos sistemas de segurança social (OIT, 2002b: 10).

Na conferência seguinte, a 90<sup>th</sup> International Labour Conference em 2002, como ponto de partida para um dos pontos do debate, foi apresentado o relatório “O trabalho decente e a economia informal” (OIT, 2002a), onde esta questão foi discutida resultando na definição de várias medidas necessárias. Mais uma vez foi proporcionada a definição ou a descrição da economia informal, considerada como “a expressão que abrange uma

diversidade considerável de trabalhadores, empresas e empresários, todos eles dotados de características identificáveis, que enfrentam desvantagens e problemas (...), refere-se a todas as actividades económicas de trabalhadores e unidades económicas que não são abrangidas, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais. Estas actividades não entram no âmbito de aplicação da legislação” (OIT, 2005: 6-7). Foi afirmado que todos os trabalhadores, tanto do sector formal como informal, têm direito de ter trabalho decente. Para facilitar o caminho e atingir os objectivos definidos, foi sublinhada a importância de criação de organizações que representassem os trabalhadores informais e falassem em nome deles (OIT, 2002a).

Em 2007 o tema de economia informal foi outra vez destacado na agenda da International Labour Organization (ILO). Em Março o *Committee on Employment and Social Policy* do *Governing Body*<sup>11</sup> desta organização preparou um relatório em que resumiu de forma sucinta, mas bastante completa, várias questões relacionadas com o sector, que foram abordadas na Conferência em 2002, apresentando o seu desenvolvimento ao longo destes cinco anos (OIT, 2007a). Foi afirmado que mesmo com o crescimento do número de trabalhadores que fazem parte do sector informal, vários países começaram a preparar programas e novas políticas, que têm como o objectivo, em primeiro lugar, melhorar as condições de vida e de trabalho dos que não conseguem emprego no sector formal (OIT, 2007b: 1). O relatório foi o ponto de partida para o debate que decorreu sete meses depois, em Novembro do mesmo ano, no simpósio “The informal economy: enabling transition to formalization” (OIT, 2007b). Durante o simpósio a revisão das ações já desenvolvidas em vários países e em diferentes áreas foi aprofundada e na conclusão apresentada foi afirmado o desempenho positivo das propostas apresentadas em 2002 e muitas mudanças relacionadas com as políticas que têm a ver com a economia informal. Foi destacada a necessidade de continuação deste trabalho, adaptando as experiências já realizadas em alguns países a outros lugares, tendo em conta a especificidade própria de cada país. A necessidade de investigação e documentação das políticas e programas a serem implantadas foi articulada em paralelo com a importância do constante mapeamento da economia informal em todo o mundo.

O tema da economia informal na África subsariana ocupou um lugar importante no 11<sup>th</sup> African Regional Meeting organizado pela OIT em Adis Adeba em Abril de 2007 . A seguir foi analisada no *workshop* em Geneva em Maio de 2007 (OIT, 2008) e um ano depois em Dakar durante o *Expert Workshop* organizado pela União Africana, com a colaboração da OIT e do Ministério de Administração Pública, Emprego e Organizações Profissionais do

---

<sup>11</sup> *Governing Body* é o conselho executivo da OIT. Reúne-se três vezes por ano: em Março, Junho e Novembro e toma as decisões acerca da agenda da Conferência Internacional, prepara o programa e o orçamento da Organização para serem apresentados na Conferência e elege o Director Geral.

Senegal. Os assuntos abordados durante o *workshop*, e também os resultados do 11<sup>th</sup> African Regional Meeting, foram aprofundados nos meses seguintes pelos técnicos da ILO e resultaram em documento “The informal economy in Africa. Promoting transition to formality. Challenges and strategies” (OIT, 2009). Foram apresentadas propostas de algumas soluções que podem ser adequadas às várias situações e que tem como objectivo a formalização do sector informal, o que nem sempre têm o mesmo significado e impossibilita a criação de uma só regra ou um programa de acção. Divididas em vários pontos, articulam a importância da alteração das leis, especialmente das leis laborais, a revisão e facilitação de certas leis, o respeito pelas principais leis de trabalho decente, promoção das pequenas e médias empresas, igualdade de género e valorização do trabalho feminino da mesma forma como é valorizado o trabalho dos homens, melhoria ou implantação do sistema de micro-finanças que possibilitasse acesso ao crédito às empresas ou trabalhadores individuais informais, acesso às formações e cursos profissionais, acesso ao sistema de protecção social. A questão de organização foi especialmente sublinhada: “strengthening the organization and representation of workers and entrepreneurs in the informal economy is an essential element of a strategy towards formalization, and the gateway towards realizing rights or accessing resources” (OIT, 2009: 21).

## **1.2. Organizações e representação na economia informal**

Com a mudança da abordagem do fenómeno da economia informal, causada principalmente pelo seu contínuo crescimento, começaram a ser tomadas diversas medidas para melhorar as condições dos trabalhadores desprovidos de contratos, não abrangidos pela protecção social, com as receitas, em muitos casos, baixas e incertas. Uma das acções indicadas pela OIT desde o limiar do século foi o forte incentivo para a criação das organizações dos trabalhadores informais, tanto com a ajuda dos sindicatos dos trabalhadores do sector formal, como pelos próprios representantes de diversas ocupações desenvolvidas no sector informal (OIT, 1999a, OIT, 1999b, OIT, 2002a, OIT 2007b, OIT2009).

Vários caminhos foram apresentados. A OIT no International Symposium on Trade Unions and the Informal Sector, que decorreu em Genebra em 1999, indicou a importância da criação de associações de trabalhadores, de acordo com as necessidades das pessoas envolvidas no trabalho neste sector, e apresentou várias recomendações, tanto para os governos, como para as organizações internacionais (OIT, 1999a). Na Conferência Internacional do Trabalho, em 2002, dedicada ao trabalho decente e à economia informal, a OIT definiu como uma das tarefas para os governos, a facilitação dos processos de representação e sublinhou que a legislação é o factor mais importante para oferecer uma protecção social a todos os trabalhadores (OIT, 2005).

Dan Gallin, do Global Labour Institute, analisou o processo de organização dos trabalhadores da economia informal e apresentou os programas que pudessem influenciar os dois aspectos deste processo: externos e internos (Gallin, 2001). Um dos postulados por ele definidos é que a OIT deveria criar uma secção especial que tratasse os assuntos relacionados com o sector informal (Gallin, 2001: 545). No caso dos PALOP, as recomendações de apoio às organizações e actores de economia informal, através de diferentes medidas, foram formuladas por Feliciano (2006).

Importa ressaltar que o processo de organização dos trabalhadores da economia informal, não começou com as indicações da OIT e com as propostas dos investigadores, mas muito antes. Diversas formas de associativismo e entreatajuda sempre existiram, não sendo, porém, oficializadas e registadas. Era uma necessidade natural a de criar as redes de apoio que podiam resolver os problemas dos seus membros ou fornecer auxílio em certas situações. Até agora, para além das associações oficialmente reconhecidas, existem diversos grupos, que mesmo não estando registados, desempenham um papel importante para as pessoas que dirigem as suas acções. As causas de não oficialização por uma parte das associações estão relacionadas, por um lado, com os complicados processos burocráticos, nem sempre compreensíveis para os grupos, e por outro lado com a pequena dimensão de algumas destas. Estas associações não oficiais têm um foco de acção um pouco diferente do das associações oficializadas. Servem, em grande parte, para resolver as necessidades dos seus associados, procurando os seus próprios meios. As associações registadas, que conseguem ter maior visibilidade e falar em voz mais alta, podem exigir mudanças aos governantes, alterações nas leis existentes, lutar pelos direitos dos seus membros e todos os que por eles são representados.

A criação da primeira organização dos trabalhadores informais data dos anos 70 do século passado, mas as suas raízes, o que sublinhou Dan Gallan numa interessante comunicação apresentada no *workshop* organizado pela WIEGO em Bangkok em 2011, são muito mais antigas (Gallin, 2011: 3). A SEWA, Self Employed Women's Association, surgiu na sequência das actividades da Women's Wing (estabelecida em 1954) que fazia parte da Textile Labour Association (TLA), o mais antigo dos sindicatos dos trabalhadores de têxteis indianos criado em 1920. Nos anos 70, a Women's Wing começou a dirigir as suas acções aos trabalhadores ou, mais correctamente, às trabalhadoras informais que nesta altura pediram o apoio do sindicato. A SEWA foi registada em 1972 e a partir desta data a sua evolução foi conseqüente e constante. O número de sócios multiplicou ao longo de 4

décadas: estimado em 1972 por 1070 pessoas do estado de Gujarat, onde foi criada, atingiu as 966139 pessoas associadas, em 2008<sup>12</sup>, provenientes de várias partes de Índia.

Embora se registem iniciativas de criação de organizações dos trabalhadores informais ao longo dos anos 80, a voz destas, à época, ainda não era suficientemente forte, para conseguir mudanças<sup>13</sup>. Nos anos 90 foram criadas: a primeira organização dos trabalhadores domésticos, já extinta, HomeNet Internacional e a WIEGO (Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing), a organização que pretende melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores informais, especialmente das mulheres. Ambas com alcance internacional e com o objectivo de apoiar os processos de organização ao nível local. A WIEGO, existente até agora e com numerosas acções desenvolvidas, pode ser considerada como uma das organizações internacionais mais importantes, juntando no seu âmbito as associações dos trabalhadores informais, ao lado das organizações governamentais e não governamentais que desenvolvem acções relacionadas com o sector informal, os investigadores e os estatísticos que executam as pesquisas nesta área. Desenvolve vários programas<sup>14</sup> cujos objectivos principais podem ser resumidos em três palavras (chamadas três V): *voice, visibility, and validity*<sup>15</sup> dos trabalhadores e especialmente das trabalhadoras informais.

Mas, como mencionado no início deste capítulo, é desde o início do século XXI que a criação das organizações dos trabalhadores informais atinge o seu auge. As vantagens de se organizarem são inquestionáveis. Em primeiro lugar, “os três V” articuladas por WIEGO, podem ser o ponto de referência e as principais razões para a criação das associações. Organizados, os trabalhadores informais têm mais influência nas decisões políticas, económicas e sociais tomadas pelos governos nacionais e organizações internacionais. Em negociações de qualquer assunto relacionado com as questões económicas, como o aumento dos vencimentos, a melhoria de preços dos produtos que vendem, acesso aos financiamentos e créditos, etc., atingem melhores resultados do que as pessoas individuais. A organização facilita também acesso à protecção social: ou negociando a inclusão dos

---

<sup>12</sup> Os dados aqui apresentados provem do site da organização:

[http://www.sewa.org/About\\_Us\\_Structure.asp](http://www.sewa.org/About_Us_Structure.asp), consultada pela última vez no dia 1 de Fevereiro de 2013.

<sup>13</sup> Breve história de movimento de processos de organização dos trabalhadores informais em: <http://wiego.org/informal-economy/organizing-informal-economy>. Última consulta: 1 de Fevereiro de 2013.

<sup>14</sup> As acções da WIEGO são desenvolvidas no âmbito dos seguintes programas: - Organização e Representação dos trabalhadores informais, - Estatísticas, - Comércio Global, - Protecção Social, - Políticas Urbanas.

<sup>15</sup> *Voz, visibilidade e reconhecimento.*

trabalhadores informais aos sistemas nacionais de protecção social, ou criando os sistemas internos que podem servir como suporte para os membros<sup>16</sup>.

Duas formas dos processos de organização no sector informal podem ser distinguidas (Gallin 2001, Lopes 2007). Por um lado, as associações dos trabalhadores formais e os sindicatos dos trabalhadores começam a desenvolver as acções com o objectivo de ampliar o seu alcance também aos representantes do sector informal (Gallin, 2001, Rogel, 2006, Horn, Bonner, Jones, 2008, Lindell, 2008, Lindell, 2010). Por outro lado, o processo de organização vem de dentro do sector informal e as organizações dos trabalhadores informais são criadas por eles próprios como resposta às necessidades por eles sentidas (Gallin, 2001, Macharia, 2007, Meagher, 2007, Lindell, 2008, Horn, Bonner, Jones 2008, Lopes, 2008).

O outro processo, com tendências para crescer e envolver cada vez maior número de actores sociais, é o desenvolvimento das redes internacionais na economia informal (Gallin, 2001, Lourenço-Lindell, 2007, Horn, Bonner, Jones, 2008, Lindell, 2008, Lindell, 2010, Lopes, 2010). As vantagens para as associações dos trabalhadores informais em pertencer a este tipo de organismos são analisadas pela Lourenço-Lindell (2007). A WIEGO, descrita acima, e a StreetNet International, criada na África de Sul em 2002 com o objectivo de unir as associações dos vendedores informais, são as duas maiores organizações internacionais que actuam em todo o ramo dos assuntos relacionados com o sector informal.

Nos PALOP, o processo de organização e representação é relativamente recente e é constituído por três tipos de acções: a expansão dos sindicatos dos trabalhadores formais para os trabalhadores informais, a formação das organizações dos proprietários no âmbito do sector informal e, por último, os processos de auto-organização dos trabalhadores envolvidos no trabalho neste sector (Feliciano, Lopes, Rodrigues, 2008, Lopes, 2011).

Os processos de associativismo em Angola, com especial destaque para o sector de transportes (ex. AMOTRANG, Associação de Motoqueiros de Angola, staffs de Luanda) e do comércio (ex. STCI Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Informal criado em 1997, que deu origem ao STMF - Sindicato dos Mercados, Feiras e Informal), são analisados por Carlos M. Lopes (2007, 2010, 2011).

Nas investigações sobre a situação em Moçambique é sublinhado o processo de ligação das associações locais em redes tanto a nível nacional como internacionais (Lindell, 2008, Lourenço-Lindell, 2007). Uma das maiores associações moçambicanas, a Associação dos Operadores e Trabalhadores do Sector Informal (ASSOTSI) foi criada em 1999 e para além de ser membro da União Nacional das Associações dos Trabalhadores (do sector formal: OTM-CS, Organização dos Trabalhadores Moçambicanos Central Sindical), tem o

---

<sup>16</sup> Através do site: <http://wiego.org/>. Última vez consultado em Fevereiro de 2013.

lugar no Fórum Nacional das Associações dos Trabalhadores, Fórum de Concertação Sindical (Lindell, 2008).

Na Guiné-Bissau, as organizações das mulheres são objecto de estudo de Patrícia Gomes (2008). O exemplo da organização que abrangeu as trabalhadoras de vários sectores de actividade é criada em 1992, a AMAE - Associação das Mulheres de Actividade Económica. Outro exemplo de organização, neste caso no sector financeiro informal é a Cooperativa Bambaram “cuja finalidade é a de arrecadar as poupanças das pequenas empresárias do sector informal para a concessão do crédito e a educação económica e social dos seus membros” (Gomes, 2008: 3). Existe também na Guiné uma associação cujo objectivo principal é defender os interesses dos comerciantes informais: a AVMB, Associação dos Vendedores do Mercado de Bandim (Feliciano, Lopes, Rodrigues, 2008: 97-98).

Em São Tomé, as organizações sindicais têm desenvolvido acções com o objectivo de apoiar os trabalhadores do sector informal, entre outras formas através do fornecimento dos serviços jurídicos e formação (Feliciano, Lopes, Rodrigues, 2008: 98).

O caso de Cabo Verde, até agora pouco descrito, será apresentado mais adiante, com base na investigação realizada no âmbito do projecto “Organizações e Representação na Economia Informal nos PALOP: experiências e perspectivas” (REF: PTDC/AFR/113992/2009).

## **2. Espaço**

A caracterização de um país é sempre um desafio quando as limitações não permitem uma apresentação completa de todos os aspectos importantes para desenhar um pano de fundo para os assuntos investigados. No caso deste trabalho há outra dificuldade – por um lado é uma análise sócio-económica dos processos de organização na economia informal, mas por outro lado, por ser o estudo de caso de uma associação de artesãos, aborda várias questões ligadas com o artesanato, porque só assim a percepção mais adequada da especificidade desta associação é visível. Por isso, para além da breve apresentação sócio-económica do país, alguns elementos históricos aparecem nesta descrição de Cabo Verde e mais a frente da Ilha de São Vicente e da Cidade do Mindelo. Só tendo em conta a história, se pode falar de artesanato cabo-verdiano e, em maior grau ainda, sobre o artesanato da Ilha de São Vicente.

## 2.1. Cabo Verde

*“Estranho país:  
no meio da água  
com sede  
no meio do sal  
tão doce  
no meio do céu  
sem chuva.”*

(Mendes, et. al., 2002: 22)

Cabo Verde é um pequeno país insular. Dez ilhas, nove das quais habitadas, situam-se a cerca de 455 km da costa ocidental africana. As ilhas, divididas em dois grupos: Barlavento no norte e Sotavento no sul<sup>17</sup>, são diferenciadas em termos de superfície, condições climatéricas, geográficas e, como a consequência de todos estes factores, em número de habitantes e na situação sócio-económica. Mesmo que desprovidas de matérias primas, e com um clima que dificulta o desenvolvimento da agricultura, com períodos de seca prolongados e irregulares, desde a data da sua descoberta as ilhas foram consideradas como um ponto estratégico por causa da sua posição entre os quatro continentes: Europa, África e Américas. Desabitadas no momento de chegada dos europeus<sup>18</sup>, foram gradualmente<sup>19</sup> povoadas por colonos da Europa<sup>20</sup> e escravos da Costa Africana<sup>21</sup>. Desempenharam um papel importante na rota de escravos. É na Cidade Velha, na Ilha de Santiago, que desembarcavam os navios vindos da África Ocidental, das terras estendidas entre a actual Serra Leoa e o Senegal, para seguir depois em direcção das Antilhas, Cartagena, Honduras, Caracas, Pará e Maranhão (Carreira, 2000).

---

<sup>17</sup> O grupo do Barlavento (o nome significa o lado de onde sopra o vento) é constituído pelas ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (ilha desabitada), São Nicolau, Sal e Boavista. As ilhas do Maio, Santiago, Fogo e Brava fazem parte do grupo do Sotavento (o lado oposto ao lado do qual sopra o vento).

<sup>18</sup> As primeiras ilhas - Santiago, Fogo, Maio, Boa Vista e Sal - foram descobertas em 1460. As restantes ilhas foram descobertas gradualmente até 1462.

<sup>19</sup> Primeiro foram habitadas as ilhas de Santiago (a partir de 1462) e Fogo (1482), a seguir as ilhas de Santo Antão e São Nicolau (a partir dos meados do século XV), Boa Vista e Maio. Depois de uma erupção do vulcão na ilha do Fogo, foi habitada a ilha vizinha, Brava, e só no século XIX a ilha do Sal (1834) e a ilha de São Vicente (Albuquerque et. al., 1991, Ferro, 1998, Lima, 2001, República de Cabo Verde, 1984, Silva, 2005).

<sup>20</sup> Na sua maioria os portugueses, nobres e plebeus, mas também os genoveses, espanhóis (Carreira, 2000: 289)

<sup>21</sup> Carreira estima o número de vários grupos étnicos provindos da Costa Ocidental Africana para 27 grupos e alguns subgrupos (Carreira, 2000: 305).

As difíceis condições climatéricas das “terras desarborizadas, agrestes, com muitos montes e vales, assoladas por frequentes secas e fomes” (Carreira, 2000, 281), influenciaram fortemente o processo da formação desta sociedade insular com a sua língua, os seus modos de vida, a sua cultura. Por não ser a terra de origem, tanto para os europeus, como para os africanos, tornou-se um terreno onde todos os que a povoaram tinham que se adaptar às condições encontradas. Desde o início as pessoas das duas raças misturavam-se, tanto biologicamente, por falta das mulheres brancas (Davidson, 1983: 42), como culturalmente, criando um povo mestiço, que ao longo dos anos conseguiu formar a sua própria identidade, o que o levou a lutar pela sua existência independente de Portugal, que conseguiu em 1975.

Na altura em que ganhou a independência, a viabilidade de existência do país foi questionada internacionalmente. Cabo Verde encontrava-se numa situação de extrema pobreza e era considerado como um dos arquipélagos com maior vulnerabilidade. A ajuda internacional foi um dos factores que possibilitou o desenvolvimento das ilhas, mas não o único. Inquestionáveis são os factores internos: a boa governação, a estabilidade política e social e a boa eficácia de utilização de ajuda ao desenvolvimento. Tudo isso fez com que as pequenas ilhas evoluíssem apesar dos constrangimentos tanto de natureza geográfica e climática, como económica.

Depois de se tornar independente, o país tomou de imediato iniciativas que conduziram à melhoria das condições de vida dos habitantes e à erradicação da pobreza, reconhecendo “o papel importante da planificação e da centralização de todas as actividades” (Cardoso, 2007: 162). O desenvolvimento teve sempre a dupla dimensão que abrangia a integração na economia mundial e o desenvolvimento local (Reis, 2000: 23). Ao longo dos anos foram implantados Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND). No primeiro período de existência do país como uma república monopartidária (entre 1975 e 1991), as indicações do Primeiro e Segundo PND apontavam nas estratégias de desenvolvimento local, a valorização dos recursos endógenos e a produção para o mercado interno, com o Estado como o protagonista, impulsionador e gestor de actividade produtiva (Cardoso, 2007, Reis, 2000). Os PND seguintes<sup>22</sup>, criados a partir de início dos anos 90<sup>23</sup>, “introduziam alterações estratégicas fundamentais: liberalização da economia e promoção do investimento privado em actividades produtivas” (Cardoso, 2007: 164). Os objectivos comuns nas duas etapas de implementação dos PND foram sempre: a melhoria/construção

---

<sup>22</sup> III PND: 1992-1995, IV PND: 1997-2000, V PND: 2002-2005.

<sup>23</sup> Nos anos 1990-1991 houve mudanças políticas importantes. Em resultado do processo de democratização no país, começaram a ser criados os novos partidos políticos e em 1991 houve as primeiras eleições legislativas que levaram ao poder o novo partido Movimento para a Democracia (MPD).

de infra-estruturas e formação dos recursos humanos considerados como elementos básicos para o crescimento do país.

Um dos desafios dos governos seguintes foi a erradicação da pobreza, que ao longo dos anos diminuiu de forma significativa<sup>24</sup>, mas ainda continua a afectar mais de um quarto da sociedade cabo-verdiana – 26,6% vive a baixo do limiar de pobreza e 21% sofre de pobreza extrema, vivendo com menos de 1,25USD por dia (UNDP, 2011). Já nos PND III e IV, esta foi uma das questões prioritárias, resultando na elaboração do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP), cuja implementação se iniciou em 1999 e que contou com uma vertente direccionada ao meio rural e designada como o Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural (PLPR), editado no ano 2000<sup>25</sup>. Nos anos seguintes foram desenvolvidos os Documentos de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP)<sup>26</sup>, que estabeleceram cinco eixos de processo de desenvolvimento: boa governação, capital humano, competitividade, infra-estruturas e coesão social. Com o carácter pluri-sectorial, a nova forma de combate à pobreza “tem uma abordagem integrada e horizontal relativamente aos diferentes domínios da governação, em estreita articulação com as políticas que procuram promover o crescimento económico” (Ministério das Finanças e do Planeamento, 2004: 1). Há pouco tempo, em Março de 2013, foi lançado um novo Programa de Luta Contra a Pobreza intitulado “Oportunidades” que é um “programa de oportunidades socioeconómicas rurais e resulta de um acordo entre o Governo de Cabo Verde e o FIDA<sup>27</sup>” e que pretende dar seguimento as acções já desenvolvidas no âmbito do PLPR, direccionando as suas propostas em grande parte aos jovens e às mulheres<sup>28</sup>.

A pobreza é mais profunda no meio urbano e mais extensa no meio rural. É especialmente severa no caso das famílias chefiadas por mulheres, nas famílias mais numerosas e também tem a ver com o nível de formação. As ilhas mais pobres são as ilhas agrícolas: Santo Antão e Fogo.

“A incapacidade da economia gerar postos de trabalho é uma das determinantes da pobreza” (Cardoso, 2007: 225). De acordo com os últimos dados do INE, o desemprego

---

<sup>24</sup> Em 2001, o nível de pobreza estava estimado em 36,7% e a percentagem de população muito pobre atingiu os 80% de todos os pobres (INE, 2004).

<sup>25</sup> Em 2010, o Programa Nacional de Luta contra Pobreza foi classificado pelo FIDA entre os seis melhores programas em termos de performance em África, juntamente com Senegal, Níger, Gâmbia e Mauritânia. Foi distinguido entre 50 projectos de luta contra a pobreza no meio rural em África Ocidental e Central (*Jornal da Noite*, TCV, 15/11/10).

<sup>26</sup> I DECRP: 2004-2007, II DECRP 2008-2011.

<sup>27</sup> Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola.

<sup>28</sup> Informações através de sites <http://www.africa21digital.com/> e <http://noticias.sapo.cv/>.

atinge 12,2%<sup>29</sup>, sendo maior no meio urbano (13,7%) do que rural (9,4%) e atingindo mais mulheres (13,2%) do que homens (11,4%). A taxa de desemprego é mais significativa entre os jovens com menos de 24 anos (27,1%) e é particularmente alta no caso das pessoas com formação superior (16,8%) e os que concluíram o ensino secundário (19,4%)<sup>30</sup>.

Apesar dos diversos constrangimentos, o desenvolvimento económico do país foi significativo ao longo das últimas décadas. Em 2008, Cabo Verde saiu do grupo dos Países Menos Avançados e integrou o grupo dos Países de Desenvolvimento Médio<sup>31</sup>. Actualmente Cabo Verde ocupa o 138º lugar, com o índice de desenvolvimento humano estimado em 0,568 e com o crescimento durante a última década de 0,75%<sup>32</sup>. Um pouco antes, no mesmo ano de 2008, o país concluiu o processo de adesão à Organização Mundial de Comércio (OMC)<sup>33</sup>. “Cabo Verde foi o primeiro país africano e o terceiro ainda na qualidade

---

<sup>29</sup> Importa ressaltar que a partir de 2009 o INE mudou a forma de calcular a taxa de desemprego, o que “subestima gravemente a dimensão real do desemprego no país” (*Expresso das Ilhas*, 30/03/2013). A nova metodologia foi apresentada no relatório do Inquérito ao Emprego (INE, 2010a). Os valores calculados apresentam o emprego no sentido estrito que variam significativamente dos valores no sentido lato. A taxa de desemprego foi calculada com utilização dos seguintes critérios: 1º) Não ter trabalhado pelo menos 1 hora na semana de referência e não ter um trabalho de que esteve ausente na semana de referência; 2º) Estar disponível para trabalhar nas próximas duas semanas; 3º) Ter procurado activamente um emprego, nas últimas 4 semanas que precederam o início do inquérito.

Ainda, segundo esta abordagem, inclui-se apenas no efectivo dos desempregados, os indivíduos que embora obedeam os dois primeiros critérios, não procuraram trabalho, pelo motivo seguinte: • Início brevemente de um trabalho/negócio (INE, 2010a: 6). O terceiro critério definido desta forma, exclui da contagem grande parte das pessoas sem trabalho, que “desencorajados, desistiram de procura activa de trabalho” (*Expresso das Ilhas*, 30/03/2013).

<sup>30</sup> Dados do *Inquérito ao emprego 2011*, fornecidos pelo INE.

<sup>31</sup> As Nações Unidas tomaram a decisão sobre a saída de Cabo Verde do grupo dos Países Menos Avançados já no final do ano 2004. No entanto, para possibilitar a adaptação gradual a nova situação, foi recomendada uma passagem gradual que só se tornaria efectiva após o período de três anos para que esta promoção não fosse o “obstáculo” para o desenvolvimento do arquipélago. Foi criado o Grupo de Apoio à Transição (GAT) com o objectivo de criar as estratégias de transição. 3 anos depois, em 2008 o país integrou o grupo dos Países de Desenvolvimento Médio (através do site: <http://www.africanidade.com/> consultado em Dezembro 2011).

<sup>32</sup> HDI em 2000: 0,523; 2005: 0,543, 2009: 0,564, 2010: 0,566 (UNDP, 2011).

<sup>33</sup> O Governo da República de Cabo Verde solicitou a adesão à Organização Mundial do Comércio em Novembro de 1999. Na sua reunião de 17 de Julho de 2000, o Conselho Geral estabeleceu um Grupo de Trabalho para examinar o pedido do Governo de Cabo Verde para aderir à Organização Mundial do Comércio. “Tendo realizado o exame do regime de comércio externo de Cabo Verde e tendo em vista as explicações, compromissos e concessões feitos pelo representante de Cabo Verde, o Grupo de Trabalho chegou à conclusão de que Cabo Verde fosse convidado a

de País Menos Avançado a aderir à Organização Mundial do Comércio pela via negocial”, tirando desta adesão várias vantagens, entre as quais: expansão do ambiente de negócios, criação de um ambiente de negócios seguro e estável, acesso aos mercados de bens e serviços dos 152 membros da OMC, com maior segurança e com regras iguais para todos, a liberalização do mercado<sup>34</sup>. Outro facto importante tem a ver com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). “O país está no caminho certo para cumprir a maioria dos ODM até 2015, particularmente no domínio da educação e saúde e vários dos seus indicadores já são excepções na região” (Ministério das Relações Exteriores, *et.al.*, 2012: 9).

A taxa de crescimento do PIB foi estimada em 5,6% em 2011 e o seu valor era de 1,9 mil milhões de USD. O PIB *per capita* era de 3798 USD no mesmo ano<sup>35</sup>. O crescimento do PIB foi significativo durante últimos anos. Uma das características deste pequeno país com grande diáspora é o peso que as remessas dos imigrantes têm no PIB nacional<sup>36</sup>. De acordo com os dados das Nações Unidas, em 2010 as remessas constituíam 9,4% do PIB (UNDP, 2011). A economia concentra-se nos serviços que representam mais de 80% do PIB. “Na última década, a economia especializou-se no turismo que domina o sector terciário, onde representa 80% e é o motor da economia, com cerca de 26% do PIB (...). A indústria limita-se à manufactura ligeira e representa apenas cerca de 3,4% do PIB. O sector primário contribui com apenas cerca de 6% do PIB, apesar de assegurar o emprego de quase 40% da população”<sup>37</sup>.

---

aceder ao Acordo de Marraquexe que institui a OMC nos termos das disposições do artigo XII” (Organização Mundial do Comércio, 2007: 82).

<sup>34</sup> Através do site do Ministério das Relações Exteriores <http://www.mirex.gov.cv>, última vez consultado em Março de 2013.

<sup>35</sup> Através do site do Banco Mundial: <http://www.worldbank.org/>, última vez consultado em Março 2013.

<sup>36</sup> O contributo de remessas para o PIB tem tendências decrescentes nos últimos anos. Mas já chegou a atingir mais de 20% do PIB (no início dos anos 80: 28,2% em 1980 e 22,7% em 1981 e nos anos 90: 21,3% em 1992, 21% em 1994, 21,7% em 1995, 20% em 1996) (dados do Banco Mundial <http://www.worldbank.org/>, última vez consultado em Março 2013).

<sup>37</sup> Através do site African Economic Outlook <http://www.africaneconomicoutlook.org/en/>, última vez consultado em Março de 2013.

**Quadro 1.1 Valor do PIB (USD), taxa do crescimento anual do PIB (%) e PIB *per capita* (USD) no período 1980-2010**

Ano	PIB (USD)	Taxa do cresc. anual do PIB (%)	PIB <i>per capita</i>
1980	142,246,876	-	456
1985	137,728,155	8.6	419
1990	306,891,107	0.7	881
1995	487,148,994	7.5	1,233
2000	539,227,053	7.3	1,233
2005	971,976,952	6.5	2,055
2010	1,659,053,271	5.2	3,345

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Banco Mundial <http://www.worldbank.org/>.

O país é actualmente habitado por quase meio milhão de pessoas (491683 habitantes de acordo com o Censo 2010<sup>38</sup>)<sup>39</sup>, mas o número de cabo-verdianos é muito maior, tendo em conta a diáspora. A dimensão desta é difícil de definir por falta de dados exactos, a dificuldade em obtê-los e também por causa de vários indicadores que podem ter importância como demarcadores para a inclusão/exclusão na contagem. Estima-se que o número de habitantes a viver fora do país é igual ou até duas vezes superior que o número de habitantes das Ilhas (Cardoso, 2007). A emigração é uma das características desta sociedade crioula, uma “espécie de predestinação e de espírito em movimento que emerge nos cabo-verdianos, em paralelo, e por oposição, ao forte sentimento de pátria (*caboverdianidade*) que parece encontrar o seu alimento nesta mesma necessidade de se movimentar para *escapá vida* (emigrar para conseguir sobreviver)” (Grassi *et al*, 2007: 25). A emigração, como uma das estratégias de sobrevivência, molda não só o carácter dos cabo-verdianos, mas também influencia a cultura, que é mais aberta para a absorção das modas e tendências que vêm de fora e ao mesmo tempo é de certa forma mais conservadora, especialmente na diáspora que constitui um dos pilares de preservação da identidade.

A insularidade, as condições difíceis, as influências múltiplas, europeias e africanas, condicionaram o desenvolvimento da cultura cabo-verdiana, por muitos considerada como uma das maiores riquezas do arquipélago. A música é, sem dúvida, a manifestação cultural

<sup>38</sup> Os dados do Censo 2010 provem do site do Instituto Nacional de Estatísticas, [www.ine.cv](http://www.ine.cv), última vez consultado em Março 2013, e dos materiais disponibilizados pelo INE.

<sup>39</sup> A sociedade que habita a arquipélago é muito jovem, quase 350 mil habitantes tem menos de 35 anos. A população urbana prevalece quando comparada com a população rural (303673 e 188010 respectivamente) e o número das mulheres é ligeiramente superior ao número dos homens (248282 e 243401 respectivamente).

mais importante. “É uma riqueza que nós temos, que Deus nos dá. Nós não temos mais nada – só a música. E, felizmente, estão a gostar dela lá fora” como afirmou Cesária Évora num dos documentários biográficos. Mas para além da música existem outras manifestações culturais, como a dança, o teatro, as artes plásticas ou o artesanato. Este grande valor que a cultura possui foi finalmente considerado como um caminho possível para o desenvolvimento e as políticas culturais foram elaboradas no âmbito do Plano Estratégico Intersectorial da Cultura (PLEI-Cultura), cuja implementação será “uma oportunidade para desenvolver soluções em vários sectores da vida do país: criar emprego; proteger o ambiente; criar riqueza; priorizar o empresariado jovem; participar clara e significativamente no aumento do PIB e no crescimento económico; empoderar os agentes locais, Associações, Empresas e unidades semi-industriais criativas; fomentar maior envolvimento do sector privado e estimular o empreendedorismo” (Ministério da Cultura, 2011: 2). O PLEI-Cultura está a ser implementado gradualmente, e mesmo que muitos dos seus objectivos ainda não tenham sido cumpridos, deve ser considerado como um passo significativo que pode influenciar, através da cultura, o desenvolvimento da economia cabo-verdiana.

## **2.2. Ilha de São Vicente e Cidade de Mindelo**

Entre as nove ilhas habitadas do Arquipélago de Cabo Verde, cada uma possui características próprias, não só geográficas mas também sociais, económicas, culturais, linguísticas. E há uma que para além de acolher ao longo dos anos os habitantes das outras ilhas, que aí procuravam o trabalho, inicialmente só temporário, mas com o decorrer do tempo, acabavam por se fixar aí, teve a presença dos ingleses que junto com as pessoas de outras nacionalidades que diariamente desembarcavam no seu porto, deixaram marcas importantes no seu desenvolvimento e no processo de formação da sua cultura. São Vicente, situada na parte do arquipélago que antigamente era designada como o *mar das Desertas*<sup>40</sup>, foi povoada relativamente tarde e só após várias tentativas mal sucedidas<sup>41</sup> por causa das suas condições geográficas e climatéricas extremamente difíceis. Foi a mudança da

---

<sup>40</sup> Assim na geografia popular no século XVIII era designada a parte do arquipélago que abrangia as ilhas do Sal, Santa Luzia, São Vicente e os ilhéus Branco e Raso (Silva, 2005: 24).

<sup>41</sup> As tentativas de povoar a ilha de São Vicente começaram no século XVIII. A ilha até então servia como pasto do gado dos habitantes das ilhas vizinhas, Santo Antão e São Nicolau. Mas a sua importância estratégica levou à formulação do decreto que ordenava a povoação da ilha (1781, reinado da D. Maria I). No entanto os sucessivos povoamentos com o sentido de desenvolver a agricultura e criação de gado, acabavam com o insucesso. “Depois de 1813 vegeta em S. Vicente uma população diminuta e medíocre composta essencialmente por aventureiros, pastores de rebanhos alheios, prostitutas e degredados. A letargia instala-se” (Silva, 2005: 51).

estratégia, causada pelos impulsos vindos tanto de dentro, como de fora<sup>42</sup>, e a aposta no aproveitamento das condições naturais da Baía do futuro Porto Grande, formado pela cratera submarina de um vulcão, que proporcionou o desenvolvimento desta Ilha, seca e árida, praticamente desprovida de um dos recursos mais importantes: água potável. Quando no século XIX a sua posição estratégica e o seu porto com óptimas condições foram definitivamente especificados como cruciais para o sucesso da povoação desta ilha, muito rapidamente o seu desenvolvimento progrediu. Após a instalação das companhias inglesas de depósito de carbono, os navios que atravessavam o Atlântico, começavam, cada vez em número maior, a parar no porto que recebeu o nome de Porto Grande. Levavam carvão necessário para as longas viagens e deixavam os ingredientes europeus, materiais e imateriais, que foram incorporados pela sociedade sãovicentina, que estava neste período em fase de formação. O porto garantia o emprego, mesmo que muitas vezes incerto, sem contratos e condições dignas, a um número cada vez maior dos cabo-verdianos que aí chegavam, não só das outras ilhas do Barlavento, mas também de algumas de Sotavento (República de Cabo Verde, 1984, Silva, 2005). A povoação em torno do porto cresceu rapidamente, tornando-se vila em 1858 e foi elevada à categoria de cidade em 1879. Mesmo que outros focos de habitações foram criados por pescadores (Salamanca, São Pedro) ou agricultores (Ribeira de Julião, Monte Verde, Mato Inglês, entre outros), foi o Mindelo que ditou as dinâmicas de desenvolvimento da ilha e que até agora é a localidade mais importante em São Vicente.

O período de prosperidade do Mindelo graças ao seu porto foi bastante curto, mas suficiente para formar a sociedade mindelense, aberta, cosmopolita, um pouco vaidosa, sempre a par das notícias e tendências que chegavam junto com os navios que entravam na Baía do Porto Grande. A movimentação no porto atraía os habitantes das outras ilhas, onde a subsistência era baseada em grande parte na agricultura e esta, com os prolongados e irregulares períodos de seca, tão características para o arquipélago, nem sempre conseguia garantir os meios de sobrevivência para as famílias. O número de mão-de-obra na Cidade do Mindelo quase sempre era maior do que os postos de trabalho disponíveis, o que foi frequentemente aproveitado pelos donos dos depósitos de carbono que não costumavam proporcionar empregos fixos, mas ofereciam as ocupações diárias, pagando diariamente aos trabalhadores. Todo este período, desde o início do funcionamento de Porto Grande,

---

<sup>42</sup> Sugestão de mudança de capital cabo-verdiana formulada pelo Governador António Pussich que procedeu a uma tentativa de povoamento da ilha, criando a localidade chamada Leopoldina. Intuição do Joaquim Pereira Marinho acerca do valor da Baía do Porto Grande (anos 30 do século XIX). Avaliação da posição da ilha e suas condições para o desenvolvimento de um porto pelos ingleses (1837). O nome Mindelo foi dado à localidade em 1838 (Silva, 2005).

até a decadência deste, é caracterizado pelos constantes altos e baixos, os resultados da situação externa que, em grande parte, ditava a afluência dos navios ao Mindelo<sup>43</sup>.

A abertura do Liceu na Ilha, em 1917, foi o outro factor que teve bastante importância para os habitantes de São Vicente. O acesso facilitado ao ensino secundário possibilitou a muitos mindelenses o acesso aos melhores empregos e implicou a melhoria da sua situação económica e social. Influenciou também o desenvolvimento da cultura que, junto com a curiosidade natural saciada parcialmente pelos passageiros de origens diversas, que passeavam pelas ruas do Mindelo, partilhando as suas manifestações culturais, levou à ascensão (informal) do Mindelo a capital cultural de Cabo Verde.

O número de habitantes cresceu rapidamente, mesmo com alguns decréscimos causados pelas secas e epidemias<sup>44</sup>, e gradualmente<sup>45</sup> a ilha tornou-se a segunda em número de população no arquipélago. A característica interessante é o seu carácter urbano – 92,6% da população, estimada em 76140 pessoas (Censo 2010), habita actualmente a única cidade da ilha. É uma ilha praticamente “sem interior” e há quem diga que a vizinha, Santo Antão, é o interior de São Vicente, porque é daí que provem a parte significativa dos bens alimentares (Barros, 2013). Assim como no século passado e ante-passado, a ilha atrai habitantes de outras partes do arquipélago, devido ao seu porto e à cidade, onde esperam encontrar mais oportunidades de emprego do que nas ilhas caracterizadas como agrícolas. A população do Mindelo é jovem, 66% dos habitantes tem menos de 35 anos. O número de homens supera ligeiramente o número de mulheres, 50,4% e 49,6% respectivamente. Os agregados familiares não são muito numerosos: o número médio está

---

<sup>43</sup> Os historiadores sublinham que as políticas de companhias inglesas de fornecimento de carvão também tiveram influência na diminuição em certas alturas do número dos navios que entravam no Porto Grande. Por falta de concorrência entre elas, o preço de carvão era mais alto do que nos outros portos nas ilhas do Atlântico (ex. Caraíbas) e foi aí que os navios se dirigiam para completar as suas reservas.

<sup>44</sup> No início de século XX houve uma das maiores fomes que causou uma redução muito significativa da população: a outra fome com consequências dramáticas teve lugar em 1913. Nos anos 1931-33 houve um novo período de seca. A crise, que ao mesmo tempo se instalou, foi a outra causa de pioramento da situação dos habitantes da cidade que resultou em greves e manifestações (Cordeiro, 2003).

<sup>45</sup> Na altura em que a localidade foi designada como Mindelo, em 1838, o número da população estava estimado em 350-400 pessoas. Até final de século cresceu de forma significativa chegando aos 8780 habitantes em 1900. Dez anos mais tarde, e este período prolongado foi causado pela fome que ocorreu no início do século, ultrapassou pela primeira vez os 10000 habitantes. Em 1940 ultrapassou os 15 mil e nas próximas décadas crescia regularmente (1950: 19576, 1960: 20705, 1970: 31578, 1980: 41594, 1990: 51277, 2000: 67163), ultrapassando em número de população a vizinha, muito maior, ilha de Santo Antão (República de Cabo Verde, 1984, Medina, 2009, INE).

estimado em 3,8 pessoas. Quase metade deles é chefiada por mulheres (48,1%) (Censo 2010).

As condições de alojamento melhoraram bastante ao longo dos últimos anos e em vários casos superam a média do país. 57,6% dos alojamentos tem ligação à rede pública de distribuição de água, a electricidade é fornecida a 88% das moradas e 78% possui a instalação sanitária. A rede de esgotos é a principal forma de evacuação de águas residuais (68,2%), complementada por fossas sépticas (12,4%) (Censo 2010).

A taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais é de 86,1%, com o número dos homens a superar o das mulheres (90,4% versus 81,8%) e bastante mais elevada se tivermos em conta só os jovens dos 15 a 24 anos (97,8%), mas neste caso as mulheres superam os homens (98,4% versus 97,2%). 37% da população com mais de três anos está a frequentar um estabelecimento de ensino, 51,9% já não está, mas frequentou, e 10,4% nunca frequentou. 3298 pessoas de São Vicente declararam ter o diploma completo do ensino médio ou superior (Censo 2010). Actualmente no Mindelo funcionam várias universidades: pública Universidade Cabo Verde – Uni-CV e privadas: Universidade do Mindelo, ISCEE - Instituto Superior de Ciências Económicas Empresariais, Instituto Jean Piaget, Universidade Lusófona e M\_EIA, Escola Internacional de Artes do Mindelo. Para além destas instituições do ensino superior, há também centros de formação: Centro de Emprego e Formação Profissional do Mindelo, Centro Ti Nene, Centro Técnico do Mindelo e Cooperativa do Mindelo. Esta grande variedade não só facilita o acesso ao ensino superior e profissional aos habitantes da ilha, sendo o motivo dos resultados acima da média nas estatísticas, mas também atrai os jovens das outras ilhas que já podem optar por continuar os estudos no país..

A economia da ilha baseia-se principalmente no comércio e serviços. A importância do porto permanece significativa, a pesca, e também as áreas com ela relacionadas (conservas, salga e seca de peixe), são outras fontes importantes de receitas. O turismo tem cada vez mais peso na economia do Mindelo. A ilha gera aproximadamente 17% do PIB nacional (16 milhões de contos = 148 milhões de euros), a receita fiscal representa cerca de 18% das receitas fiscais do país e o volume de negócios das empresas a funcionar aí ultrapassa os 23% da totalidade dos negócios do arquipélago (*Notícias do Norte*, 6/11/12). No entanto a ilha mergulha numa crise profunda e precisa de políticas que a ajudem a sair desta situação e melhorar as condições da vida dos habitantes. A taxa de desemprego atingiu os 19,2% superando significativamente a média no país, estimada em 2012 em 13,1%. O desemprego atinge especialmente jovens, em muitos casos à procura do primeiro emprego e é caracterizado por longa duração. Há mais mulheres do que homens desempregadas, o que agrava a situação, tendo em conta que quase metade dos

agregados familiares é chefiada pelas mulheres (47,6%) e que 52,5% dos pais biológicos não vivem com os seus filhos nos mesmos agregados familiares (Censo 2010).

Mas há outro factor importante que não pode ser omitido quando se fala de São Vicente. A cidade do Mindelo foi sempre considerada como a capital cultural de Cabo Verde. Mesmo que “já não tem a pujança que teve”, o que afirma uma das pessoas que bem conhece tanto a cidade, como a sua vida cultural, Leão Lopes (entrevista 18), continua a distinguir-se das outras ilhas ao nível das actividades culturais. Vários artistas, pessoas ligadas à cultura e também os habitantes da cidade que assistem a eventos culturais, confirmam a opinião do Leão Lopes, recordando os tempos mais antigos, quando a cidade era muito mais viva e a sua vida cultural mais rica e diversificada. Uns culpam o governo por falta de interesse pela cultura e como consequência os meios financeiros insuficientes para a sua reactivação. Outros dizem que as mudanças mais globais, as novidades técnicas e o individualismo crescente, resultam em alterações dos hábitos, o que leva à diminuição da procura de actividades culturais colectivas. Leão Lopes analisou, durante a entrevista, os acontecimentos históricos do pós-independência que de certeza influenciaram as mudanças a nível da cultura e do seu desenvolvimento, tanto na ilha de São Vicente como em todo o arquipélago (entrevista 18)<sup>46</sup>.

---

<sup>46</sup> “Especialmente logo após a Independência até muito recentemente, creio que São Vicente teve uma pujança muito maior, criativa, com os projectos, com as actividades dos vários domínios que marcaram o país de alguma maneira. É verdade que a cidade do Mindelo é muito caracterizada pela sua animação cultural, mas isso não quer dizer que tenha produção cultural ou artística a altura que teve há alguns anos atrás. (...) Se gente estudar a história contemporânea cabo-verdiana, vamos perceber que durante a Independência as questões culturais foram vividas de outra maneira. Era afirmação geral, era o povo todo a reivindicar as suas raízes, a descobrir, a questionar, e movimento era verdadeiramente cultural. As pessoas se davam à causa da cultura para se afirmarem cabo-verdianas. E nessa altura, até a abertura democrática, Cabo Verde, sobretudo o São Vicente e a Praia também, foi muito marcado por geração anterior. A maior parte dos Claridosos estavam vivos (...) E havia uma juventude emergente quer queria se conhecer, queria afirmar-se. Então isto teve uma explosão em todos os domínios, na música, na literatura, no teatro, estava a se descobrir.... Era o momento em que o cinema também teve um impulso, o cinema amador. As pessoas queriam fazer coisas. Editorial também, as revistas, as secções de jornais com as intervenções dos escritores, etc. E a partir do pluralismo, de ponto de vista político, a sociedade já não sentia tanta necessidade de se afirmar dessa maneira mas sobretudo de se afirmar em liberdade, afirmar a sua liberdade política, a sua liberdade de actuação. E creio que as energias criativas deslocaram se um pouco para afirmação social, política e não propriamente para afirmação do património identitário, daquilo que nos identificava, daquilo que a gente queria resgatar para nos afirmar como Cabo-verdianos. (...) SV reflecte tudo isto. Um espaço onde o povo é aberto. A própria cidade proporciona isso, perfil cultural da ilha explica um pouco isso. Esta é uma ilha recente, a ilha que foi criada já com uma cultura

### 3. Teoria no espaço

#### 3.1. Economia informal em Cabo Verde

É difícil medir a informalidade. A diversidade de definições do fenómeno leva a múltiplas interpretações do grau de formalidade. O que é considerado formal para uns, não significa necessariamente o mesmo para os outros. Para além disso, o informal, mesmo que diferente de ilegal, está a infringir a lei e em muitos casos o silêncio é a forma de não se revelar e assim evitar eventuais consequências que possam surgir. Por estes motivos, existem divergências entre os números que descrevem a economia informal, mesmo que relacionados com o mesmo país, o mesmo sector ou a mesma faixa etária. É importante ter a ideia do tamanho deste fenómeno que prejudica as receitas do Estado, mas ao mesmo tempo garante a sobrevivência de milhares de pessoas às quais o Estado não consegue garantir os meios de sobrevivência por causa do défice cada vez maior dos empregos no sector formal. O certo é que o sector informal está a crescer e envolve cada vez mais actores. E, em grande parte dos casos, tanto em Cabo Verde, como nos outros países, “a maior parte da mão-de-obra exercendo uma actividade neste sector não o faz por escolha, mas por estar em situação difícil face ao emprego” (INE, 2010b: 38).

Em Cabo Verde, o sector informal está em expansão constante, mesmo que o Estado tenha começado a tomar várias iniciativas no sentido de facilitar a formalização dos trabalhadores informais (várias acções e formações sobre empreendedorismo, criação de empresas na hora, redução do capital social necessário para abrir uma empresa à 1CVE<sup>47</sup>, créditos bancários, entre outras) ou fornecendo os principais direitos dos trabalhadores, como por exemplo o acesso ao sistema de protecção social. Antes de apresentar de forma mais completa estas acções, serão traçadas algumas das características deste sector. Como base para esta descrição, serviu o relatório do *Inquérito ao Sector Informal* (INE, 2010b), único documento recente<sup>48</sup>, completo e relativamente detalhado<sup>49</sup> sobre a economia

---

urbana praticamente. Influência dos ingleses, o porto, etc, etc, deu esta carisma à essa ilha” (entrevista 18).

<sup>47</sup> A informação publicada no Boletim Oficial de 13 de Março de 2013. Antes o valor mínimo obrigatório era de 2500 contos o que levava muitas empresas a funcionarem sem registo oficial, fazendo parte da economia informal (*Expresso das Ilhas*, 15/03/2013).

<sup>48</sup> O primeiro inquérito ao sector informal foi executado em 1997 pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

<sup>49</sup> Entretanto verifica-se a falta de alguns dados importantes, pelo menos no relatório disponibilizado pelo INE. A apresentação dos dados sob o ângulo de divisão geográfica é um dos pontos fracos. Estão distinguidas as ilhas de São Vicente, Fogo e Santiago (com a divisão para a Cidade da Praia e o resto de Santiago) e o resto designado como “outras ilhas”. Este facto pode ser justificado por a maioria das UPI a funcionar nas ilhas acima especificadas, mas para conseguir um quadro mais

informal em Cabo Verde. Os seus resultados podem ser questionados e, comparando com os números fornecidos por outras instituições acerca do sector (por exemplo uma das centrais sindicais mencionada mais adiante), levantam certas dúvidas, mas importa ressaltar esta iniciativa da parte do Estado em perceber o sector, o que pode ser um caminho para encontrar soluções que permitam o acesso ao trabalho mais digno a grande parte da população. Para finalizar esta apresentação serão citados outros dados relativos ao sector informal, recolhidos ao longo da investigação.

O *Inquérito ao Sector Informal* foi a segunda fase da operação estatística realizada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) junto às famílias cabo-verdianas, com o objectivo de fornecer os dados acerca do sector e também sobre o emprego, que foi o tema da primeira fase, *Inquérito ao Emprego*, também realizado em 2009 (INE, 2010a). A unidade estatística do inquérito, denominada como unidade de produção informal (UPI), é um estabelecimento/unidade informal, “tendo o inquérito sido realizado junto dos trabalhadores por conta própria com pessoal ao serviço (patrões) e os trabalhadores por conta própria sem pessoal ao serviço” (INE, 2010b: 3). O sector informal é definido no âmbito deste inquérito como “o conjunto das unidades de produção que não dispõe de número de contribuinte e/ou de uma contabilidade organizada”. Importa sublinhar que “a pesquisa foi direccionada às unidades de produção informais não agrícolas” (INE, 2010b: 2).

De acordo com os resultados do inquérito, existem em Cabo Verde 24060 unidades de produção informal e a sua grande maioria (19964) funciona com uma única pessoa. O tamanho médio das UPI, estimado em 1,3 pessoas, permite calcular<sup>50</sup> o número aproximado dos trabalhadores do sector informal que atinge 31278 pessoas<sup>51</sup>. No meio urbano existem 63,6% das UPI e no meio rural 36,4% das UPI. Mais de 90% das UPI funciona como actividade principal para os seus proprietários e só 11,3% no meio urbano e 7,7% no rural como actividade secundária. Tendo em conta o sector de actividade, 51,5% das UPI opera na área de comércio, 33,9% na indústria e 14,6% na área designada como “outros serviços”. As divergências entre o meio urbano e rural não são significativas em relação ao comércio (52,2% e 50,5% respectivamente), mas já no caso da indústria, a percentagem é muito mais

---

completo a descrição da situação nas “outras ilhas” deveria ter sido considerada. Também o sector “Outros Serviços”, que junto com a “Indústria” e o “Comércio” constitui os três grandes sectores da actividade aqui distinguidos e analisados, está um pouco limitativo na sua distinção dos ramos de actividade que fazem parte dele (ao lado dos Transportes, Hotel/Restauração e Reparação, existe a categoria relativamente numerosa denominada simplesmente como “Outros Serviços”, sem especificar a que tipos de emprego se refere).

<sup>50</sup> Este número não está especificado no relatório.

<sup>51</sup> Se comparar este número com o número da população activa, tirado dos resultados do CENSO 2010 e estimado em 177297 pessoas, os trabalhadores informais constituíam somente cerca de 18% dos trabalhadores.

elevada no meio rural (43,7% contra os 28,3% no meio urbano), ao contrário dos serviços que prevalecem no meio urbano (28,3% contra somente 5,8% no meio rural). A maioria das UPI (56%) foram criadas nos últimos dez anos, o que comprova a expansão do sector informal. Especialmente significativo foi o crescimento do número das UPI na área de serviços e a diminuição, desde 2006 na área da indústria. O auto-emprego prevalece significativamente em relação ao número de assalariados, o que corresponde ao tamanho das UPI. O relatório sublinha a característica do trabalho informal em relação à mão-de-obra: “a insegurança na função que exercem, referenciado aqui pelo tipo de contrato que tem com a entidade patronal e a falta de protecção em caso de doenças e acidentes de trabalho e demais benefícios /vantagens de que podem usufruir” (INE, 2010b: 11). Só 6,1% dos trabalhadores informais beneficia da cobertura social institucional. O número de mulheres na economia informal supera ligeiramente o número de homens (52,5% versus 47,5%), dominando no comércio (76% são mulheres). A idade média dos trabalhadores foi estimada em 38,7 anos. Os jovens menores de 25 anos constituem 14,6% do sector. A nível de remuneração, a média mensal é de 23,5 contos, sendo igual no meio rural e urbano. A mais alta é nas “Outras Ilhas” (27,9 contos) e em São Vicente (24,6 contos), mais baixa na Praia (21,4 contos) (INE, 2010b).

“A grande maioria das UPI é desconhecida das diferentes instituições administrativas consideradas” (INE, 2010a: 31). O número de identificação fiscal possuem 29% das unidades informais, mais nas cidades (34,7%) do que no meio rural (19,1%). Como o principal motivo de não registo é indicada a falta de conhecimento acerca de obrigatoriedade de inscrição. 62,2% das UPI não tem o NIF por este motivo. No meio rural esta percentagem ultrapassa os 80%. Os outros motivos apresentados referem a elevada complexidade do processo do registo (5,2%) e o preço desta operação (2,4%). Poucos (1,8%) respondem que não querem colaborar com o Estado. Questionados sobre se pretendem registar a sua actividade, 46% respondem que não estão dispostos. Em relação aos impostos, das 76,6% das UPI que não as pagam, só 30,7% estão dispostas a começar a pagar. A taxa de não registo no INPS em 2009, na altura do inquérito foi superior aos 96% (INE, 2010b). Supostamente ao longo dos últimos anos houve alguma alteração neste número causado pelas alterações importantes que foram efectuadas na regulamentação de protecção social em 2009<sup>52</sup>. Entretanto como não foi feito um novo inquérito ao sector informal<sup>53</sup>, os dados não podem ser actualizados.

---

<sup>52</sup> A reforma do INPS, especialmente os dois novos diplomas, relacionados com a protecção social dos trabalhadores informais, será apresentada mais abaixo.

<sup>53</sup> A informação confirmada no Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde no dia 27 de Fevereiro de 2013.

Os resultados acima apresentados estão directamente relacionados com a situação precária em que os trabalhadores informais exercem as suas funções. A grande incerteza em relação aos vencimentos mensais, que em muitos casos não são suficientes para garantir a subsistência, é a causa mais directa de não pagamento dos impostos e das contribuições ao sistema de protecção social. A mencionada falta de conhecimento das leis, tem a sua origem na inexistência de comunicação entre as instituições públicas e os trabalhadores.

No final do *Relatório do Inquérito ao Sector Informal* são apresentadas as principais dificuldades encontradas pelas unidades de produção informal. Entre elas, o maior peso tem a falta de clientes (57,6%) e muita concorrência existente entre UPIs (50,5%). Falta de matérias primas ou mercadoria (44%) e os equipamentos insuficientes (24,2), ocupam os lugares seguintes. Mais um motivo que preocupa quase um terço dos trabalhadores é a falta de espaço (30,2%). Dos problemas que têm a sua origem directamente na informalidade das UPI, o mais articulado é a dificuldade em acesso ao crédito (24,4%). Para vencer os obstáculos que impossibilitam o funcionamento satisfatório das UPI, os seus chefes optam pelo apoio no acesso ao crédito (44,6%), acesso a grandes encomendas (44,4%), formação técnica (37,4%), máquinas modernas (35,8%). Menos de um terço gostaria de obter ajuda em organização das contas (28,7%) ou em registo de actividade (27,8%) (INE, 2010b). Muitas das dificuldades aqui apresentadas e as ajudas requeridas correspondem às que estão articuladas pelos artesãos da associação que é o objecto do estudo de caso neste trabalho, tanto como outros representantes desta classe que não pertencem à Associação *Camin*.

A dimensão de economia informal em Cabo Verde, apresentada no *Relatório do Inquérito ao Sector Informal* (2010b) não corresponde ao número estimado por sindicatos. Júlio Ascensão Silva, Secretário Geral da União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde – Central Sindical (UNTC-CS) na entrevista no “Nha Terra, Nha Cretcheu”<sup>54</sup>, afirmou que pertencem ao sector informal entre 62 e 70% dos trabalhadores. Este valor está especificado melhor no estudo preparado pela UNTC-CS em colaboração com a Fundação Paz e Solidariedade, Serafin Aliaga de Espanha (UNTC-CS, et. al., 2011). Juntando os dados dos vários relatórios disponíveis e alguns indicadores que possam caracterizar o emprego informal, foi estimado que a informalidade “se situa entre 60% e perto de 70%” (UNTC-CS, et. al., 2011: 44). Nelson Cabral Lopes Cardoso, responsável do *Atelier de Formação para Agentes Sindicais sobre o Trabalho Decente* sublinha que os sectores de comércio e serviços são em 80% constituídos por trabalhadores informais (Cardoso, 2012:

---

<sup>54</sup> Programa semanal da RTP África sobre a actualidade cabo-verdiana, apresentado no dia 2 de Maio de 2012.

2). Também o Ministério das Finanças e Administração Pública no *Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza – II* (DECRP II), baseando-se nos dados de 2006, estimou o número dos trabalhadores informais em 105.295 pessoas, o que na altura correspondia a 70% das pessoas profissionalmente activas, atingindo 95% entre os empregados domésticos (Ministério das Finanças e Administração Pública, 2008: 68).

Há mais indicadores que podem ser justapostos com os resultados do *Inquérito ao Sector Informal* do INE que provêm do relatório do outro inquérito realizado por esta instituição, no mesmo ano 2009 (INE, 2010a). De acordo com os dados apresentados, os empregos informais constituem 80% dos empregos, se falar no sentido restrito<sup>55</sup> ou 58,6% no sentido lato<sup>56</sup> (INE, 2010a: 11-12). Existem também os dados mais antigos que podem ser considerados interessantes para acrescentar mais informações ao quadro da economia informal. Conforme o *Inquérito ao Emprego* realizado em 2006, somente 17,9% dos trabalhadores possuía o contracto formal (Ministério da Qualificação e Emprego, 2008: 70). Tendo em consideração a contabilidade organizada, do total das 7865 empresas estudadas no *Inquérito Anual às Empresas* de 2008, 5669 empresas não a detinham (INE, 2008: 38).

Independentemente do número exacto dos trabalhadores que fazem parte do sector informal, as tendências do seu crescimento causadas por cada vez maior défice do emprego no sector formal e também os debates e indicações a nível internacional (especialmente no âmbito da OIT) causaram certa mudança de atitude em relação a este fenómeno em Cabo Verde. Ao contrário do que observou Marzia Grassi que analisou o primeiro inquérito realizado ao sector informal em 1997 e que constatou que o interesse “votado a este sector no contexto do desenvolvimento do país” é escasso (Grassi, 2003: 154), a problemática do sector informal começou a ser debatida tanto nas instituições estatais, como por organizações não governamentais. Várias propostas e planos foram apresentados com o objectivo principal de melhorar as condições de trabalho dos que pertencem ao sector e, na fase posterior, tentar formalizar as empresas e empregados informais. Dois aspectos importantes serão aqui brevemente apresentados: a reforma do INPS e o sistema de microcréditos e créditos. O outro assunto chave, o início do processo de organização dos trabalhadores informais em Cabo Verde, será analisado mais adiante.

---

<sup>55</sup> Proporção de activos ocupados que não beneficia de férias pagas ou de uma inscrição na segurança social. As duas condições devem ser respeitadas para que um emprego seja considerado formal.

<sup>56</sup> Proporção de activos ocupados que não beneficia nem de férias pagas, nem de uma inscrição na segurança social, nem de um contrato de trabalho formal. O emprego aqui é considerado formal se respeita uma das três condições. Este indicador é logo menos rigoroso que o de sentido restrito.

### **3.1.1. Mudanças no Sistema Nacional de Protecção Social**

A melhoria do sistema de protecção social foi definida como um dos objectivos do quinto eixo do DECRP II elaborado no ano 2008, onde foi indicada, entre outros, a necessidade de integração efectiva das empregadas domésticas no sistema de protecção social e a melhoria do sistema de previdência social devidamente ponderado pela necessidade de se garantir a sua sustentabilidade (Ministério das Finanças e Administração Pública, 2008). Um ano mais tarde foram criadas as novas leis que forneceram ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) um quadro legal para o alargamento da cobertura de protecção social. O Decreto Lei N.º 48/2009 de 23 de Novembro de 2009 definiu a obrigatoriedade de inscrição no sistema de previdência social dos trabalhadores independentes, designados como os trabalhadores por conta própria, abrangendo todos “os indivíduos que exerçam actividade profissional sem sujeição a contrato de trabalho ou contrato legalmente equiparado” (Boletim Oficial, 2009: 979). Foram aí articulados, entre outras categorias, “os artistas, interpretes e músicos”, o que no país em que muitas pessoas vivem da arte é especialmente importante (Boletim Oficial, 2009: 979). O Decreto Lei N.º 49/2009 do mesmo dia 23 de Novembro de 2009 definiu a obrigação de inscrição para o sistema contributivo de protecção social dos “trabalhadores por conta de outrem, na qualidade de segurados, os profissionais de serviço doméstico” (Boletim Oficial, 2009: 983).

Para garantir a implantação das novas leis foi solicitado o apoio do Programa STEP Portugal e criado um plano operacional com o objectivo de extensão da segurança social a todas as novas categorias não abrangidas pelo sistema anteriormente. Antes da mudança da lei, cerca de 27,78% da população activa, que em 2007 estava estimada em 180 mil pessoas, estava segurada no INPS (BIT ILO, 2010: 7). Como sublinhado na parte inicial deste projecto, “o desafio da cobertura social em Cabo Verde aparece largamente, embora não exclusivamente, associado à cobertura da economia informal e com o problema da formalização da actividade económica” (BIT ILO, 2010: 8). Várias estratégias foram definidas e como uma delas, a que decorreu no ano 2011, foi o mapeamento da cobertura contributiva do INPS cujos resultados foram apresentados num relatório e serviram como a base de desenvolvimento das acções seguintes (Pena, et. al., 2012). As conclusões, bastante optimistas, mostram que a cobertura é cada vez mais extensa, abrangendo em 2010 mais de 34% da população economicamente activa. No entanto, a necessidade de focar nas políticas e acções para cobrir “grupos específicos de difícil cobertura”, onde estão incluídos os trabalhadores informais, é ressaltada. Há certos exemplos que podem ser articulados como importantes para o objecto de estudo deste trabalho, como os sistemas de inscrição colectiva que “permitem que os trabalhadores independentes agrupados em organizações, tais como associações de produtores e cooperativas, tenham a possibilidade de subscrever acordos de seguro colectivo ou de grupo com um programa de seguro social.

(...) A organização respectiva encarrega-se de agrupar os trabalhadores, assinando um acordo nos termos do qual se comprometem com a entidade gestora da segurança social, a criar um formulário ou lista nominal colectiva, para proceder à cobrança das contribuições sociais dos inscritos, previamente negociadas. Os montantes das contribuições arrecadadas são posteriormente transferidos para a instituição de seguro social” (Pena, et. al., 2012: 35).

### **3.1.2. Sistema de microfinanças e o Novo Banco**

Directamente ligado com a economia informal está o sector de micro-finanças<sup>57</sup>. Em Cabo Verde, a par de várias Instituições de Micro-Finanças (IMF) autorizadas pelo Banco de Cabo Verde<sup>58</sup>, mas que permanecem à margem do sistema bancário tradicional, existe desde 2010 um banco que dedica grande parte da sua actividade financeira ao sector informal. Assim pode distinguir-se três tipos de organismos que dão acesso ao micro-crédito aos trabalhadores informais. O primeiro e mais numeroso grupo é constituído pelas ONG, para além destas há entidades públicas, que incluem no âmbito das suas actividades o sector de microfinanças, como por exemplo o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e o Gabinete de Orientação e Inserção Profissional da Mulher (GOIPMulher) (*Expresso das Ilhas*, 26/03/11) e desde finais de 2010 o Novo Banco. Mesmo com todas estas organizações e instituições, não há capacidade de responder na totalidade às necessidades de todas as pessoas que precisam de um empréstimo. Microcrédito, definido como um instrumento na luta contra a pobreza pelo Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza (PNLP), cria oportunidades que permitem aos seus receptores de conseguir as melhores condições de vida. Introduzido em Cabo Verde nos finais dos anos 90, contribuiu de forma significativa para a diminuição do nível de pobreza.

O Novo Banco, que abriu as portas da primeira agência no dia 7 de Outubro de 2010 na Achada de Santo António, na Praia, é o primeiro banco cabo-verdiano de carácter social, destinado a apoiar as camadas mais desfavorecidas da sociedade e tem como lema “As pessoas em primeiro lugar”. A decisão de criação do banco foi tomada pelo Governo, que é

---

<sup>57</sup> As micro-finanças, de acordo com o Decreto Lei N°15/VII/2007 são, “para efeitos do presente diploma, a actividade exercida pelas entidades autorizadas, sem o estatuto de instituições de crédito ou parabancárias, e que praticam habitualmente operações de crédito e/ou de recolha de poupança dos seus membros e ofereçam serviços financeiros específicos a favor das populações que operam essencialmente à margem do circuito bancário tradicional” (Boletim Oficial, 2007: 620).

<sup>58</sup> Desde 2007, de acordo com as directivas do Decreto Lei N°15/VII/2007, o Banco de Cabo Verde regula e supervisiona as micro-finanças. Para este fim foi criado o Gabinete de Micro-Finanças - GMF.

um dos accionistas do Banco<sup>59</sup> e participou com 5% do capital, para “combater a exclusão financeira em Cabo Verde” (*Expresso das Ilhas*, 4/10/10). O Novo Banco propõe a “nova abordagem ao mercado bancário cabo-verdiano, expressa em cinco vectores”: o foco no universo das instituições de economia social, o combate à exclusão financeira dos segmentos da população de menor rendimento e das micro e pequenas empresas com o objectivo de encaminhá-los para a economia formal, inclusão da diáspora na construção do espaço económico nacional, optimização da rede de postos de correio para oferta bancária, apoio com Crédito e Serviços de Assessoria Técnica às actividades empresariais corporizadoras de projectos que contribuam para o crescimento económico sustentado, nomeadamente os que envolvam Investimentos ou Parcerias Internacionais<sup>60</sup>. A sua oferta dirigida ao sector informal, inclui: a Conta Especial Social<sup>61</sup>, o Crédito Apoio ao Negócio<sup>62</sup> e o Depósito a Prazo Fundo Poupança Social<sup>63</sup>. O banco pretende funcionar em todas as Ilhas e para além de abrir as Agências em São Vicente e na Ilha de Fogo, assinou um acordo com os Correios de Cabo Verde que lhe permite “utilizar os postos dos CCV como extensão da sua rede de agências” (*A Semana*, 6/09/11).

### **3.2. Processos de organização na economia informal em Cabo Verde**

Nos PALOP, os processos de organização e de representação dos trabalhadores do sector informal iniciaram-se há relativamente pouco tempo, se comparar com outros países da África subsariana. Em 2008, no relatório do projecto “Protecção Social, Economia Informal e Exclusão Social nos PALOP”, os autores constataram “um incipiente grau de organização dos operadores da economia informal e uma insuficiente capacidade de negociação face aos poderes públicos” (Feliciano et. al., 2008). Foram enumeradas aí as organizações que já estavam a desenvolver as suas acções em quatro dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa. Cabo Verde, por causa da quase nula existência deste tipo de

---

<sup>59</sup> Os outros são: Correios de Cabo Verde (25%), Imobiliária, Fundiária e Habitat (25%), Caixa Económica de Cabo Verde (20%), INPS (20%) e Banco Português de Gestão (5%) (através do site do Novo Banco: <http://www.novobanco.cv/>, última vez consultado em Fevereiro de 2013).

<sup>60</sup> Através do site do Novo Banco, <http://www.novobanco.cv/>, última vez consultado em Fevereiro de 2013.

<sup>61</sup> Para abri-la basta um depósito de 1500ECV através de: <http://www.novobanco.cv/>, última vez consultado em Março 2013).

<sup>62</sup> Montante até 2500000ECV através de: <http://www.novobanco.cv/>, última vez consultado em Março 2013).

<sup>63</sup> Pode ser reforçado a qualquer momento com um depósito de 500 ECV, mas para não perder a taxa bonificada, é necessário um depósito semanal de 1500ECV (através de: <http://www.novobanco.cv/>, última vez consultado em Março 2013).

organizações, não foi contemplado no capítulo a elas dedicado. A única associação do género, mencionada noutra parte deste trabalho, foi a AOIS - Associação dos Operadores Informais de Sucupira. Ao longo dos últimos anos as dinâmicas dos processos de organização no sector informal aumentaram no arquipélago cabo-verdiano, mas mesmo assim ainda se encontram no estado embrionário. Pode distinguir-se três processos diferentes, relacionados com a organização do sector informal. Por um lado há acções do Estado, que criou recentemente uma instituição, a ADEI - Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação, cujo foco de atenção está direccionado aos trabalhadores informais e um dos objectivos é de os incentivar a criarem associações. Outro exemplo é o ICIEG - Instituto Cabo-Verdiano para a Igualdade e Equidade de Género com várias acções que está a desenvolver. Por outro lado, os sindicatos dos trabalhadores formais pretendem alargar as suas acções e abranger também os operadores do sector informal. E, finalmente, há certas dinâmicas entre os próprios trabalhadores informais que se juntam, criando associações e cooperativas, com o objectivo de melhorar as suas condições de trabalho e exigir certas mudanças da parte das instituições estatais, como por exemplo o INPS ou o Ministério das Finanças. Também algumas organizações não governamentais já existentes abordam nos seus programas a problemática da economia informal e tentam organizar os trabalhadores do sector.

Neste capítulo serão descritos brevemente os processos de organização dos trabalhadores informais e apresentados alguns exemplos das iniciativas tomadas por várias instituições. Importa sublinhar que este capítulo está baseado nos resultados da investigação no âmbito do projecto “Organização e Representação na Economia Informal nos PALOP: experiências e perspectivas”, que ainda está a decorrer e por isso não tem como objectivo a demonstração da imagem completa dos processos de organização na economia informal em Cabo Verde. A inexistência das fontes sobre o fenómeno, que está, como acima indicado, numa fase muito inicial, não permite acrescentar as informações que pudessem completar este relatório. Serão apresentadas as primeiras observações e a tentativa de sistematização dos processos de organização dos trabalhadores do sector informal.

### 3.2.1. Iniciativas do Estado

#### **Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação (ADEI)**

*É um trabalho de formiguinha. Leva anos.*

Carina Pires, técnica da ADEI

A ADEI - Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação, foi criada em 2009 pelo governo para promover o desenvolvimento do sector privado. “O governo viu que através da criação de uma agência podia colocar a verba que tinha para este sector, para fomentá-lo e trabalhá-lo” (entrevista 22). A primeira agência abriu em Maio de 2009 na Cidade da Praia. Sete meses depois foi criada a agência em São Vicente, que só começou a funcionar efectivamente em Março de 2010. Para além destes dois pólos, existem, nas ilhas do Sal, São Nicolau, Santo Antão e no interior de Santiago (Santa Catarina e Santa Cruz), os Gabinetes de Empreendedor<sup>64</sup>. Mais um Gabinete está a ser criado na ilha de Maio (*Expresso das Ilhas*, 25/03/13). Todos eles são coordenados a partir do Gabinete do Empreendedor na Cidade da Praia. As acções da ADEI baseiam-se em três pilares: melhoria do ambiente de negócios, acesso ao financiamento e capacitação/acesso a novas competências e a novas tecnologias<sup>65</sup>. Importa sublinhar que a Agência não dá crédito, mas facilita o seu acesso e não cria as empresas, mas fornece todas as ferramentas necessárias para à sua criação. O seu carácter é mais educativo<sup>66</sup> e o objectivo é tentar mudar a atitude e a forma como se vê o negócio. “Em vez de ser a cultura de subsistência – será a cultura empreendedora ou empresarial” (entrevista 22). O destaque especial é dirigido aos trabalhadores informais que são convidados a participarem em diversos tipos de formações que tencionam ser uma fonte de informações úteis e podem ser aproveitadas para mudar a forma em que gerem os seus negócios. “Tentamos mudar a forma como as pessoas do sector informal têm visto as actividades. Porque as coisas são vistas de uma forma desorganizada, sem uma cultura empresarial, sem a cultura empreendedora. Tentamos sensibilizar que estando dentro do formal eles têm várias vantagens” (entrevista 22). Para além de dirigir as suas acções aos operadores do sector informal, a ADEI também pretende sensibilizar as autoridades para simplificarem e desburocratizarem os processos. Isto podia ser um dos factores que influenciaria a mudança no sector informal – com o acesso mais

---

<sup>64</sup> “Os Gabinetes de Empreendedor são espaço de atendimento privilegiado junto de quem pretenda construir uma empresa ou, sendo já empresário, tenha alguma situação a resolver no âmbito do que se pode considerar como o ciclo de vida das empresas” (através do panfleto divulgador da ADEI, *Programas e Projectos*).

<sup>65</sup> Através do site da ADEI <http://www.adei.cv/>, última vez consultado em Março 2013.

<sup>66</sup> Já existem planos de coopeção com o Ministério de Educação no sentido de popularizar a cultura de empreendedorismo desde cedo – já nas escolas primárias (entrevista 22).

facilitado ao registo das actividades, com os processos simplificados de atendimento nas Finanças e no INPS. Os trabalhadores informais ficavam mais motivados para entrar no sistema que, mesmo que não conseguissem fornecer a todos um emprego formal, melhorar as condições de trabalho dos que conseguissem criar o seu próprio posto de trabalho. “Porque nós tentamos encontrar soluções inteligentes para ver como as pessoas conseguem sair do informal para formal. As pessoas até podem continuar por algum tempo no regime informal. Depois de algum tempo dão conta que ficam melhor no regime formal. É um trabalho de formiguinha – leva anos” (entrevista 22).

A ADEI incentiva o associativismo e o cooperativismo. Assim como no caso dos créditos – não cria as associações, mas mostra aos representantes de certos sectores ou profissões as vantagens de ser organizado. Organiza encontros com os representantes de várias classes onde apresenta os benefícios que possam obter se conseguirem formar a associação. A ADEI fornece a sua ajuda ao longo do processo de formação das associações, disponibilizando os juristas e técnicos que dão apoio na fase de preparação de estatutos e dão todas as informações que são necessárias para o bom andamento do processo.

Pode distinguir-se dois tipos de acções desenvolvidas pela ADEI no sentido de incentivar os processos de organização entre os trabalhadores informais. Em primeiro lugar estão a ser implementados os projectos direccionados aos vários sectores de actividades económicas. Em São Vicente há projectos que se referem, por exemplo, aos artesãos, aos carpinteiros, e na altura em que decorreu a pesquisa de terreno, iniciava um projecto direccionado às mulheres que confeccionam pequenos petiscos (pastéis de milho, rissóis, croquetes, *donuts*, *sucrinhas*, etc) em casa e depois os vendem às lojas ou directamente na rua. Actualmente este projecto, com o nome “Produção Caseira Alimentar”, já está em curso. A ADEI antes de preparar um projecto, estuda profundamente o grupo, define as principais dificuldades que este tem e estabelece as prioridades que precisam de ser resolvidas. Se obtiver o *feedback* do grupo-alvo, cria um projecto e procura as parcerias que possam ser úteis na sua execução. O principal método do seu envolvimento são as formações. Durante as palestras apresentam as informações gerais acerca dos processos de formalização e também divulgam os conhecimentos mais específicos, úteis para o público à qual são destinados. Se os representantes da classe mostrarem interesse, a ADEI pode também ajudar no *marketing*, promoção, apresentação dos produtos, elaboração do logo, da imagem, da embalagem. A representante da ADEI sublinha a maior eficácia dos processos direccionados a certas classes, representadas pelas associações, do que das acções para os trabalhadores individuais. “Porque nós entendemos que trabalhar os sectores informais não vamos trabalhar caso a caso. (...) Tem que ser mais actores em grupos” (entrevista 23).

Outro tipo de processo de organização, que estava na fase inicial em Outubro do ano passado, é uma forma de associativismo informal, chamada *Self Help Groups* (SHG)<sup>67</sup>. Após o primeiro *workshop* que decorreu em Abril e Maio de 2012 na cidade de Mindelo<sup>68</sup>, que formou as pessoas com a capacidade de formar este tipo de grupos<sup>69</sup>, as próximas actividades estavam a ser planeadas para chegar a um maior número de potenciais interessados. Os SHG são grupos informais e temporários que normalmente não chegam a formalizar-se. As pessoas juntam-se para resolverem problemas comuns, como por exemplo a importação das embalagens, o acesso ao financiamento, o problema de escoamento de produtos. “Porque junto eles conseguem ter mais força, encontrar mais soluções do que isoladamente. (...) Podem se formalizar, mas não são obrigadas a se formalizar” (entrevista 22).

### **Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade do Género (ICIEG)**

O Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade do Género, instituição governamental criada em 1994<sup>70</sup> com o objectivo de “promover políticas para a igualdade de direitos entre homem e a mulher, e a efectiva e visível participação da mulher em todas as esferas de actividades do país”<sup>71</sup>, também desenvolve acções direccionadas aos trabalhadores, neste caso principalmente às trabalhadoras, informais. Um dos programas desenvolvidos pelo Instituto, Oportunidades Económicas, tem como prerrogativa a melhoria de acesso ao emprego por parte das mulheres cabo-verdianas e lida directamente com os problemas de economia informal, já que mais de metade dos trabalhadores informais são mulheres.

No sentido de promover os processos de organização destaca-se o desafio que o ICIEG lançou à AMES - Associação das Mulheres Empresárias de Santiago<sup>72</sup>, cuja actividade em 2011 era praticamente nula, de relançamento e dinamização da associação. O desafio trouxe um *feedback* positivo e a AMES foi reestabelecida, com os novos órgãos e

---

<sup>67</sup> Grupos de Auto-Ajuda Empresarial.

<sup>68</sup> Organizado com o apoio de UNIDO - United Nations Industrial Development Organizations, teve como formadora May Ferreira.

<sup>69</sup> Durante o *workshop* foi explícito o processo de formação e organização deste tipo de grupos, foi demonstrado como se pode auxiliar os grupos e desenvolver os projectos colectivos, como implementar e avaliar projectos de grupos, como formular as estratégias individuais nas respectivas áreas para facilitar e desenvolver os grupos, foi demonstrado como se pode usar diferentes técnicas de formação para auxiliar os grupos de auto-ajuda empresariais (através da carta de divulgação do *workshop*, disponível em: [http://www.adei.cv/images/stories/Circular\\_Formacao\\_ADEI\\_UNIDO.pdf](http://www.adei.cv/images/stories/Circular_Formacao_ADEI_UNIDO.pdf)).

<sup>70</sup> Inicialmente era designado de Instituto da Condição Feminina (ICF).

<sup>71</sup> Através do site do ICIEG <http://www.icieg.cv/>, última vez consultado em Março de 2013.

<sup>72</sup> Criada em 2000.

sob a direcção de Eunice Mascarenhas. A associação tem nos planos das suas actividades os pontos que dizem respeito às mulheres que desenvolvem as suas actividades produtivas no sector informal. A associação tem como objectivo ajudar na legalização dessas mulheres junto das estruturas governamentais.

### **3.2.2. Propostas dos sindicatos dos trabalhadores do sector formal**

Um outro incentivo para a organização do sector informal vem da parte dos sindicatos, mais concretamente, da UNTC-CS - União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde – Central Sindical e da sua CMSUNTC-CS - Comissão de Mulheres Sindicalistas.

A UNTC-CS, a maior central sindical de Cabo Verde<sup>73</sup>, referindo-se ao elevado número de trabalhadores do sector informal, afirma a necessidade de “equacionar o problema da informalidade da economia cabo-verdiana, no sentido de se organizar os trabalhadores e sindicalizá-los, de modo a garantir-lhes protecção social e dignidade no trabalho e emprego e, também, contribuir para o crescimento e desenvolvimento social justo e harmonioso do país” (UNTCS-CS, 2012: 3). Confirma que é preciso adaptar e reorganizar os sindicatos à nova realidade e às directrizes da OIT nas questões de trabalho digno. No ano passado foi preparado o *Atelier de formação para agentes sindicais sobre o trabalho decente*, que decorreu no Mindelo nos finais de Abril, no âmbito das comemorações do Dia Internacional dos Trabalhadores. O objectivo da formação, direccionada aos dirigentes e delegados sindicais, foi o fornecimento de conhecimentos e ferramentas necessárias para a eficaz intervenção destes nas questões relacionadas com a sindicalização e organização dos trabalhadores informais. Um dos pontos abordados, que merece ser sublinhado, foi a proposta de reestruturação da organização sindical e a criação de um comité/departamento que trate as questões ligadas à economia informal.

Um dos sindicatos, membro de UNTC-CS, o SISCAP - Sindicato da Indústria, Serviços, Comércio, Agricultura e Pesca há cerca de 10 anos desenvolve as acções no sentido de organizar os trabalhadores informais dos sectores que correspondem às áreas abrangidas pelo sindicato. Incentivados pelo SISCAP, os trabalhadores informais criaram duas associações<sup>74</sup> que têm apoio directo do sindicato. O SISCAP realiza encontros

---

<sup>73</sup> Em Cabo Verde existem duas centrais sindicais, sendo a UNTC-CS significativamente mais numerosa do que a Confederação Cabo-verdiana dos Sindicatos Livres (CCSL). A primeira das centrais é a mais antiga e foi criada em 1978. Os primeiros sindicatos independentes da UNTC-CS foram criados nos anos 1991/1992 e a CCSL começou a funcionar em Novembro de 1992.

<sup>74</sup> As associações dos trabalhadores informais apoiadas pelo SISCAP: Associação dos Comerciantes do Sector Informal do Santiago (ACIS) e Associação dos Armadores e Peixeiras do Porto da Praia.

periódicos, campanhas de sensibilização e defende os direitos dos trabalhadores informais<sup>75</sup>.

A Comissão de Mulheres Sindicalistas (CMS) da União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde – Central Sindical, registada em Maio de 2005, como associação directamente ligada à maior central sindical de Cabo Verde, tem como objectivo “garantir a defesa dos interesses e igualdades de direitos entre homens e mulheres trabalhadoras na perspectiva de género”<sup>76</sup>. De acordo com os seus estatutos, podem ser membros da CMS todas as mulheres inscritas nos sindicatos filiados na UNTC-CS. Em 2012, a CMSUNTC-CS tinha cerca de 200 mulheres sindicalizadas (*A Semana*, 12/04/2012). No ano passado a CMS decidiu alargar a sua acção e apostou na promoção de sindicalização e organização das mulheres do sector informal. Como afirma a presidente da CMS, Eunice Teixeira Silva, “a iniciativa de incluir o sector informal surgiu devido à existência de um grande número de mulheres nesse sector, lembrando que esta área de actividade económica é muito frágil”, a comissão “tem interesse em que as mulheres do sector informal estejam organizadas e sindicalizadas, a fim de lhes ajudar na resolução de eventuais problemas que possam surgir no dia-a-dia das suas actividades” (*A Semana*, 12/04/2012).

O início do processo teve lugar em 2012 com as acções de formação básica para os representantes do sector informal na cidade da Praia e nas ilhas de São Vicente e Sal. Os objectivos estabelecidos para estes encontros indicam o início de uma acção mais profunda e durável. O primeiro visava “sensibilizar e dar a conhecer às mulheres do sector informal a importância dos sindicatos e reforçar a presença das mesmas nos sindicatos filiados na UNTC-CS”. Ao mesmo tempo a CMSUNTC-CS aproveitou os encontros para “melhor conhecer a problemática da mulher do sector informal no mercado de trabalho” (CMSUNTC-CS, 2012)<sup>77</sup>. Como tema da formação foi escolhido “Gestão de Organizações” e foi concebido o manual intitulado “Gestão de organizações para o Sector informal”. A formação foi dividida em 5 pontos principais que foram desenvolvidos ao longo das sessões: papel do Sindicato, estrutura da UNTC-CS, conhecer a CMSUNTC-CS, gestão de Organizações parte I, Protecção Social. Na acção participaram 21 mulheres, 16 das quais cabo-verdianas e 5 de outras nacionalidades (Senegal, Guiné-Bissau, Nigéria), todas da economia informal e que desenvolvem as suas actividades em vários domínios no mercado de Sucupira<sup>78</sup>.

Após as formações, em Abril de 2012, decorreu na Cidade da Praia um atelier nacional sob o lema “Organizar e Reforçar a participação das Mulheres do Sector Informal” que teve como objectivo principal a elaboração de um Plano de Acção para promover a

---

<sup>75</sup> Informações fornecidas pela direcção do SISCAP.

<sup>76</sup> Estatutos de CMSUNTC-CS de Maio 2005.

<sup>77</sup> Documento disponibilizado pela Presidente da CMSUNTC-CS, Eunice Teixeira Silva.

<sup>78</sup> Informações fornecidas pela representante da CMSUNTC-CS, Margarida Ramos.

sindicalização das mulheres do sector informal. O Atelier contou com a participação de cerca de 40 pessoas. As apresentações foram preparadas por representantes do INE, que divulgou os resultados do inquérito sobre o sector informal; do ICIEG, que falou sobre o seu programa "Oportunidades e Economia"; e também pela Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV) e pela Associação de Apoio à Auto-Promoção da Mulher no Desenvolvimento (MORABI). O Plano de Acção elaborado durante os trabalhos de grupo por todas as participantes do Atelier "visa suscitar nas mulheres que trabalham neste sector, o interesse pela associação ao movimento sindical como uma alternativa muito viável que, futuramente, pode vir a criar no seio dessa camada uma consciência para a sua formalização". Foram definidos os pontos principais a serem desenvolvidos<sup>79</sup> e escolhidos os parceiros aos quais será apresentada a proposta de colaboração<sup>80</sup>.

### 3.2.3. As iniciativas dos trabalhadores informais

Para além das acções incentivadas pelas organizações estatais ou sindicatos dos trabalhadores formais, que podem ser designadas como as iniciativas *top-down*, começam a surgir, cada vez mais, as acções dos próprios trabalhadores informais no sentido de organizar os operadores dos mesmos sectores. Um dos exemplos da iniciativa *bottom-up* será analisado no estudo de caso, mais adiante neste trabalho.

---

<sup>79</sup> O plano de acção para 2013-2015 tem 3 objectivos específicos, explícitos em pormenores no "Plano de Acção" e com as actividades já programadas no sentido de possibilitar a sua realização. Os objectivos são:

1) Sensibilizar as mulheres do S.I. no sentido de se consciencializarem para a importância da sua sindicalização (aqui sublinhada: a necessidade de conhecer as áreas carentes de sensibilização, meio para divulgar o papel do sindicato, facilidade para intercâmbio, promoção e divulgação dos produtos com vista à sindicalização de mulheres de diversas áreas do S.I., oportunidade para promover intercâmbio cultural, troca de experiências, identificação de problemas por localidade e por sector de actividade),

2) Capacitar as mulheres do S.I. para uma melhor organização e gestão do seu negócio (orientação na identificação e exploração de talentos individuais; desenvolvimento individual e organizacional, capacitação das mulheres na gestão dos seus negócios, no cumprimento dos seus deveres, usufruindo de todos os seus direitos; orientação e apoio às mulheres do S.I. no sentido de estarem organizadas em associação e inseridas no sistema de protecção social, bem como na obtenção de microcrédito),

3) Criar parcerias com Instituições Estatais e ONG (articulação das intenções com intuito de melhorar as condições sócio-laborais das mulheres do S.I.) (CMSUNTC-CS, 2012).

<sup>80</sup> As instituições públicas e privadas escolhidas para assinaturas de protocolos e realização de actividades conjuntas: ICIEG, OMCV, MORABI, VERDEFAM, ADEI, IEF, Câmaras Municipais, Ministério do Trabalho, F.P. S. S. (INPS), Ministério do Ambiente D.R.R.M., Ministério das Finanças (D.G.C.Impostos/D.G.Alfândegas), Associações Culturais, Associações Comunitárias, Associação Comercial de Sotavento, Associação Comercial I. A. de Barlavento (CMSUNTC-CS, 2012).

A recolha de informação sobre estes processos de organização, relativamente recentes no arquipélago cabo-verdiano, está a ser efectuada no âmbito do já referido projecto de investigação. Nota-se o aumento das dinâmicas associativas entre os operadores do sector informal o que pode ser o resultado das reformas do INPS, por um lado, e das acções da ADEI, por outro lado. Neste caso, pode falar-se de influências indirectas pelas outras organizações que sementam as ideias, mas não participam nos processos concretos de organização. E há também mais consciência de que qualquer tipo de financiamento é obtido com mais probabilidade quando se trata de uma associação do que no caso das pessoas singulares.

#### **4. Completando o pano de fundo: artesanato. Reflexões soltas**

Este capítulo não pretende ser um estudo sobre o artesanato cabo-verdiano. Não foi este o objectivo do trabalho de campo e de diversas pesquisas bibliográficas que o antecederam e seguiram. Mas há pelo menos duas razões que não permitem omitir este tema e, mesmo que de forma pouco sistemática, será incluído neste texto dedicado à organização dos trabalhadores informais. Como estes trabalhadores optaram por uma profissão artística e que, ao mesmo tempo, é uma das manifestações da cultura material do povo cabo-verdiano, merece uma atenção, especialmente porque este é o tema que até agora tem algumas lacunas na sua abordagem o que o torna ainda mais interessante. Para além disso, para realmente se perceber todas as dificuldades destes trabalhadores, é inevitável ponderar sobre o objecto do seu trabalho e sobre várias questões que surgiram nos últimos anos à volta do artesanato.

##### **4.1. Artesanato em Cabo Verde**

*Os plásticos, os alumínios, os novos hábitos urbanos,  
os novos conceitos de crescimento e desenvolvimento,  
vão a pouco e pouco fazendo cerco a várias dezenas de mulheres oleiras  
ainda sobreviventes e a uma parcela importante da nossa cultura.*

*Que fazer?*

*Para já, quem tem um pote que o guarde bem!*

(Lopes, 1983: 15)

Foi exactamente há trinta anos que Leão Lopes terminou com estas palavras o seu artigo sobre a olaria cabo-verdiana. Por um lado muitas coisas mudaram desde então: começaram a surgir novas propostas para o artesanato, focando no seu valor imaterial como o bastão da identidade cultural do povo que a produziu. As tentativas de reactivação de artesanato, que recorrem a estas formas da sua percepção, estão a ser executadas em várias partes de mundo, com resultados positivos se feitos de forma completa que inclui os processos de

formação, consciencialização, debate e uma certa capacidade de flexibilidade por parte dos artesãos envolvidos. Também em Cabo Verde foram preparados diversos projectos com o objectivo de revalorização do artesanato, tanto da parte do Governo<sup>81</sup>, como das ONG<sup>82</sup>. Ultimamente, a vontade de mudança da situação começou a surgir no próprio meio dos artesãos e teve o seu resultado mais visível na criação das associações dos artesãos na ilha de São Vicente<sup>83</sup>. Por outro lado, a constatação e a proposta de Leão Lopes podem ser lidas como extremamente actuais porque ainda há muito para fazer e mesmo com todas as acções já desenvolvidas, os resultados ainda não são satisfatórios e o futuro do artesanato cabo-verdiano, especialmente na sua vertente mais tradicional, é muito incerto.

O artesanato tradicional cabo-verdiano, tal como toda a cultura cabo-verdiana, formou-se ao longo dos séculos da coexistência e convivência no espaço isolado e afastado das suas terras de origem, de duas culturas: africana e europeia. O resultado, com as raízes visíveis em maior ou menor nível, é a cultura única e insólita, tanto na sua dimensão material, como imaterial. No artesanato cabo-verdiano, desenvolvido “a partir de necessidade de resolver problemas ligados à produção quotidiana no campo e no mar” (Atelier Mar, 2009: 3), mas também para satisfazer as necessidades de expressão artística (ex. instrumentos musicais) e, em menor grau, exercer as funções decorativas, as influências africanas são mais visíveis na panaria, olaria, cestaria, e bijutaria, e as europeias na maioria dos instrumentos musicais, nas rendas e bordados, e nos utensílios em pedra (Atelier Mar, 2009, Instituto da Investigação e do Património Culturais, 2007, Brito, 1998, Ferreira, 1985, Miranda, 1968). Todos estes tipos de artesanato tiveram um papel importante na vida dos habitantes das ilhas, sendo produzidos em várias partes de arquipélago e utilizados diariamente. Mesmo que alguns dos tipos de artesanato sejam mais característicos para as certas ilhas, que está relacionado com o acesso à matéria-prima, as peças produzidas circulavam saciando as necessidades de toda a sociedade. Na maioria

---

<sup>81</sup> Políticas culturais articuladas no PLEI-Cultura, entre outras: o selo de qualidade, a rede de distribuição de artesanato RENDA, a reabertura do Centro Nacional de Artesanato.

<sup>82</sup> Destaca-se o papel do Atelier Mar que desde os seus inícios demonstrou preocupação com o artesanato cabo-verdiano, formou dezenas de pessoas em várias áreas de artesanato e implementou diversos projectos de desenvolvimento comunitário nos quais a valorização de artesanato estava várias vezes destacada. Actualmente o criador do Atelier Mar, Leão Lopes, desempenha a função de reitor da M\_EIA (Escola Internacional de Arte de Mindelo), a única escola de artes visuais em Cabo Verde, um projecto inovador que pretende proporcionar ensino em várias áreas ligadas às artes. A escola é promovida pelo Atelier Mar e associada ao sistema de ensino universitário da República de Cabo Verde. A reflexão sobre artesanato, a sua reactivação e revalorização são os temas abordados nas aulas e nos trabalhos finais dos estudantes da M\_EIA, especialmente do ramo de Design.

<sup>83</sup> E no momento em que esta tese estava quase pronta, também na ilha de Santiago, onde em Março 2013 foi criada a Associação de Artesãos da Praia *Kapitalart* (*Expresso das Ilhas*, 19/03/13)

dos casos simples, sem muitos elementos decorativos, o artesanato tinha em primeiro lugar carácter utilitário. E assim, como noutras partes do mundo, este facto causou a sua decadência com o decorrer da revolução industrial. Entretanto, os investigadores de artesanato cabo-verdiano sublinham que este sobreviveu durante muito mais tempo, mantendo o seu importante papel utilitário, “graças ao isolamento das ilhas e limitação de recursos do meio” (Atelier Mar, 2009: 3).

Porém os produtos produzidos nas fábricas, em grandes quantidades e com o uso das máquinas, o que garantiu o baixo custo de elaboração e automaticamente a descida do preço do produto, gradualmente ganhavam o seu lugar, substituindo as peças artesanais. Não só o seu preço influenciou as preferências do povo, como também a mudança de modos e estilos de vida em geral teve importância significativa. Cabo Verde, como país com fortes ligações com todo mundo, através de contacto constante e troca de experiências entre os habitantes das ilhas e os cabo-verdianos na diáspora, não esquecendo a influência de internet nos últimos anos, tem tendências em acompanhar e assimilar as modas vindas de fora. Ao mesmo tempo a sua identidade cultural é sempre mantida, mas em certos aspectos culturais mais do que noutros. A música foi sempre considerada como uma das manifestações mais características da sociedade cabo-verdiana e, mesmo que transformando-se e evoluindo ao longo dos anos, sempre conteve as referências tradicionais, mantendo vivos<sup>84</sup> os géneros tipicamente cabo-verdianos. O percurso do artesanato foi e continua a ser bastante diferente. Os tradicionais “panos di terra”, cuja evolução foi iniciada pouco tempo depois do povoamento das ilhas e que chegaram a exercer a função de moeda, pouco a pouco deixaram de ter a função utilitária e converteram-se em peças decorativas. O mesmo aconteceu com os chamados “calabédaches”, as colchas constituídas por várias bandas de tecidos feitos de algodão ou lã, cuja produção e uso, especialmente nas ilhas de Santo Antão e São Nicolau, foi bastante popularizado (Instituto de Investigação e do Património Culturais, 2007: 13). A cerâmica, desenvolvida nas ilhas da Boa Vista e de Santiago, mas presente também nas outras ilhas do arquipélago, foi praticamente substituída por loiças e utensílios das fábricas, perdendo o seu importante carácter utilitário. Há tentativas de preservar esta prática artesanal, considerada a mais antiga das formas de artesanato cabo-verdiano (Lopes, 1983: 14) e de raízes tipicamente africanas, e produzida até agora seguindo as técnicas tradicionais em

---

<sup>84</sup> Com esta expressão quero sublinhar que os géneros tradicionais não só estão a ser reproduzidos, mas evoluem constantemente, adaptando-se às mudanças da sociedade, o que está visível tanto ao nível dos textos, como da música. O respeito e grande valor pelas composições mais antigas é também comprovado com a constante “reutilização” pelos músicos de novas gerações. Com os novos arranjos e as interpretações modernas, são com frequência cantadas nos concertos e gravadas nos álbuns dos artistas da actualidade.

algumas das localidades<sup>85</sup>. A afluência dos aprendizes da técnica diminuiu significativamente, o que pode tornar-se um obstáculo na continuação desta prática, se não se optar por políticas que impliquem as alterações na atitude ao artesanato tradicional. Especialmente importante é a consciencialização e educação dos potenciais compradores dos produtos artesanais. Porque para garantir o escoamento dos produtos, a educação da sociedade, tanto dentro, como fora do país, a sensibilização e a tentativa de outra percepção dos produtos artesanais, são as primeiras medidas a serem tomadas. Mostrar que mais vale ter um só vaso, mas feito por certa pessoa que se dedica a esta arte, única, mesmo que existam outros parecidos elaborados pelo mesmo artesão, do que vinte vasos comprados nos grandes supermercados, produzidos automaticamente nas fábricas. E no caso cabo-verdiano, consciencializar os turistas que só estes productos, feitos nas ilhas e pelas pessoas que as habitam, têm realmente algum valor como lembranças, ao contrário dos produtos das lojas chinesas, muitas vezes mais baratos, mas sem nenhum valor artesanal ou artístico, social, emocional. E, por outro lado sublinhar, que a compra dos produtos artesanais pode ajudar a melhorar as condições de vida das pessoas que os produzem e das suas famílias.

Em Cabo Verde existem actualmente mais políticas de reactivação do artesanato focadas nos seus produtores do que políticas educativas que tenham como objectivo a mudança de atitude da sociedade. Em 2011, o Ministro da Cultura, dirigido por Mário Lúcio Sousa, “fez o levantamento dos problemas e desafios que enfrenta a cultura caboverdiana” e preparou o Plano Estratégico Intersectorial da Cultura que “pretende tirar proveito da rica cultura caboverdiana, promovendo um novo tipo de turismo para um sector económico novo, apoiado na exploração de um instrumento de referência a nível mundial que é a crioulização e estimular a transformação de Cabo Verde num Centro Internacional de Prestação de Serviços” (Ministério da Cultura, 2011). A cultura, como um dos pilares de desenvolvimento através da implementação do PLEI-Cultura, poderá fornecer “as soluções em vários sectores da vida do país: criar emprego; proteger o ambiente; criar riqueza; priorizar o empresariado jovem; participar clara e significativamente no aumento do PIB e no crescimento económico; empoderar os agentes locais, Associações, Empresas e unidades semi-industriais criativas; fomentar maior envolvimento do sector privado e estimular o empreendedorismo” (Ministério da Cultura, 2011). Foi definida uma lista dos objectivos muito extensa, detalhada e que abrange as acções de vários níveis e áreas de actuação, direccionadas não só às ilhas, mas também à diáspora.

---

<sup>85</sup> Como exemplo pode servir a produção de cerâmica em Trás di Munti na ilha de Santiago (Grenha, Fróis, s/d).

No que diz respeito ao artesanato, foi articulada a importância de recuperação do Centro Nacional de Artesanato no Mindelo como uma estrutura renovada, adaptada à situação actual e apta a criar e introduzir em acção as políticas que fortalecem este sector. A criação da marca *Created in Cabo Verde* foi outro objectivo do PLEI-Cultura. Este selo será atribuído às criações que cumprirem as exigências definidas, distinguindo as dos produtos fabricados ou que não estejam dentro dos pressupostos delimitados. Será uma garantia de valor e de genuinidade do produto, direccionada principalmente aos turistas e aos emigrantes que poderão desta forma ter a certeza de que as lembranças ou produtos que estão a levar das ilhas para suas casas foram criadas pelos artesãos locais e desta forma, contribuindo para a melhoria das condições de vida destas pessoas, incentivam a preservação da tradicional técnica artesanal. A organização regular e em vários lugares das feiras artesanais poderá ser uma das formas de facilitação do escoamento dos produtos. A outra proposta neste sentido tem a ver com a criação dos “stands em locais de fluxos turísticos, no percurso dos roteiros e nos terminais aero e portuários”, como também a instituição dos “Mercados e Stands de Produtos locais e artesanais em todos os municípios” (Ministério da Cultura, 2011). A Rede Nacional de Distribuição do Artesanato (RENDA) foi pensada como mais um método de escoamento, com maior dimensão e que envolverá os intermediários em todas as partes do arquipélago, responsabilizando-os pela compra e venda dos produtos artesanais. A inventariação de todo o património material, onde o artesanato está incluído, e a criação das políticas de formação e educação são outros pontos importantes. E tendo em consideração a difícil situação em que a maioria dos artesãos e dos artistas se encontra, foi proposta a criação do sistema alternativo de Segurança Social para estes trabalhadores, elaboração do estatuto do Artista e a criação da Carteira do Profissional da Arte. Consideramos que estes dois últimos pontos referem-se também aos artesãos ou serão adaptados para lhes fornecer os mesmos direitos (Ministério da Cultura, 2011).

Todas estas propostas foram apresentadas no I Fórum Nacional de Artesanato, Fonartes, que decorreu na Cidade do Mindelo entre 11 e 15 de Novembro de 2011, sob o tema “Futuro Antigo na Nha Mon”. Organizado pelo Ministério da Cultura, era suposto lançar o debate sobre o artesanato, analisar o sector e propor as novas formas da sua evolução. Durante este primeiro encontro, em que participaram os artesãos de todas as ilhas, foi inaugurado o Centro Nacional de Artesanato e Design<sup>86</sup> e foi destacada a posição do sector

---

<sup>86</sup> Alguns dos objectivos do renovado CNAD, são: “fomentar o espírito mais empreendedor nos artesãos”, “tornar o artesanato cabo-verdiano mais funcional”, melhorar a qualidade dos produtos manufacturados, “combater a invasão de artesanato proveniente de outras regiões de África”, “ser

artesanal na economia nacional e a sua importância como fonte de rendimento individual (*A Semana*, 10/11/11). Durante os *workshops* e debates os artesãos, os artistas, os investigadores e os governantes, tiveram a oportunidade de partilhar ideias e debruçar-se sobre os possíveis caminhos do artesanato. No ano passado, também em Novembro, entre os dias 13 e 17, decorreu o II Fonartes. Constatou-se que ao longo do ano nem todas as promessas apresentadas no I Fórum foram cumpridas. Desta vez, três temas foram levados a debate, todos eles de certa forma relacionados com a importância desta actividade como gerador de rendimentos. “Artesanato e Turismo”, “Design e Comercialização”, “A imagem e a promoção pessoal de artesão”, os assuntos definidos como principais pontos do programa, foram completados por discussões sobre a inclusão social e a valorização do género<sup>87</sup>. Para este ano, foi anunciada a internacionalização do Fonartes, como sequência natural da evolução deste evento.

#### 4.2. Artesanato e artesãos no Mindelo

*Antigamente o artesanato foi muito mais desenvolvido do que agora.*

*E isso é uma grande verdade, porque eu sou testemunho disso.*

*Digamos que o artesanato, como o trabalho cultural,  
foi mais valorizado.*

João Fortes, artista plástico, artesão, músico.

O artesanato mindelense ocupa um lugar especial no panorama do artesanato cabo-verdiano. Mindelo, a cidade-porto, um ponto de cruzamento de várias culturas, cosmopolita e aberta, foi povoado por habitantes vindos das outras ilhas e criou manifestações culturais que testemunham as diversas influências que teve ao longo das décadas. Os tipos de artesanato aí criados, foram, e até certo ponto são ainda, mesmo que numa escala significativamente menor, tão variados como as origens dos seus habitantes. Desde o momento da povoação da ilha, o artesanato começou a desenvolver-se, mantendo, em maior ou menor nível, as características que teve nos lugares de onde vinha, através dos seus criadores. Ainda no século XIX, os produtos artesanais começaram a ser comercializados e depois também elaborados em São Vicente. “Além dos imigrantes definitivos, o Mindelo é alvo de imigração sazonal ou mesmo pendular. Das ilhas de S. Antão, S. Nicolau e mesmo de Santiago, no extremo sul do arquipélago, chegam comerciantes de ocasião, que vêm vender viveres, bebidas e artesanato” (Silva, 2005: 122).

---

um local agregador da cultura nacional, onde os cabo-verdianos possam testemunhar a sua identidade cultural” (Matos, et. al., 2012b).

<sup>87</sup> Através do site: <http://noticias.sapo.cv/>, consultado regularmente. Notícia publicada no dia 13/11/12.

Por isso no Mindelo podia encontrar-se a maioria dos tipos de artesanato, característicos para as outras ilhas do Arquipélago.

Acrescentando a isto as influências vindas de fora e as características que o artesanato criado nas cidades possui, deparamo-nos com uma multiplicidade de estilos e técnicas que, no entanto, assim como mencionado acima, na parte dedicada ao artesanato cabo-verdiano, estão em extinção e se não forem devidamente reactivados, podem desaparecer, dando lugar a modas novas que já estão a ocupar um lugar privilegiado no interesse dos criadores mindelenses. “Nas outras ilhas há mais pessoas que conservam a tradição e aqui já há uma mistura”, afirma o director do CNAD, Manuel Fortes (entrevista 21). E a razão disso tem a ver com as mudanças gerais que a sociedade no mundo globalizado está a passar, ressalta Leão Lopes. “O interessante é que os artesãos contemporâneos não vão aprender, não vão beber no tradicional. Precisamente porque a tecnologia tradicional cansa” (entrevista 18). Aparecem novas formas de criação, com características específicas que as ligam mais ao artesanato criado noutras cidades no mundo do que ao artesanato tradicional cabo-verdiano. A *reciclagem*, como é chamada pelos artesãos e que, com mais propriedade, deveria ser designada a *reutilização*, dominou o panorama de artesanato mindelense. É o processo de utilização das matérias-primas, que já tiveram outro uso, como por exemplo, as garrafas e sacos de plástico, os jornais, as emblagens, etc., para a produção dos objectos com um novo fim. O valor artesanal deste tipo de artesanato é, em muitos dos casos, discutível, mas qualquer avaliação deste fenómeno exige um estudo aprofundado, que tenha em conta não só o seu componente artístico, mas também razões sociais e culturais que causaram a sua expansão.

Mas não só estes factos distinguem São Vicente em relação ao artesanato. É aqui que nasce o primeiro movimento de investigação, reactivação das técnicas tradicionais, formação e inventariação que abrangeu todo o arquipélago. Foi no meio dos professores do Liceu do Mindelo que surgiram as primeiras ideias de criação de um grupo que tentasse salvar o artesanato tradicional cabo-verdiano que já nesta altura, nos anos 70, estava a desaparecer. A Cooperativa de Produção Artesanal *Resistência* foi registada em 1976 e tinha objectivos muito ambiciosos e bem definidos. Entre eles constavam: a produção em moldes artesanais de artigos utilitários, a conservação e desenvolvimentos de todas as modalidades de arte tradicional do povo de Cabo Verde, criação duma escola de trabalhos tendo em vista o engajamento de jovens na esfera de produção dentro dos princípios visados, investigação de artesanato tradicional cabo-verdiano e intercâmbio entre os artesãos, tanto a nível nacional, como internacional (Estatuto da Cooperativa de Produção Artesanal *Resistência*, 1976). Entre os que formaram a Cooperativa estiveram, entre outros, Manuel Figueira, Luísa Queiros, Bela Duarte. Com o lema “Não deixar morrer a tecelagem”, começou a sua actividade através de investigação deste tipo de artesanato, com “uma

aprendizagem directa e rápida junto dos poucos tecelões ainda em actividade” (Delgado, 1990: 17). Os artesãos-tecelões que colaboravam com a Cooperativa nesta primeira fase foram o Nhô Griga de Santo Antão e Nhô Damásio de Santiago. Um ano mais tarde a Cooperativa foi transformada em Centro Nacional de Artesanato sob a tutela do Secretário de Estado do Comércio, Turismo e Artesanato e começou o período de intensa actividade artesanal, que ao longo dos anos foi reconhecida a nível nacional e internacional, através da participação em várias feiras e exposições fora do arquipélago<sup>88</sup>. O director do CNA, Manuel Figueira, desenvolveu, com a colaboração de várias pessoas que formaram a equipa do Centro, um trabalho que deve ser devidamente valorizado. Como muitos dos artesãos, que trabalharam no antigo CNA, ressalta: “As coisas mudaram em relação ao artesanato. Já não se produz o que se produzia, já não se aprende o que se aprendia” (entrevista 24<sup>89</sup>). “Antigamente o artesanato foi muito mais desenvolvido do que agora. E isso é uma grande verdade, porque eu sou testemunha disso. Digamos que artesanato como o trabalho cultural foi mais valorizado, havia uma sensibilidade maior do governo para não apoiar, mas valorizar” (entrevista 13).

O CNA foi extinto em Dezembro de 1997, deixando desiludidos muitos dos seus trabalhadores e os artesãos ligados ao Centro (entrevista 24). Mas a semente ficou aí, uma vez que foi comprovado que através das acções desenvolvidas em grupo, consegue-se ir mais longe. O espírito de associativismo entre os artesãos ficou na memória dos que conheciam a história do CNA, partilhada pelos seus funcionários e que foi o ponto de referência para toda a história do artesanato cabo-verdiano. No momento em que começou novamente a sentir-se que, por um lado, o artesanato, especialmente na sua vertente tradicional, estava prestes a desaparecer e, que por outro lado, há muitos criadores na ilha, que por falta de formação, consciencialização e apoio, produzem as peças mais simplificadas que raramente encontram vias de escoamento e que não têm condições que garantam o trabalho digno na área que escolheram, o impulso de associativismo entre os representantes da classe foi reactivado. O interesse da parte do Governo, devidamente explícito no PLEI-Cultura e que já resultou em reabertura do CNA, agora com uma fórmula renovada e designado como Centro Nacional de Artesanato e Design, ajudou a tomar a iniciativa e uma nova tentativa de organizar os representantes da classe e criar uma associação que desse a voz aos artesãos, requerendo os seus direitos como trabalhadores e tentando encontrar um novo caminho para o artesanato cabo-verdiano.

---

<sup>88</sup> Todas as actividades do CNA estão bem documentadas nos Planos de Actividades e Relatórios de Actividades que se encontram no Arquivo do actual CNAD.

<sup>89</sup> Entrevista não gravada por falta de autorização por parte da artesã entrevistada.



## II ESTUDO DE CASO. ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS DE MINDELO CAMIN



Figura 2.1 Logotipo da Associação CAMIN

### 1. CAMIN é caminho

*Caminhanti é caminho  
caminho di caminhanti  
No verso e inverso  
verbo ser é verbo nascer  
Pé na tchon, homi na caminho  
Distancia é miragem (...)  
Mundo é movimento  
Vida viva remexida (...)  
Di alma, Sabor, Dor  
Amor, Cor, Beleza em  
Flor<sup>90</sup>*

CAMIN, para além de todo o significado que a palavra “caminho” possui, é também, neste caso concreto a abreviatura de “Colectivo de Artesãos de Mindelo”, o primeiro nome que surgiu quando nasceu a ideia de criação de uma associação de artesãos na cidade de Mindelo na Ilha de São Vicente. Não podia ser o nome mais exacto para expressar numa só palavra o sentido da existência desta associação. É o caminho que os artesãos pretendem seguir e que já tem o seu percurso definido. E como os objectivos costumam ser realizados com mais facilidade quando são colectivos, especialmente nos casos tão complexos como a

---

<sup>90</sup> Fragmentos de letra da música *Caminho di caminhanti* do terceiro álbum de Sara Tavares, *Xinti*, editado em 2009.

resolução dos problemas relacionadas com o trabalho informal, aqui ampliados com todas as dificuldades que os que desenvolvem artesanato em várias partes de mundo sentem, foi empreendida a tentativa de realizar este percurso em grupo. Não é um caminho fácil e os obstáculos, mesmo que o grupo tenha começado a sua actividade há relativamente pouco tempo, já surgiram e vão aparecer com regularidade. Não é possível prever ainda se conseguirão atingir as metas, se a voz deles será bastante forte e persuasiva para influenciar as decisões dos governantes, dos bancos ou as opções da sociedade. A Associação de Artesãos de Mindelo está no início da sua actividade, o que implica uma análise específica, desprovida de avaliações e juízos. Pretendo aqui descrever o que levou um grupo de pessoas, que exercem a mesma profissão, a juntar-se, como o fizeram, quais os objectivos que os unem, que acções tomaram ou querem tomar para os atingir. O caso é especialmente interessante por duas razões. Em primeiro lugar, o processo de organização dos trabalhadores informais é muito escasso em Cabo Verde, especialmente as acções *bottom-up*<sup>91</sup> são raras. Por esse motivo qualquer movimento deste género, devidamente analisado, pode contribuir para uma melhor percepção das dinâmicas do sector informal cabo-verdiano. Em segundo lugar, a já mencionada duplicidade dos problemas de artesãos torna o caso mais complexo e exige uma leitura atenta para perceber como os artesãos lidam com a difícil situação em que se encontram e o que realmente consideram como mais urgente para ser resolvido: o problema do artesanato com todas as dificuldades que atravessa ou o problema de exercer a actividade no sector informal com todas as consequências que isto implica<sup>92</sup>.

### 1.1. A caminho da CAMIN

*Porque somos uma classe, nos mesmo que temos que defender  
os nossos objectivos, os nossos interesses,  
não vamos esperar que alguém lá fora faça isso por nos.*

Maria Filomena Ramos, a presidente da CAMIN

---

<sup>91</sup> Pode discutir-se se no caso da CAMIN foi a acção *bottom-up* ou contrária, *top-down*, o que será desenvolvido mais para frente, deixando aqui só a observação que foi a força de vontade dos artesãos que fez com que a ideia de associação se tenha realizado.

<sup>92</sup> A complexidade desta temática não permite uma abordagem exaustiva no âmbito deste texto. Serão apresentados somente alguns pontos da temática que vai ser aprofundada nos estudos futuros.

### 1.1.1. Da ideia à sua realização

A história da Associação de Artesãos de Mindelo não é longa. Muito pelo contrário – na altura em que ouvimos falar pela primeira vez de “uma associação dos artesãos em Cabo Verde”, esta ainda não estava definitivamente formada. Quando se iniciou a pesquisa em São Vicente, em Setembro de 2012, encontrou-se um organismo recém-registado, com dois meses e duas semanas de actividades. Mas a ideia da sua criação foi lançada em 2011 e quem a acolheu e fez o grande esforço para a realizar, já há muitos anos considerava que os artesãos mindelenses deveriam ser mais unidos.

Maria Filomena Ramos, presidente da associação, sublinha que “a ideia de criar a associação já vem de muito tempo: cerca de 15-16 anos que eu tinha a ideia de criar a nossa associação” (entrevista 11). No entanto só com um incentivo da parte do Ministério da Cultura, que no âmbito das actuais políticas culturais apostou na valorização das economias criativas, considerando que a cultura “pode ser uma fonte de rendimento, de emprego qualificado, de receita e de equilíbrio da balança de pagamentos” (*A Nação*, 22/04/12), e com o forte apoio da ADEI, é que a ideia começou a ser ponderada de forma concreta. Os acontecimentos importantes que antecederam o início do processo de criação da associação, foram o Fonartes 2011 e, como um dos resultados deste Fórum, o encontro da ADEI com os artesãos do Mindelo.

O Fórum Nacional de Artesanato *Fonartes* teve a sua primeira edição sob o lema “Um Futuro Antigo na Nha Mon” em Novembro de 2011. Foi organizado pelo Ministério da Cultura na cidade do Mindelo com o objectivo de analisar o artesanato, reflectir sobre o seu futuro, debater os aspectos relacionados com a produção, a distribuição, a certificação, a formação e o financiamento. Em relação à produção e formação, durante o Fórum foi inaugurado o Centro Nacional de Artesanato e Design, que bebendo da história guardada nos Arquivos que restaram do antigo Centro Nacional de Artesanato e enriquecendo as tradições com a nova forma de pensar artesanato, já ensinada no Mindelo, por exemplo na M\_EIA -Escola Internacional de Artes do Mindelo, poderá tornar-se um espaço de criação para os artesãos, onde o ensino terá o lugar de destaque. Para melhorar a distribuição foi lançada a ideia de criação da RENDA - Rede Nacional de Distribuição de Artesanato e para certificar o genuíno artesanato cabo-verdiano, foi proposto o selo *Created in Cape Verde* cuja elaboração (de forma gráfica mas principalmente da definição dos pressupostos que deverão ser avaliados no acto de atribuição do selo) foi planeada para o ano 2012. A nível de financiamento, os artesãos poderão submeter os seus projectos ao Banco da Cultura<sup>93</sup>. O

---

<sup>93</sup> O Banco da Cultura foi inaugurado pelo Ministro da Cultura, Mário Lúcio Sousa, nos finais de Junho de 2011 com o objectivo de “sistematizar os apoios atribuídos anualmente aos produtores culturais, através de financiamento de projectos”. O Banco funciona em duas modalidades: dispendo de um

Fórum, para além de colocar o artesanato em foco de atenção da sociedade (antes, durante e depois do *Fonartes* a informação sobre o Fórum circulava com regularidade na imprensa), foi o ponto de encontro dos artesãos de todo o arquipélago, uma possibilidade de troca de ideias, de debate. Com esta atenção a eles prestada, os artesãos ficaram motivados e com a esperança de que a situação deles pudesse mudar.

Um mês depois do I Fórum de Artesanato, a ADEI, cujos representantes estiveram presentes no *Fonartes*, organizou um encontro com os artesãos de São Vicente para apresentar as acções desenvolvidas pela agência no âmbito de diversos programas direccionados aos pequenos empresários, também do sector informal. Já antes deste encontro, um grupo de artesãos que estavam a participar numa feira de artesanato organizada no Centro Cultural de Mindelo (CCM), começaram a debater a ideia de criação de uma associação. O encontro com a ADEI foi a luz verde para a realização das ideias, que poucos dias antes tinham sido pela primeira vez articuladas em voz alta nas conversas no CCM. A ADEI, motor dos processos de organização dos trabalhadores informais, garantiu o seu apoio sempre que os artesãos precisassem, mas importa sublinhar que todo o processo, desde os primeiros passos, foi desenvolvido pelos próprios artesãos. Por isso é discutível se a CAMIN é uma associação que foi criada “de cima” ou “de baixo”. Prevalece a ideia de que foi o processo *bottom-up* porque, mesmo com os incentivos “de cima”, sem a vontade e capacidade dos artesãos de desenvolver a ideia, a associação não tinha sido criada, ou, caso isto tivesse acontecido, era de certeza uma associação diferente.

Os artesãos pediram a autorização do director do CNAD, Manuel Fortes, para usarem o espaço no Centro para as suas reuniões, o que foi aceite de imediato. Foi marcada a primeira reunião para o dia 21 de Dezembro. Participaram nela 9 pessoas. Nas reuniões seguintes o número dos participantes oscilava entre 11 e 14 pessoas e foi iniciada a discussão dos estatutos. A mensagem começou a circular – no mundo tão pequeno como a Iha de São Vicente, onde as notícias ainda circulam mais rápido de forma tradicional, passando a palavra, do que nas redes sociais que já invadiram a ilha - e ao longo dos meses seguintes formou-se um grupo de mais de 20 pessoas. Foi um período de intenso trabalho. A proposta dos estatutos, preparada pela futura presidente, foi posta em cima da mesa e debatida ponto a ponto. Para alguns dos artesãos foi um debate demasiado prolongado, nem todos tinham tempo, capacidade e vontade de participar em numerosas

---

fundo, financiará os projectos mais pequenos. Pretende também intermediar nos empréstimos dos valores mais elevados, junto aos bancos comerciais. Em Novembro de 2012, o Banco da Cultura assinou o protocolo com o Banco de Investimento para o Desenvolvimento da Comunidade Económica de Estados da África Ocidental (BIDC) e obteve o acesso a um fundo no valor de 650 mil euros, depositado pela Organização Internacional da Francofonia colocou 650 mil, para financiamento de projectos culturais (*Expresso das Ilhas*, 19/11/12).

reuniões desta fase. “Reuniões de confusão, confusão... Deixei de participar e disse para me chamarem quando tiverem as coisas certas” (entrevista 2). Outros frequentaram todas as reuniões e com atenção moldavam os estatutos para responderem da melhor forma às necessidades de toda a classe dos artesãos, não só da ilha de São Vicente, mas de todo o arquipélago. Só quando os estatutos estiveram definitivamente concluídos, pediram apoio jurídico da ADEI para avaliar o documento antes de o levarem ao notário. Os problemas surgiram na altura de definir os corpos directivos da associação. Foi a fase mais difícil neste caminho preparatório, que acabou coma a saída de uma parte dos artesãos que posteriormente criaram outra associação<sup>94</sup>.

A Assembleia Geral Constitutiva decorreu no dia 12 de Junho de 2012 na Sala de Reuniões do Centro Nacional de Artesanato e Design e contou com a participação de 16 pessoas. Foi apresentada a lista de candidatos aos membros dos órgãos sociais, e em resultado da votação, a lista foi aprovada por unanimidade. Dois dias depois os documentos foram entregues ao Cartório Notarial e no dia 2 de Julho de 2012 foi feita a escritura da Associação de Artesãos de Mindelo CAMIN.

### **1.1.2. Os principais problemas dos artesãos como criadores**

Antes da análise dos estatutos, que são a forma oficializada dos objectivos da Associação, serão apresentadas as vozes dos artesãos. Ao longo de um mês foram entrevistados e houve dezenas de conversas com vários membros da CAMIN, foram ouvidos também os que não fazem parte dela, mas que lidam com problemas iguais, como os representantes da mesma classe<sup>95</sup>. Os motivos da falta de interesse da parte de alguns artesãos em se

---

<sup>94</sup> A Associação *Acart* foi criada pouco tempo depois pelas pessoas que desde início participaram nas reuniões da Associação CAMIN, mas não concordaram com algumas propostas na etapa final, mesmo antes do registo da associação. “Há duas associações, mas elas têm uma história. Antes era uma só. Depois houve discórdia entre elementos, os elementos debandaram por lados opostos” (entrevista 13). Durante o trabalho de campo, com o tempo limitado a 4 semanas de estadia no terreno, optou-se por focar a pesquisa numa só associação, entretanto foram entrevistadas e houve várias conversas durante alguns encontros espontâneos, com os membros da Associação *Acart*. Constatou-se que os artesãos não-associados em muitos casos não tem conhecimento sobre a existência da segunda associação e os que sabem da criação dela, como um dos motivos da sua falta de interesse em se associarem, indicam o desentendimento e falta da união num meio tão pequeno. Várias pessoas esperam que um dia haja uma só associação. Entretanto há quem considera que há espaço suficiente para as duas associações, especialmente se conseguirem desenvolver o seu trabalho em harmonia e concentradas na melhoria das condições dos artesãos, deixando os interesses pessoais ao lado (por exemplo: entrevista 21).

<sup>95</sup> Em São Vicente, ao contrário do que observou Kinuthia Macharia entre os associados nas organizações dos Jua Kali em Kenya (“One thing that was common with all these associations is that

associarem, serão enumerados mais adiante. Aqui segue a lista das principais dificuldades que os artesãos sentem e que esperam ultrapassar com mais facilidade e eficácia, como membros de um grupo oficialmente reconhecido.

Como mencionado na introdução desta parte do texto, o caso dos artesãos é especialmente complicado por causa da dupla dimensão dos problemas que os atingem. Por um lado, fazem parte do sector informal, com todas as consequências inerentes. E por outro lado, por causa das dificuldades que o artesanato em várias partes do mundo está a atravessar, têm um problema acrescido que é a impossibilidade de garantir a sua sobrevivência, e a das suas famílias, tendo o artesanato como única ocupação. De certeza que não se pode generalizar, e há casos de sucesso, mas a grande maioria dos artesãos que pertencem ao grupo está especialmente vulnerável e, sem mudança de políticas culturais ao nível global, terão sempre dificuldades em encontrar o seu sustento dedicando-se na totalidade ao trabalho artesanal.

As dificuldades que enfrentam por causa da actividade exercida são sempre mais destacadas do que os problemas relacionados com a sua situação como trabalhadores informais. O facto de permanecerem no sector informal muitas vezes é abordado somente após um certo desvio da conversa para estes assuntos ou segue depois das perguntas concretas no caso das entrevistas. O período difícil que o artesanato atravessa, tem consequências diversas e muito prejudiciais para os seus criadores. Os produtos artesanais são cada vez menos valorizados o que dificulta o seu escoamento. O artesanato utilitário é substituído por produtos mais baratos, feitos em grandes quantidades nas fábricas, muitas vezes de materiais mais baratos, como o plástico, o que implica a sua venda a preços bastante mais baixos em relação aos preços de produtos feitos manualmente e de materiais mais dispendiosos, pelos artesãos. Em relação ao artesanato decorativo – há concorrência dos chineses que copiam os produtos artesanais e produzem as cópias de qualidade duvidosa, mas em quantidade que permite a produção de baixo custo. Não só os artesãos articulam este aspecto negativo da cada vez mais invasiva e devastadora presença dos chineses. O problema é notado também pelas pessoas que acompanham as actividades dos artesãos da Ilha: “Os artesãos têm esse problema de escoamento dos produtos, depois têm o problema da concorrência dos chineses”, sublinha a técnica da ADEI. Leão Lopes, reitor da M\_EIA, Manuel Fortes, director da CNAD, e a antropóloga do CNAD, Isa Dora Lelis, realçaram ainda a questão da qualidade dos produtos artesanais e uma necessidade urgente de repensar o artesanato e optar por novos caminhos da sua evolução (entrevistas 18, 19, 21).

---

they looked down upon artisans, tailors or carpenters, for exemple, who were not current members.” (Macharia, 2007: 8)), os artesãos associados não criticavam os não associados. Consideravam que cada pessoa tem a liberdade de escolha se quer ou não fazer parte do grupo.

Um dos assuntos muitas vezes abordado e que preocupa os artesãos de forma particular é a desonestidade dos intermediários que vendem os produtos artesanais, causada pela inexistência de uma rede de distribuição que pudesse garantir as condições dignas de escoamento das peças, ou por falta de regras que possibilitassem um melhor controle dos preços de compra/revenda. Há poucos sítios onde os artesãos podem vender os seus produtos, recebendo dinheiro logo no momento de entrega das peças. Acontece frequentemente que os artesãos vendem as peças por preços muito baixos, que praticamente não cobrem os custos de produção, só porque necessitam de meios para sobreviver. Aceitam as condições indignas, ditadas pelos que compram os produtos artesanais para depois vendê-los com o lucro que supera muitas vezes o valor investido na peça. Os artesãos não têm hipóteses de discutir o preço com os intermediários. Estes, tendo a consciência da difícil situação em que a maioria das pessoas que vive de artesanato se encontra, aproveitam-se e oferecem valores ridiculamente baixos, sabendo que o artesão não tem outra opção em conseguir a receita que permite a sua sobrevivência e, em muitos dos casos, da sua família. Uma das artesãs contou sobre uma grande encomenda que recebeu do dono de um hotel na Ilha do Sal. O valor que oferecia para a elaboração das t-shirts com a bandeira de Cabo Verde e outros artigos com os símbolos cabo-verdianos, praticamente cobria apenas o custo dos materiais necessários, com um lucro pequeno, que mal conseguia recompensar o tempo investido na preparação das peças. Embora como a encomenda era bastante grande, e o lucro final poderia ser significativo, a artesã não aceitou a encomenda porque tinha necessidades correntes para satisfazer e não podia ficar durante umas semanas a trabalhar sem receber nada. Preferia vender, com lucro quase nulo, mas imediato, as peças que tinha já feitas a um intermediário de São Vicente (entrevista 2). Há quem não aceite este tipo de exploração: “Eu cheguei a uma altura de vender algumas coisas. Só que vendemos praticamente... vamos dar o nosso trabalho. Porque o preço é quase dado. Quase gratuito. Não dá. (...) Eu muitas vezes não gosto de vender as minhas coisas assim. Em vez de vender baratíssimo, eu prefiro deixar na minha casa” (entrevista 11) ou “Por exemplo, um artesão que faz um trabalho vai vender e quem revende faz muito mais do que o artesão. Isso acho que não é justo. Por isso eu não coloco os meus trabalhos nas lojas para venderem. Eu vendo tudo pessoalmente ou através de encomenda. Porque eles se aproveitam que os artesãos aqui fazem as peças para o seu sustento. Se não têm para comer, se uma peça vale 1000 ECV então, quando estão com fome, vendem por 250 ECV e isto não é...não valorizam o nosso trabalho” (entrevista 5). Mas este normalmente é o caso dos artesãos que conciliam a produção de artesanato com outro emprego ou outra ocupação que lhes garante receitas mais fixas. Os que não têm outras fontes de receitas, e são forçados a aceitar as condições injustas dos intermediários, tentam não dramatizar. “Às vezes tenho que vender as coisas mais barato. E não acho que

isso é desvalorizar. A questão é necessidade”, e acrescenta: “As pessoas dizem “bo ka tem vergonha”, quando vou vender na rua. Eu acho que a vergonha é morrer de fome” (entrevista 2). Mas todos consideram que este é um dos problemas que exige uma solução urgente e esperam que a associação consiga abrir o seu próprio espaço de venda de artesanato, como também tenha influência na definição das propostas para o Ministério da Cultura que já começou o processo de criação da rede de distribuição de artesanato.

O CNAD já tomou a iniciativa de criar uma loja de artesanato dentro das suas instalações. A ideia inicial era de comprar os produtos dos artesãos, pagando logo o valor das peças. No entanto, por falta de verba para este tipo de funcionamento, optaram temporariamente por outra solução. Os artesãos deixam os produtos na loja e só recebem dinheiro quando o produto for vendido. Uma pequena percentagem do valor dos produtos fica para o CNAD para possibilitar a subsistência da loja. Mas a situação não está fácil, sublinha o director do Centro. No entanto o bem dos artesãos é posto em primeiro lugar: “Há meses que a venda é boa, há meses que nem por isso. Há meses em que não dá para pagar as despesas, mas vamos tentar julgar, num mês cobrir o outro. E o mais importante é que os artesãos conseguem vender” (entrevista 21). A loja tem que conseguir a sua subsistência através da venda dos produtos, já que até agora não existem fundos que ajudem ao seu funcionamento. O espaço de venda, muito agradável, bem decorado, com a selecção de peças diversificada, de vários criadores e que representam os tipos de artesanato característicos da ilha, está a ser gerido por uma funcionária que, para além de conhecer bem todos os artesãos que deixam aí os produtos, é bastante familiarizada com as técnicas de artesanato e consegue dar informações acerca da origem e características dos produtos aos visitantes da loja. O facto de ser o único espaço do género, que tem o horário de funcionamento limitado ao horário de abertura do CNAD (de 2<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup> das 9h às 19h, com duas horas de intervalo para o almoço, das 13h às 15h e aos sábados só das 9h às 13h), alguns dos artesãos consideram como um obstáculo que impossibilita a aquisição dos produtos aos muitos dos potenciais interessados. Os pontos de venda, de acordo com os criadores, deveriam funcionar em vários pontos da cidade e com horário prolongado que possibilitasse as compras também mais tarde nos dias de semana e ao longo de todo o fim-de-semana. Muitas vezes os turistas que vêm nos navios que embarcam no Porto Grande aos Domingos, não encontram os produtos artesanais locais à venda e acabam por comprar as lembranças nas lojas dos chineses ou dos vendedores ambulantes da Costa Ocidental Africana<sup>96</sup>.

---

<sup>96</sup> A associação já tomou a iniciativa de resolver este problema e assinou um acordo com a Pont d'Água, o espaço de lazer e cultura junto ao porto, que permite aos artesãos a venda dos seus

Com o escoamento escasso, está directamente ligado outro problema: a falta de dinheiro para comprar os materiais necessários para a elaboração dos produtos, tanto as matérias-primas, como as ferramentas. “Às vezes eu faço um trabalho e tenho a dificuldade em dar acabamento porque eu não tenho dinheiro para, por exemplo, uma lata de tinta, então aquele trabalho fica lá. Espera até quando aparecer dinheiro” (entrevista 4). Têm a consciência do que é um círculo vicioso: “É com dinheiro que fazemos dinheiro. Se não temos dinheiro, nem para comprar material, como vamos conseguir?” (entrevista 11). A falta de ferramentas e de equipamento adequado para a produção de certos tipos de artesanato também é um dos obstáculos mencionados. Há quem indique a dificuldade em obter as matérias-primas, não só por causa da falta de meios, mas também por viver num pequeno país insular com o mercado muito limitado. No caso dos construtores de instrumentos, a maioria dos materiais é adquirida fora do país (entrevistas 10 e 12). O mesmo acontece no caso dos criadores de bijuteria que optaram por desenvolver o trabalho com as pedras preciosas e semipreciosas (entrevista 1). O sapateiro indica altos preços dos materiais causados por falta de concorrência entre os fornecedores (entrevista 14). Em São Vicente existe só uma loja onde se pode comprar os materiais necessários para a produção dos sapatos, e os preços são bastante elevados para aproveitar o facto que os artesãos não têm outra hipótese, só se fossem adquirir os materiais noutra ilha, o que acaba por não compensar, se incluir os custos de deslocação e o tempo necessário para a viagem para outro lugar do arquipélago. Nestes casos a associação pode conseguir preços mais baratos, se juntar um grupo de artesãos com as mesmas necessidades e adquirir logo uma quantidade maior de materiais. Relativamente às ferramentas, espera-se que um dia a associação tenha as condições para comprar o equipamento que possa ser utilizado por todos os seus membros que não têm possibilidade financeira para investir em ferramentas mais caras, mas que pudessem possibilitar o desenvolvimento ou facilitassem o seu trabalho.

O outro desafio para alguns dos artesãos é o espaço para a execução do trabalho. Só alguns deles têm estúdios e ateliers destinados somente à produção de artesanato. Na maioria dos casos adaptam divisões de suas casas para este fim. Algumas pessoas, por causa do tipo de artesanato que fazem (por exemplo: rendas, bordados), não necessitam de condições especiais e podem trabalhar em qualquer lugar. Mas a maioria precisa de um espaço onde pode espalhar os seus materiais, concentrar-se no seu trabalho, não ser incomodado e não incomodar ninguém. Alguns dos artesãos já fizeram várias tentativas, pedindo à Câmara a cedência de um espaço que possa ser adaptado a um atelier, mas não

---

produtos nas bancas instaladas neste espaço, nos dias de desembarque dos navios. Mais informação acerca desta iniciativa – no capítulo dedicado às actividades desenvolvidas pela Associação CAMIN.

obtiveram respostas positivas. Consideram que este é um dos problemas primordiais a ser resolvido pela associação, acreditando que, através deste organismo formal, consigam com mais facilidade o apoio da Câmara Municipal neste sentido. Assim que algum espaço for cedido à associação, para além do posto de venda, pretendem criar uma oficina onde todos os que não possuem as condições, possam trabalhar. Seria também um espaço adequado para formações e cursos, tanto para próprios, como para as pessoas que pretendem conhecer as técnicas de artesanato.

Em relação a outro grupo de problemas, os relacionados com a sua falta de formalidade como trabalhadores, o facto de não terem protecção social é o mais ressaltado e é a fonte da maior preocupação. Mesmo que após a reforma do Sistema de Protecção Social realizada em 2009 no âmbito da qual todos os trabalhadores por conta própria que “exercem uma actividade profissional sem sujeição ao contracto de trabalho” são obrigados a se inscrever no Sistema e efectuar descontos todos os meses (Boletim Oficial, 2009: 978), a maioria dos artesãos permanece fora do alcance do sistema. O motivo é simples – a falta de meios para pagar mensalmente a verba exigida. Quando há necessidades básicas para assegurar o rendimento mensal em muitos casos nem cobre estas, a questão de previdência social fica adiada para um futuro não definido. Como dizem “artesanato é por tempo, não é o rendimento fixo. Posso passar dois meses a pagar e posso passar três meses sem trabalhar, sem vender nada. Por isso que fica complicado para Segurança Social...” (entrevista 5). É um motivo de preocupação constante de todos os membros das famílias. Os filhos de uma das artesãs, mãe solteira de uma menina de nove anos e de dois adolescentes, dizem “bo ka pode adoecé. Si bo adoecé, no tá morré di fomi” (entrevista 2). Todos vivem dos rendimentos incertos desta senhora que faz vários tipos de artesanato, desde rendas e bordados até às bolsas de materiais reutilizados, completando os seus rendimentos com a venda dos funguinhos, *donuts* e pastéis de milho, que faz em casa, à mercearia do bairro onde mora. Há outros que confiam em Deus e acreditam, ou tentam acreditar, na protecção dele. “Não tenho ajuda. É só Deus” (entrevista 7), “Deus tem que olhar para gente. Mas às vezes não é só acreditar. Às vezes é mesmo difícil. Mas pronto a gente espera que o melhor tempo vem...” (entrevista 2). E há um grupo que afasta este problema, eliminando o, como impossível de resolver, das suas preocupações: “Não penso nisto. Há coisas que não penso. Se tiver para acontecer, acontece. Assim que eu lido com as coisas. Porque se não, fico a pensar que é mais uma coisa que eu tenho que meter na minha cabeça” (entrevista 4). Todos esperam que com a ajuda da associação o problema seja resolvido e que através de um acordo com o INPS conseguirão as condições especiais que possam mudar a situação desfavorável em que se encontram.

Outros problemas relacionados com a permanência no sector informal da economia, como os rendimentos incertos e baixos, as condições precárias de trabalho, no caso desta

actividade, assim como no caso de outras profissões artísticas, são muito ligadas com as especificidades próprias destas ocupações. Muitas vezes não são mencionados por falta de preocupação com esta situação, uma certa aceitação dela. Toda esta problemática será apresentada mais abaixo, como complemento da descrição detalhada da associação e dos seus membros.

## **1.2. O caminho da CAMIN**

Como a associação pretende resolver os problemas acima articulados? Quais deles foram considerados de ter o maior peso e entraram nos estatutos da CAMIN? Quem são os membros da associação e como a associação cresceu ao longo dos primeiros meses desde o seu registo? Que acções e com que objectivos já desenvolveram e o que está planeado para o futuro próximo? Estas são algumas das perguntas que serão respondidas na base do material recolhido no terreno e completado pelo contacto constante com a presidente da associação, desde o regresso para Portugal até agora.

### **1.2.1. Os estatutos**

Praticamente todos os problemas mencionados por artesãos foram incluídos nos Estatutos da Associação CAMIN e no seu Plano de Actividades o que comprova que a associação foi criada pelos próprios representantes da classe e com a participação activa dos seus membros. Os primeiros dois pontos do Artigo 1º dos Estatutos serão aqui apresentados na totalidade por causa do seu conteúdo, que correspondendo aos assuntos abordados no capítulo anterior, expressam-nos oficialmente, acrescentando outros aspectos importantes para serem postos em foco de atenção da organização.

#### Artigo 1º

##### Designação e Objectivos

1. É Constituída a Associação sem fins lucrativos denominada Associação dos Artesãos de Mindelo (CAMIN), adiante designado de CAMIN, visando contribuir para uma melhor organização dos seus membros tendo por objectivo, coordenar, promover, dinamizar, e representar os Artesãos a fim de defender os seus legítimos direitos e interesses, preservar a tradição, aproximar mais o Artesão do público, controlar os circuitos intermediários dos seus produtos salvaguardando a genuinidade cultural na criação e produção do artesanato.
2. Na prossecução dos seus fins o CAMIN desenvolverá, realizará e apoiará acções tendentes a:

Promoção sócio-económica e desenvolvimento de práticas de solidariedade e ajuda mútua entre os seus membros;

- a) Definir e criar Programas de formação nas áreas de interesse dos artesãos;
- b) Promover o desenvolvimento de estudos, pesquisas e projectos nos domínios da sua abrangência;
- c) Prestar Assistência técnica, logística e financeira aos seus associados;
- d) Realizar actividades e eventos sócio-culturais cujos fins sejam a divulgação, a promoção e a comercialização dos produtos dos seus associados;
- f) Atribuir prémios de Mérito e de Distinção, ou outros, mediante concurso.
- g) Estabelecer e desenvolver relações de cooperação e intercâmbio com outras Associações Congéneres, Nacionais ou Estrangeiras, mediante assinatura de protocolos com elas acordando formas de cooperação consentâneas com o seu objectivo social;
- h) Estabelecer parcerias e colaborar com Associações, Empresas, Entidades, Municípios e Instituições da Sociedade Civil e Governamentais em tudo quanto se relacione com as actividades da Associação (Estatutos da Associação de Artesãos de Mindelo CAMIN, 2012: 1).

A dupla função da associação está visível nos seus Estatutos: por um lado a organização pretende intervir nos assuntos relacionados com o facto de que a maioria dos seus membros pertence ao sector informal. Neste sentido a associação, representando toda a classe dos artesãos, tenciona defender “os seus legítimos direitos e interesses”, desenvolver as “práticas de solidariedade e ajuda mútua entre os seus membros” e “prestar assistência técnica, logística e financeira aos seus associados” que têm acesso dificultado a certas formas de apoio e a algumas soluções que os trabalhadores formais possuem (Estatutos da Associação de Artesãos de Mindelo CAMIN, 2012).

Por outro lado nota-se nos estatutos a importância da outra linha programática que tem como objectivo a reactivação do artesanato, a sua valorização e a definição do seu futuro. Ao longo dos últimos anos, a falta de políticas culturais que apostassem na preservação do artesanato e a ausência de políticas de educação que contribuíssem para a sensibilização das pessoas para o valor que o trabalho artesanal tem, foram umas das causas da deterioração deste ofício e ao mesmo tempo desmotivaram os artesãos que cada vez menos vontade tinham para continuarem a desenvolver as técnicas que exigem o trabalho mais duro. Agora, com o forte apoio do Ministério da Cultura e com a criação da Associação CAMIN, há possibilidade de recuperar o que foi perdido. Importa ressaltar que nos estatutos estão articuladas as mesmas acções que constavam nos estatutos do antigo Centro de Artesanato e também da sua antecedente, a Cooperativa *Resistência* (Estatuto da Cooperativa de Produção Artesanal *Resistência*, 1976, Estatutos da Associação de Artesãos de Mindelo CAMIN, 2012). É nos tempos de funcionamento destes dois organismos que o

artesanato cabo-verdiano atingiu o auge do seu desenvolvimento, a investigação e a documentação foi efectuada desde os primeiros dias de existência da Cooperativa, o mesmo acontecia com a formação. Os artesãos cabo-verdianos participavam nas exposições no estrangeiro e os artesãos dos outros países com frequência visitavam Cabo Verde para o intercâmbio de experiências e também para facultar formações em diversas técnicas de artesanato. Com os actuais planos da Associação CAMIN e a dinâmica nesta fase inicial, se obtiverem os apoios necessários para o desenvolvimento das acções e conseguirem ultrapassar as dificuldades que a maioria das colectividades possui, existe a possibilidade do artesanato cabo-verdiano recuperar a sua posição importante a par de outras manifestações culturais.

### 1.2.2. Os membros

*“Sabes... Cada canto da nossa Ilha tem uma pedra.  
E cada canto da nossa Ilha tem um pessoa que é artista.  
Por isso gosto de usar este nome: Pidrinha di Soncente.”*

Ilídio Lopes, artesão

Os artesãos, assim como os artistas, são tão diversificados como as *pidrinhas*. Podia pensar-se que os que fazem parte da associação têm algo em comum, uma certa característica que os distingue do resto da classe. A análise de dados dos sócios não confirma esta pressuposição o que demonstra que a CAMIN é aberta a todos, e quer representar todo o sector, não excluindo ninguém. Mesmo que definam o artesão como “todo o profissional em geral, com ou sem formação técnica, que trabalha individualmente na produção do ofício manual (artesanato) e daí obtém a sua renda” (Estatutos da Associação de Artesãos de Mindelo CAMIN, 2012), na prática os que exercem a actividade artesanal como ocupação adicional a outra actividade profissional que têm, são também considerados como os artesãos e podem associar-se.

Em Setembro de 2012, na altura da pesquisa de terreno, faziam parte da associação 33 pessoas. O organismo que começou a funcionar dois meses antes, em Julho de 2012, com 16 membros e que no momento de elaboração deste texto (Fevereiro 2013) conta já com 43 membros, está a mostrar um forte dinamismo neste período inicial da sua existência. A breve apresentação dos membros da CAMIN será baseada nos dados recolhidos ao longo do trabalho de campo e assim sendo, só restringida aos sócios que faziam parte da associação nesta altura.

A grande maioria dos membros da Associação CAMIN vive na ilha de São Vicente, mais concretamente na cidade do Mindelo. Alguns deles, o que caracteriza em geral os moradores de São Vicente, são naturais, ou os pais deles provêm, das outras ilhas, especialmente das vizinhas Santo Antão e São Nicolau. Nestes primeiros meses, só dois

sócios viviam noutras partes do arquipélago, um na ilha de Santiago e outro na ilha de Santo Antão. No entanto, a associação pretende representar os artesãos de todas as ilhas e está aberta para receber os membros que moram fora de São Vicente. Como o processo de divulgação da organização estava ainda na fase inicial e os membros da associação não chegaram, nesta primeira fase, a deslocar-se às outras ilhas, e assim não houve oportunidade de ingresso de um maior número dos sócios fora de São Vicente. Futuramente a associação pretende participar nas feiras e exposições organizadas com regularidade em todas as ilhas e aproveitar todos estes eventos para promover a organização e conseguir abranger cada vez mais artesãos cabo-verdianos. A CAMIN tem dois sócios honorários, cabo-verdianos a viver na diáspora: um deles em Itália e outro nos EUA.

As mulheres têm uma ligeira prevalência em relação aos homens: dos 33 sócios, 20 são do sexo feminino. A idade dos sócios varia de forma significativa o que demonstra que a associação quer chegar a todos os artesãos, tanto os que possuem vasta experiência na criação do artesanato, como os jovens que só recentemente optaram pela escolha por esta profissão. Os mais novos têm pouco mais de 20 anos e os mais velhos por volta de 60. A grande parte dos membros tem entre 30 e 50 anos. O nível de escolaridade varia também. Prevalece o 6º, 9º e 12º anos. Só três pessoas possuem formação superior - duas são licenciadas em História e uma em Gestão Hotelaria e Turismo.

Quanto à formação profissional na área de artesanato, poucos concluíram algum curso ou participaram nas aulas de técnicas de artesanato. Normalmente neste tipo de formações organizadas participam as pessoas mais jovens e com maior grau de formação obrigatória. Alguns artesãos indicam a formação informal<sup>97</sup> como a base para o desenvolvimento das suas capacidades. Aprenderam com os familiares, os vizinhos e outras pessoas que dominavam certas técnicas. Às vezes bastava só a observação dos outros para começar a experimentar elaborar as primeiras peças. “Fiz a primeira renda aos 11 anos. Fazia a mãe e a irmã. Eu ficava a observar e depois comecei a experimentar” (entrevista 2). “A irmã ensinou-me quando eu tinha 10-11 anos. Deu-me a primeira agulha. A irmã era mais velha e fazia. Fiquei curiosa como fazer aquelas rendas, aqueles bordados...” (entrevista 11). A última pessoa aqui citada dá um valor especial à aprendizagem com as pessoas mais velhas, o que é importante de ressaltar porque é uma das características cada vez mais escassas, especialmente nas camadas mais jovens dos criadores. Esta artesã conta também uma tradição de partilha dos conhecimentos pelas mulheres, em ambiente da

---

<sup>97</sup> Como formação informal entendo aqui qualquer tipo de transmissão de conhecimentos fora do sistema organizado ou oficial do ensino. Por exemplo, as explicações das pessoas com mais experiência. Na maioria dos casos não têm carácter regular e são cada vez mais raras, o que põe em perigo a extinção deste tipo de formação tradicional. Actualmente, muito mais frequente é ouvir que alguém aprendeu da internet do que com outras pessoas que dominam certas técnicas.

festa e no dia-a-dia, o que acontecia na ilha onde cresceu. "Em São Nicolau, naquela zona onde eu morava, era uma zona isolada, ficava muito isolada, então sempre gostava de aprender mais. E durante todas as férias que tenho, quero aprender algo. Todas as férias eu procuro alguém, que me ensine algo novo. Aí também criamos um grupo de mulheres que no dia 8 de Março juntávamos. Cada um fazia o seu trabalho em casa. E no dia 8 juntávamo-nos, e cada um apresentava o seu trabalho. Fazíamos festas, festas para as pessoas grandes, para as pessoas mais jovens, dançávamos, comíamos. Em fim, fazíamos "n" coisas. Era uma partilha. Cada um tinha que ter o seu trabalho com o seu nome. Eu era sempre curiosa. E também as rendas... Se eu não sabia um ponto, eu ia para a casa desta pessoa para me ensinar. Era sempre assim. E todas as férias eu tenho que decidir. Se eu souber que alguém sabe fazer algo, vou pedir essa pessoa para me ensinar" (entrevista 11).

Uma das entrevistadas menciona os livros técnicos como fonte para a aprendizagem da teoria (entrevista 17) e duas artesãs falam das revistas consultadas frequentemente pelos artesãos. E há ainda um método novo que pode ser muito devastador para o artesanato cabo-verdiano: a aprendizagem pela internet. Com o acesso cada vez mais facilitado<sup>98</sup>, a internet tornou-se uma das principais fontes de ideias, de técnicas, de estilos. "Tiramos algumas coisas na internet. Porque hoje na internet tem tudo. O que não sabemos fazer, copiamos. Tiramos algumas ideias da internet, mas para reproduzir, fazemos diferente. Agora temos outra criatividade, usamos outro tipo de material, tudo isso" (entrevista 5). Este tipo de comportamento pode levar ao desaparecimento de técnicas e estilos originais do artesanato cabo-verdiano, que mesmo sendo o resultado de várias influências, ao longo dos séculos, ganhou a sua própria identidade, que está prestes a perder-se. Leão Lopes associa estas novas tendências com a falta de políticas educativas. "Com a proliferação das revistas com os pontos e os desenhos já codificados, a criação de cariz cabo-verdiano que veio de Portugal, desapareceu. Havia técnicas da renda que desapareceram. Tivemos por exemplo renda de gancho e outras coisas incríveis. Agora toda renda é copiada da revista. Destruíram isto. (*Menciono a internet.*) Estás a ver - na internet tem as coisas mais giras... Mas inconsequentes para a vida delas. Isto é a ausência das políticas educativas. Mas quando digo políticas educativas, são... não é só o sistema formal. O sistema informal, a educação informal também. O Centro de Artesanato, antes de ser extinto, dirigido por Manuel Ferreira, é que estava a dar a formação. E nós<sup>99</sup>, nós somos

---

<sup>98</sup> Por um lado há cada vez mais postos de internet chamados simplesmente *ciber*, possuídos e geridos por africanos da Costa Ocidental, na sua maioria nigerianos, por outro lado, há melhorias na oferta de internet móvel que se tornou mais barata e mais acessível, e também há redes públicas, as quais o acesso em determinadas zonas é livre para qualquer utilizador.

<sup>99</sup> O Atelier Mar, já mencionado noutra parte deste trabalho como a organização cujo papel na reactivação e valorização do artesanato é inquestionável, é uma ONG que foi criada em 1979 por

uma ONG, mas estávamos a fazer este trabalho” (entrevista 18). Poucos artesãos têm consciência ou não dão valor a esta nova tendência de procurar as matrizes na internet: “Agora tenho uma coisa... não gosto de ir para internet. Há muitas pessoas que fazem as coisas que vêm na internet. Mas eu não quero, quero sentir o que sai mesmo daqui dentro (entrevista 4)”.

Alguns artesãos dizem que aprenderam sozinhos. Até ficam surpreendidos com a questão: “Boa pergunta. Um ka sabê...” (entrevista 2), considerando o trabalho artesanal como algo que se aprende naturalmente, como, por exemplo, falar. “Então desde criança que eu fazia aquilo. Eu fazia, mas eu não conhecia, não sabia nada sobre o que era o artesanato” (entrevista 4). Sublinham ainda que é um dom especial que nem toda gente possui.

Muitos artesãos dizem que gostariam de obter formação mais específica que lhes permitiria a evolução. Queixam-se da falta de oferta ou da falta de dinheiro para poder subsidiar os cursos. Mas, quem realmente quer, consegue encontrar os cursos esporadicamente organizados pelo Centro de Emprego ou a Câmara Municipal, normalmente gratuitos (entrevista 5). O CNAD actualmente não tem verba para organizar formações, mas, assim como a tradição do antigo Centro dita, esta é uma das suas prioridades. A Associação CAMIN também definiu o ensino como um dos seus objectivos principais. A organização dos cursos para os artesãos ainda não está iniciada, mas as formações nas escolas primárias já estão a decorrer. O actual conteúdo das aulas para crianças é discutível e podia ser repensado e reformulado. Neste momento a formação em “reciclagem” ocupa um lugar central. O ensino das técnicas tradicionais, tanto na sua vertente teórica e histórica, como na vertente prática, não está incluído na proposta para os alunos. Mas o caminho está iniciado e os programas de educação artística estão a ser elaborados no Instituto Pedagógico. Se forem devidamente implantados, com a colaboração dos artesãos na parte referente ao artesanato, o ensino das áreas artísticas pode ser significativamente mudado nas escolas primárias e secundárias.

---

Leão Lopes, artista plástico, fotógrafo, cineasta e escritor cabo-verdiano, com o objectivo de valorizar e promover a cultura através de diversas iniciativas de animação cultural, estimular e formar os jovens. Em 1987 foi reconhecido como organização não governamental e integrou no seu programa os projectos de desenvolvimento comunitário, alargando também a formação noutras tecnologias como serigrafia, carpintaria, audiovisuais, design gráfico e de equipamento, design de habitação e fabricação de materiais de construção com tecnologias adaptadas (Monteiro 2008, 93-94). Especialmente atento aos problemas ambientais, à educação, à igualdade de género e à melhoria das condições da vida das comunidades mais pobres, o Atelier Mar prepara e implementa diversos projectos, sempre adequados a situações particulares, desenhados de forma que possibilite a participação da população e a maior independência do apoio da ONG no futuro.

No entanto, salvo raras exceções, os membros da associação não costumam ensinar. Indicam como motivo a falta de tempo, as qualificações insuficientes, a falta de espaço apropriado. Bem que a maioria demonstra vontade de partilhar os seus conhecimentos e sublinham que várias vezes foram solicitados pelas pessoas que conhecem o trabalho deles, para preparar uns pequenos cursos onde pudessem explicar os segredos do seu *métier*. Destacam-se cinco pessoas que com frequência dão aulas ou formações nas escolas primárias, nos centros comunitários e sociais em várias zonas da cidade. O ensino é destinado a vários públicos. Há cursos para crianças, adultos, e professores que queiram enriquecer depois as suas aulas. Uma das entrevistadas, grávida na altura desta pesquisa em Cabo Verde, teve a ideia de um curso para grávidas e todos outros interessados, de preparação de vários acessórios para o quarto de bebé com materiais reutilizados. No quarto que preparou para o seu menino tinha, entre outros, o berço feito de garrafas de plástico, caixinhas para cotonetes, dodotes ou cremes, elaborados com matéria-prima reutilizada. Esta mesma pessoa tem, junto com uma amiga, um atelier no Alto Mira Mar, onde organizam as formações, na sua maioria de “reciclagem” (entrevista 5). Outro sócio, que passou pela experiência do antigo CNA e tem a consciência do que se tratava, quando se falava acerca da formação nas diversas áreas de artesanato, sente a falta de uma estrutura que tivesse condições apropriadas, para restaurar o ensino, tão importante quando se fala na revalorização do artesanato (entrevista 13).

Os tipos de artesanato criados pelos membros da associação são diversificados, como todo o artesanato sãovicentino. No entanto, há áreas que se destacam e são escolhidas por mais pessoas, e outras que não têm muitos seguidores. Importa sublinhar que a grande maioria dos artesãos faz mais do que um tipo de artesanato. Os poucos que se dedicam somente a um tipo de criação, normalmente produzem as coisas cuja execução exige um estudo mais intenso, como é o caso da produção de instrumentos musicais ou de sapatos e outros produtos de pele. De forma mais geral pode constatar-se que certos géneros do artesanato tradicional estão em extinção e os seus lugares são ocupados cada vez mais com a mencionada na parte anterior “reciclagem”.

Raramente se encontra os que ainda trabalham o barro, fazem tecelagem ou tapeçaria, elaboram quadros de cola branca, garrafas decoradas com palha ou casca de árvores. Predomina a produção que não exige muitos conhecimentos necessários para a elaboração das peças. Ao lado da “reciclagem”, há bijutaria de vários tipos de matéria prima (conchas, pedras, sementes, fios, pedaços de tecidos, entre outros) e a produção de bolsas. Entre os géneros mais antigos, mas até agora praticados por muitas pessoas, especialmente as mulheres, encontram-se as rendas e os bordados. Pode discutir-se se no caso destes produtos se pode falar do artesanato tradicional cabo-verdiano, tendo em conta todas as influências indicadas mais acima, dos quais a internet é a mais popular

actualmente. Algumas ideias da nova utilização das rendas, por exemplo para a elaboração de saias ou fatos de banho, são tiradas das fotos encontradas em revistas ou na internet. Outro exemplo da prática que tem como base o artesanato tradicional, mas está enriquecida com motivos novos, provenientes de diversas fontes, antes não existentes em Cabo Verde, é a elaboração das peças que juntam a matéria-prima reutilizada com a renda. Há também os casos de estilização das peças com os motivos cabo-verdianos, como por exemplo a utilização das cores de bandeira. Mas cada vez mais frequentemente, os produtos são mera cópia das matrizes encontradas na internet. A forma muito menos popular de trabalho artesanal é a conservação das tradições antigas com a consequente utilização das técnicas e motivos utilizados antigamente.

A lista dos tipos de artesanato criados pelos artesãos da CAMIN, pode-se ainda acrescentar: a costura, a elaboração de calçado, a ornamentação dos chinelos, carpentaria, elaboração de candeeiros de vários tipos de materiais, produção dos brinquedos, tanto dos materiais reutilizados, como de pano (as bonecas de pano), tingidura do *batik*. Muito raras, mas também indicadas pelos sócios da associação são a pintura e a escultura. Um tipo muito diferente dos outros, mas também elaborado por pelo menos uma pessoa na associação, é o artesanato alimentar.

### **1.2.3. Artesanato como profissão. Artesão como trabalhador informal**

Manuel Fortes, actual director do CNAD e autor do estudo sobre os artesãos de Santo Antão (Fortes, 2010), constatou que somente uma pessoa entre as 37 entrevistadas na ilha das montanhas vivia exclusivamente do artesanato (entrevista 21). Em São Vicente a situação é bastante diferente. Várias pessoas escolheram o artesanato como a sua ocupação principal e, em consequência, a única fonte de rendimentos. Esta divergência entre as duas ilhas vizinhas tem a sua origem no facto de se tratar de dois terrenos completamente diferentes, tanto no que diz respeito à sua situação geográfica, como sócio-económica. A montanhosa ilha de Santo Antão, segunda em tamanho entre as ilhas do arquipélago, é uma Ilha agrícola. Com o acesso mais dificultado do que a ilha de São Vicente<sup>100</sup>, é visitada por um número bastante menor de turistas. Mesmo que este número tenha crescido significativamente ao longo dos últimos anos, ainda não atingiu o mesmo valor que o

---

<sup>100</sup> A ilha não tem aeroporto. O único meio de transporte que a liga com São Vicente é o barco que faz duas viagens – uma de manhã e outra à tarde. Há dois anos funcionavam dois barcos, mais pequeno e significativamente mais baratos, Ribeira de Paúl e maior mas também mais caro, Mar de Canal. Em Setembro do ano passado funcionava só um barco, o maior, com o preço de bilhete de 750 ECV (cerca de 7€), o valor que impossibilita as viagens mais frequentes a certa camada de população.

número de turistas que anualmente visitam a vizinha ilha de São Vicente (Quadro 2.1). O nível de pobreza é significativo<sup>101</sup> o que implica um menor poder de compra. Todos estes factores contribuem para o escoamento dificultado dos produtos artesanais e obrigam os artesãos a conciliar esta ocupação com a outra que possa garantir meios de sobrevivência.

**Quadro 2.1 Número de turistas que visitaram as ilhas de São Vicente e Santo Antão**

<b>Ano</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
<b>Santo Antão</b>	2421	3903	3378	3698	5509	7674	8799
<b>São Vicente</b>	21077	20178	16023	18376	17401	19665	21574
<b>Ano</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	
<b>Santo Antão</b>	7625	8926	12784	12307	18616	23763	
<b>São Vicente</b>	24318	25381	23381	25233	29453	34724	

Fonte: INE-CV.

Na ilha de São Vicente, mesmo que as dificuldades também existam, há mais possibilidades de venda. O número de turistas que visitaram a ilha foi estimado em 34 724 pessoas em 2012. Neste número não são contabilizados os passageiros dos navios que com alguma regularidade desembarcam no Porto Grande, possibilitando aos viajantes uma breve visita a ilha, que normalmente não ultrapassa umas horas<sup>102</sup>. Os turistas, ao lado dos emigrantes cabo-verdianos que passam as suas férias na terra Natal, são indicados como os principais compradores do artesanato. Os moradores da ilha raramente compram os produtos artesanais. Uma das sócias do CAMIN disse que praticamente todos os clientes dela são as amigas que trabalham com ela e as peças por ela elaboradas são feitas por encomenda. "Eu vendo a um, ele passa mensagem para outro, dou meu contacto, levo ao trabalho, as minhas colegas gostam e também querem. Tenho muitas encomendas. Tudo que vêes aqui (mostrou-me algumas peças), está encomendado" (entrevista 3). Este tipo de

<sup>101</sup> Entretanto a falta de dados actualizados não permite a apresentação da situação actual. Os dados do último inquérito foram apresentados em 2007 e de acordo com este relatório em Santo Antão o nível da pobreza era mais elevado entre todas as ilhas e estava estimado em 45,6% (Instituto Nacional de Estatística, 2009). Nos últimos anos vários programas foram desenvolvidos, especialmente no âmbito do Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural (PLPR) e pode esperar-se que haja alguma alteração neste número.

<sup>102</sup> Em 2012, o número dos chamados excursionistas, as pessoas que estão em trânsito nos navios de longo curso, foi estimado em 27 612 pessoas para o Porto Grande e superou quase 60% o valor do ano anterior (17 308 excursionistas em 2011). (dados através das Estatísticas disponíveis no site da Enapor: <http://www.enapor.cv/>, última vez consultado em Março 2012).

discurso não é comum entre os artesãos, mas importa ressaltá-lo como um exemplo de negócio bem sucedido. Esta artesã tem outro emprego, mas afirma que as receitas da venda de artesanato têm um contributo significativo no total dos seus vencimentos.

Os artesãos são vicentinos têm mais oportunidades de participarem nas feiras e nas exposições consideradas como os melhores pontos de venda dos produtos. São ao mesmo tempo uma oportunidade de divulgar o trabalho<sup>103</sup> e estabelecer contactos. Os intermediários das ilhas turísticas, como Sal ou Boavista, já contactaram uma das sócias da *Camin* na sequência da sua participação numa das feiras e fizeram uma encomenda maior para as lojas dos hotéis.

Dos 33 sócios que em Setembro de 2012 faziam parte da associação, mais de metade indica o artesanato como a sua ocupação principal. Praticamente todos os que optaram por viver do artesanato constataam a crescente dificuldade em garantir os meios de subsistência. Há pessoas que tentam completar as suas receitas, fazendo pontualmente outras coisas. Uma das artesãs costuma vender os salgados e doces feitos em casa à mercearia do bairro onde vive. Outra lava roupa em casas de pessoas. Uma jovem artesã criou com a sua colega um projecto de turismo comunitário. Moradora do bairro Ribeira Bote, aproveitou este facto para preparar uma oferta para os turistas que querem conhecer algo mais para além da Praça Nova, Rua de Lisboa e Praia de Laginha<sup>104</sup>.

As receitas de venda de artesanato, para além de serem baixas, são irregulares e incertas. Há meses em que os artesãos não conseguem vender quase nada e noutros, mesmo se a venda for razoável, não conseguem fazer poupanças que permitam a subsistência normal nos períodos mais fracos. Há situações em que necessitam de um valor maior e a única solução, que nem todos têm, é pedir o apoio da família. Não possuem os

---

<sup>103</sup> Normalmente as reportagens de todas as feiras e exposições são transmitidas nos meios de comunicação social, o que por um lado divulga o trabalho dos artesãos, e por outro lado ajuda em atingir uma maior afluência de público para os eventos.

<sup>104</sup> O projecto “Turismo Comunitário de Ribeira Bote” foi criado por quatro jovens como uma alternativa ao turismo do sol e praia. Os grupos de turistas são guiados pelo bairro e entram “em casas de artesãos, de família com uma fonte de água, de venda de grogue e de tudo mais de peculiar que a zona tem a oferecer” (*A Semana*, 03/02/13). Desta forma muito particular podem saber um pouco mais sobre a vida dos habitantes do Mindelo, provar os pratos, os petiscos e as bebidas típicas cabo-verdianas, conhecer os criadores do artesanato são vicentino. Este projecto “está sendo desenvolvido na zona da Ribeira Bote/Ilha Madeira na Ilha São Vicente. Esta zona é considerada uma das mais problemáticas da ilha e um dos principais objectivos do projecto é mudar a imagem e mostrar as suas grandes potencialidades para desenvolver um turismo de qualidade”. O projecto tem um objectivo a longo prazo que é a criação de um Centro de Dia para crianças da zona. “10% do valor de cada visita é remetido para um fundo destinado à criação deste centro” (materiais sobre o projecto fornecidos pela uma das fundadoras, Charlene Graça).

requisitos necessários para obter um empréstimo bancário e não têm as suas próprias poupanças. Consideram impossível o acesso ao crédito e complicado conseguirem o micro-crédito, devido à burocracia, para submeterem todos os documentos exigidos pelas instituições de microfinanças. Vêem no apoio da associação um caminho para a solução deste problema – tanto no processo de submissão dos documentos, como na elaboração dos projectos. Há quem considere que a associação deveria tornar-se numa instituição de microfinanças com um fundo destinado aos empréstimos para os que necessitam de uma injeção financeira para o desenvolvimento do seu negócio e não conseguem obtê-la, por motivos acima sinalizados, através das instituições já existentes.

Os membros da associação que vivem somente do artesanato ou para os quais o artesanato é o principal meio de subsistência, em geral não pagam impostos e nenhum deles desconta para a o Sistema de Previdência Social. Normalmente têm o número de identificação fiscal, mas não declaram as suas receitas porque não podem descontar uma parte dos baixos vencimentos para o Estado que, como consideram, não lhes dá nada em troca. São eles próprios que criaram os seus postos de trabalho, que tratam do *stock* da matéria-prima que necessitam para executar o trabalho e também adquirem todas as ferramentas necessárias, sem nenhuma ajuda, nem apoio. Também tratam da venda dos seus produtos, sem condições adequadas para o fazer. Vários artesãos já pediram apoio da Câmara, falaram com os deputados que de vez em quando passam pelo Mindelo<sup>105</sup>, e não obtendo respostas positivas, continuam a desenvolver o seu ofício sem nenhuma interação da parte do Estado. Por este motivo, mesmo sabendo que devem pagar os impostos, não se sentem pressionados em resolver este problema. Se tivessem possibilidades financeiras de o fazer, é possível que ficariam incomodados com a situação e encontravam forma de cumprir os seus deveres. Mas sem esta possibilidade, isto deixa de ser, de certa forma, um problema que os preocupa. Importa mais garantir os escudos para as necessidades diárias, que não são menores no caso das pessoas que trabalham sem contratos e sem vencimentos fixos, muito pelo contrário, há situações em que são forçados a pagar mais, por

---

<sup>105</sup> Nos dias 26 e 27 de Setembro 2012, participámos junto com a Presidente da CAMIN na Conferência “A Reforma na perspectiva Parlamento e o Cidadão. Debate nas Ilhas e na Diáspora” no Centro Cultural do Mindelo, onde os deputados da Assembleia Nacional e os deputados da Comissão Eventual para a elaboração do Projecto de Regimento, criada no dia 27 de Abril do mesmo ano, apresentaram as comunicações sobre vários assuntos relacionados com a reforma parlamentar e também, ao longo do debate que seguia cada comunicação, recolheram as opiniões dos representantes de diversas instituições e organizações locais convidadas. Nos intervalos das sessões, os representantes da Associação CAMIN, estabeleceram contactos directos com os deputados para futuramente poderem obter algumas indicações e apresentarem as suas propostas aos representantes do Parlamento.

exemplo por falta de Segurança Social, o que os obriga a pagar as taxas das consultas, os medicamentos, os tratamentos, na totalidade.

O não pagamento das contribuições ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) é causado pelo mesmo motivo que o não pagamento dos impostos – a falta de meios. No entanto este é o assunto que os artesãos, desprovidos de qualquer tipo de protecção social, pretendem resolver com mais urgência do que o problema anterior. Com a reforma do Sistema de Previdência Social, realizada em 2009, os trabalhadores independentes, incluindo os trabalhadores do sector informal, têm direito ou até são obrigados a descontar para o INPS. Mas, na maioria dos casos, esta reforma, mesmo que avaliada de forma muito positiva, não muda a situação. Consideram as exigências do INPS impossíveis de cumprir. As contribuições, definidas no caso dos trabalhadores por conta própria em 19,5% e contabilizadas a partir do salário mínimo declarado por trabalhadores, são demasiado elevadas para poderem ser pagas todos os meses. O vencimento dos artesãos nunca é certo, não é possível prever o seu valor, o que os impossibilita de assinar um compromisso com o INPS. Até o valor da contribuição raramente é posto em discussão e as pessoas consultadas para esta pesquisa não consideram que a percentagem é demasiado elevada. O simples facto de não serem capazes de garantir a verba para este fim faz com que procurem outras soluções e indicam este problema como um dos assuntos mais importantes a ser resolvido pela associação. Estão a propor a ideia de se inscreverem como pessoa colectiva e desta forma pagarem as contribuições, com um valor adequado à situação real, que seja calculado somando as receitas médias de todo o grupo. Este sistema tem uma vantagem que todos sublinham: no caso de alguém não poder pagar durante um ou dois meses, a associação paga esta despesa com dinheiro, ainda inexistente, mas que esperam em breve juntar como fundo, através da cobrança de cotas<sup>106</sup>. A opção proposta não foi aceite pelo INPS: “Há dias fui ao INPS para ver o que podiam fazer. Falei com a responsável. Porque temos muitos artesãos que não são abrangidos pelo INPS, porque eles não descontam, não são registados. Então fui lá falar com ela para ver o que podiam fazer com eles. Mas a senhora disse-me que qualquer um tem que pagar obrigatoriamente” (entrevista 17). À data da pesquisa de terreno, a presidente estava a ver as propostas das seguradoras privadas.

---

<sup>106</sup> As cotas ainda não foram cobradas por causa da mudança de tesoureiro. O tesoureiro, que foi escolhido antes do registo da associação e que começou a desenvolver as suas funções logo após o registo, mudou-se para a cidade da Praia. A nova tesoureira já foi escolhida, mas ainda não tomou posse legalmente e de acordo com as exigências da associação. Esta mudança atrasou a cobrança das cotas nos primeiros meses de actividade da associação e impossibilitou a criação de um fundo que pudesse servir as necessidades do grupo.

A esperança de encontrar soluções dos vários problemas ligados com a informalidade através da associação é notável entre os seus membros. Mesmo que algumas das actividades desenvolvidas não encontrem o apoio e o envolvimento de todos os sócios, tanto por falta de tempo, como por as considerarem inúteis, os assuntos que estão relacionados com o sua posição prejudicada por não terem os mesmos direitos que os trabalhadores do sector formal ocupam sempre lugar importante nas conversas acerca dos objectivos e acções da CAMIN. E, assim como a técnica da ADEI sublinha, quando se trata de resolução dos problemas, a maioria dos artesãos, mesmo os que não fazem parte da associação, concorda: “Nós incentivamos associativismo e cooperativismo. Porque junto eles conseguem ter mais força, encontrar mais soluções do que isoladamente” (entrevista 22).

#### **1.2.4. As actividades da CAMIN, realizadas e programadas**

O Plano de Actividades 2012/2013 da CAMIN, elaborado logo após a oficialização da associação, define as acções em várias áreas e diversas estratégias de intervenção. Tendo em conta a “reduzida estrutura disponível e a situação económica dos potenciais aquisitores”, a associação estava consciente de que pode não conseguir atingir durante um ano todas as metas que foram definidas no documento (Associação de Artesãos de Mindelo CAMIN, 2012).

Os principais domínios de intervenção estão relacionados com a “fidelização dos membros e sua integração no colectivo dos Artesãos”, a promoção das actividades artesanais como geradoras de benefícios económicos tanto aos criadores, como aos agentes e, por fim, a confirmação do estatuto de “entidade representativa da classe e de parceria junto de potenciais consumidores, organismos e instituições” (Associação de Artesãos de Mindelo CAMIN, 2012).

O plano de intervenção foi dividido em quatro áreas principais: formativa em parceria com várias entidades estatais e não governamentais; económica; social e por fim a de relações institucionais (Associação de Artesãos de Mindelo CAMIN, 2012).

Até Outubro de 2012 a maioria das actividades que a associação realizou tinha a ver com a promoção do grupo, divulgação dos seus objectivos, angariação dos sócios, e numa certa altura, também para juntar os meios para a participação dos representantes da CAMIN numa feira de artesanato nos EUA que entretanto foi adiada para outra época. Foram realizadas várias feiras de artesanato, tanto no CNAD, como fora das instalações do Centro, concertos com a participação de vários músicos convidados, uma apresentação de colecção de moda de materiais recicláveis, formações nas escolas primárias.

Nas actividades assistidas notou-se que nem todos os sócios estão igualmente envolvidos no processo de produção e preparação dos eventos, assim como na participação neles. Não houve ainda nenhum evento que juntasse todos os associados. Há um grupo mais activo que normalmente participa na maioria dos eventos, mas parte significativa não aparece, não justificando a sua ausência. As reuniões da associação, que costumam acontecer com regularidade nas instalações do CNAD, que acolheu a CAMIN, contam com a participação no máximo de 10-12 pessoas, o que é um terço de todos os associados. Alguns dos sócios indicam a falta de conhecimento, devido a falhas na comunicação, como o motivo da sua ausência.

Logo após o registo, a CAMIN começou a estabelecer contactos institucionais, procurando parceiros, patrocinadores, apoiantes. Enumera a presidente, Maria Filomena Ramos: “Fui ter com o vereador da cultura. Ele disse que aqui em São Vicente a cultura já não é só a música. É também o artesanato. Então eu falei em termos de assinar uma parceria para nos disponibilizar um espaço para podermos fazer alguma feira cá fora, quando tem turistas. Então ele disse-me para escolhermos um sítio para ver onde e que fica nos melhor. Primeiro falou-nos da Praça Dom Luís. (...) Agora eu estou de olhos num sítio. Vamos ver se consigo fazer um entrecâmbio com o dono daquilo. Lá onde vão fazer o fogo de artifício no fim de ano. Então se ambas as partes, a Câmara e o dono de lá aceitarem, temos com quem falar que nós dê uma camada de cimento. E quando quisemos vamos lá com um stand e montamos. (...) Em termos de outras associações eu tenho uma lista longa. Já falei com os directores que são os meus amigos e depois dessa viagem para América vamos ver que tipo de parcerias assinamos. Isso é ao nível de São Vicente. Mas ao nível nacional já tenho contacto com a Câmara de Santa Cruz na Praia, Ilha de Santiago” (entrevista 16).

Há planos de actividades em vários pontos da cidade, para dar a maior visibilidade à associação, aos artesãos e às peças por eles criadas. “Já temos um sítio que é Mindelo Hotel onde podemos fazer as noites cabo-verdianas todas as quartas-feiras. Tencionamos fazer mais outros tipos de actividade. (...) Novembro, Dezembro é a época alta portanto vamos ver se conseguimos fazer mais alguma coisa para além da feira que costumamos fazer. Estamos a assinar uma parceria com o Hotel Porto Grando (mas isso ainda é um segredo) que vão nos dar um espaço lá e vamos arranjar uns stands para por lá” (entrevista 16). Pode acrescentar-se a estas listas as parcerias com a Ponta d’Água, já mencionada noutra parte deste trabalho, um lugar destinado à cultura e lazer, ao lado do Porto Grande. Aí a associação organizou uma noite de música em Outubro passado para promover a organização. O evento atraiu tanto os mindelenses como os turistas, e mesmo que tenha havido algumas dificuldades na parte inicial da produção, causadas pelo fiasco do outro evento programado, correu bastante bem, satisfazendo as expectativas dos artesãos. Outra

instituição importante que fez parceria com a associação foi o Centro Cultural do Mindelo que cedeu, em condições especiais, o espaço para as actividades.

Para completar esta lista de acções já desenvolvidas e programadas para futuro, importa mencionar as negociações, até agora não concluídas, com o INPS acerca de condições especiais para os sócios da associação que não têm possibilidade de contribuir de forma significativa para esta instituição. E também o objectivo de divulgar a CAMIN noutros pontos do arquipélago, participando em feiras, exposições, encontros culturais.

## 2. Associação dos artesãos. Tem futuro?

*“É uma força formidável! Você está vendo, Zeca, esta gente toda, unida, associada, pode conseguir muita coisa.”*

*“Não pensam que cada um por si pouco vale, mas que todos juntos, com as vontades tendidas num desejo imperativo de chuva, até conseguiriam que chovesse a tempo e horas.”*

(Lopes, 2008: 171 e 179)

O ainda curto período de existência da associação não permite avaliar os resultados, nem o desempenho das acções já desenvolvidas. Como qualquer organização recém-criada, precisa de tempo para encontrar o caminho mais adequado de agir e também, o que é muito importante, envolver todos os seus membros nas actividades. O diálogo e troca de ideias são sempre a melhor forma de resolver qualquer tipo de conflitos internos, descontamentos, divergências de opiniões. Estas normalmente surgem na primeira etapa de existência das associações, especialmente as que juntam personalidades muito individualistas, como é o caso de artesãos. O movimento associativo tem que ser estimulado continuamente para habituar os sócios a agir como grupo, o que não é fácil quando se trata de pessoas que estão habituadas a trabalhar sozinhas, sem padrões, sem horários. As pessoas, mesmo pertencendo à mesma classe, têm necessidades e ambições muito diversificadas. “Temos problemas uns com os outros porque um não pensa da mesma maneira que o outro. Há sempre alguém que puxa a brasa para a sua sardinha” (entrevista 4). É um processo que vai demorar e o seu sucesso depende em grande parte da persistência destes que os incentivam. Mas sem o *feedback* positivo, sem melhorias visíveis, pode tornar-se difícil continuar a impulsionar as acções colectivas. Em Outubro de 2012 sentia-se os problemas aqui articulados, mas também a vontade de os resolver e de continuar várias actividades que pudessem levar à melhoria das condições de trabalho e vida dos artesãos.

A opinião sobre a importância da existência de uma organização que representasse a classe dos artesãos era articulada com frequência, tanto por artesãos já associados, como por aqueles que, por vários motivos, ainda não se juntaram a nenhuma das associações, e também por representantes das diversas instituições que lidam com os meios artísticos ou com os trabalhadores do sector informal. Algumas das muitas opiniões do género mostram melhor o peso deste facto: "Uma pessoa sozinha, tem mais dificuldade. Com a Associação fica mais fácil" (entrevista 3), "Vejo as pessoas que têm vontade de fazer algo. Mas se ficamos separados, ninguém vai para frente" (entrevista 4), "Assim eles fiquem unidos e fazem coisas. E trocam informações. E assim é melhor para inovar, para fazer algumas coisas acontecerem" (entrevista 19), "Creio que juntos poderão trabalhar para encontrar o melhor caminho e atingir os seus objectivos" (entrevista 20). Há vários motivos sublinhados, como por exemplo, a facilitação em conseguir os apoios: "Sem uma organização, não há apoio, sem estar legal, não há apoio, sem estar registado, não há apoio então falamos que tínhamos que estar unidos, que tínhamos que estar legalizados, registados. (...) Depois as entidades oficiais já começaram a ver o trabalho de outra forma" (entrevista 4), a questão de fiscalização de preços (entrevista 5) e de defesa contra a concorrência do artesanato falsificado, produzido em massa por chineses: "Defender os artesãos de Cabo Verde. Defender das invasões que estão a passar - dos chineses, da Costa de África. Eles estão aqui como uma cópia de nós, cabo-verdianos. Vamos ao chinês e encontramos os produtos que os nossos artesãos fazem. Então criamos a associação para defender os nossos direitos." (...) "Defender os nossos interesses e defender a nossa cultura" (entrevista 15). A questão de visibilidade também está ressaltada várias vezes, como a questão de contactos que através da associação são estabelecidos com mais facilidade: "Se tiver uma associação, se associação tiver uma característica boa, uma boa organização, entramos no mercado com seriedade, isto acho que ajuda, sim" (entrevista 8), "O objectivo é entrar no mercado, ter mais conhecimento" (entrevista 8), "Através de associação conhecemos outras pessoas. Ficamos mais visíveis" (entrevista 3).

O importante problema da Protecção Social é outro assunto mencionado em todas as entrevistas. Só unidos, só como grupo, conseguem solucionar este problema que individualmente ultrapassa as suas capacidades. "Esta parte está no nosso programa. No programa da CAMIN. Para sermos inscritos na Providência Social. Faz parte dos estatutos" (entrevista 5). Sugerem até as possíveis soluções deste assunto: "Isto é um assunto que nós na nossa associação já falamos nisto (...). Porque seria óptimo alguém da associação ter um seguro, através da associação. Alguém não tem problema quando precisar. Porque estamos na associação, todo pessoal da associação já está assegurado" (entrevista 4) ou ""Associação que deveria fazer alguma coisa para isso. Sabe como funciona - quando nos fazemos a protecção social, (...) a entidade empregadora paga uma parte e o beneficiante

paga outra. Mas quando não existe a entidade empregadora, o trabalhador paga tudo. Tem que ter um rendimento fixo. (...) Mas a associação se tiver meios, fundos, podia perfeitamente pagar aquela percentagem" (entrevista 13).

Os motivos para continuarem unidos são relevantes, numerosos e notados por todos. Mas se são suficientes para vencer o individualismo, só poderá ser confirmado daqui a uns meses quando a associação CAMIN tiver percorrido esta parte inicial do seu caminho, quando os planos, ou pelo menos alguma parte deles, estiverem postos em prática e as acções a serem desenvolvidas com frequência e com a participação de todos os membros.



## CONCLUSÕES

As conclusões que se podem retirar deste trabalho são diversas e serão apresentadas aqui começando pelas mais gerais, ligadas com a primeira parte do texto em que foi caracterizada a economia informal em Cabo Verde e os processos de organização dos trabalhadores informais, cuja presença começou a ser notada no arquipélago. A parte que liga este capítulo com a descrição da Associação CAMIN, e que trata do artesanato e dos seus criadores, também leva a algumas reflexões finais que serão sinalizadas. Seguirão algumas conclusões mais específicas, relacionadas com o estudo de caso analisado.

Em primeiro lugar importa ressaltar que a economia informal é um facto. Tal como em várias partes do mundo, também em Cabo Verde este fenómeno existe e está em constante expansão. O sector informal dá emprego a parte significativa da população e garante os meios de subsistência a muitas famílias cabo-verdianas. Em resposta à incapacidade do Estado em fornecer postos de trabalho a toda a população activa, as formas alternativas de obter os rendimentos estão a ser procuradas, normalmente à margem das leis e regulamentações. Este facto é causado pela falta de condições financeiras para, no caso em que a formalização é possível, concretizar este objectivo. O trabalho no sector informal é quase sempre sinónimo de rendimentos baixos, irregulares e incertos, de condições de trabalho muito precárias, de falta de qualquer tipo de protecção social. É o trabalho que as pessoas não escolhem por opção. Permanecem nesta situação prejudicial porque não têm outra solução, outra maneira de sobreviver. A dificuldade de acesso aos créditos e também à formação que possa contribuir para a melhoria das suas condições deles, fecham o círculo.

Em Cabo Verde, a verdadeira dimensão do sector informal é difícil de estimar. De acordo com o relatório do inquérito realizado pelo INE, no sector informal funcionam cerca de 24 mil unidades de produção, dando emprego a pouco mais de 30 mil pessoas. Mas existem outras estimativas que afirmam que este número é muito mais elevado e pode atingir os 70% a 80% da população activa (dados de UNTC-CS). As diversas definições do fenómeno implicam, de certa forma, divergências nas estimativas. E se a este dado se acrescentar o receio por parte das pessoas, de revelar o seu estatuto informal, que foi constatado nas diversas entrevistas realizadas com os trabalhadores informais, pode chegar-se à conclusão que, mesmo com as melhores ferramentas de inquérito, este dado dificilmente reflectirá a situação real.

Do ponto de vista do Estado, a economia informal tem dupla faceta, já há mais de duas décadas sublinhada pela OIT. Por um lado, fornece emprego e assim os meios necessários para subsistência de uma parte significativa da sociedade, mas, por outro lado, funciona fora das regulamentações estatais, diminuindo a receita fiscal do país. Várias

soluções tem sido sugeridas para fazer face a este problema e um dos caminhos indicados é a criação de organizações de trabalhadores informais, que também foi notada pelos próprios operadores do sector como a forma de aumentar a sua visibilidade e facilitar a implementação das medidas que possam melhorar a sua situação.

Os processos organizacionais iniciaram-se com mais força no início do século XXI, apesar dos grupos, formalizados ou não, de trabalhadores informais, já existirem desde os anos 70. Nos PALOP, comparando com outros países africanos, estes processos tiveram início relativamente tarde e Cabo Verde é o país onde as organizações só agora estão na sua fase embrionária. Isto torna a observação do desenvolvimento desta situação especialmente interessante, ao mesmo tempo dificultando uma avaliação objectiva por falta da distância necessária para a realizar.

Os primeiros resultados da pesquisa, desenvolvida no âmbito do projecto de investigação “Organizações e Representação na Economia Informal nos PALOP: experiências e perspectivas”, indicam que o processo de organização dos trabalhadores informais cabo-verdianos está a decorrer e que assume diversas formas. Foram distinguidas tanto as acções *top-down*, como as contrárias, as *bottom-up*. Entre as primeiras, há iniciativas da parte de várias instituições, tanto governamentais, como não-governamentais. A título de exemplo, foi criada uma agência estatal - a ADEI - cujas acções são direccionadas em grande parte ao sector informal e que considera a organização dos trabalhadores de várias áreas da economia informal como o ponto de partida que facilita bastante qualquer futura acção que possa ser desenvolvida. As iniciativas no sentido de organizar os operadores do sector informal partem também de uma das centrais sindicais, a UNTC-CS, e especialmente da sua Comissão das Mulheres. A importância de alargar os seus horizontes e começar a incorporar os trabalhadores informais a vários sindicatos formais, já foi articulada e o processo está em desenvolvimento. As ONG também proporcionam diversas acções cujo objectivo primordial não é a organização, mas sim sensibilização dos trabalhadores informais em relação à importância da sua organização. E, finalmente, os próprios trabalhadores informais começam a ter cada vez mais consciência que a criação dos grupos pode facilitar a resolução dos seus problemas, tanto os que estão ligados com as especificidades de cada profissão, como os que a maioria dos operadores informais possui, como é o caso de protecção social. No momento em que este trabalho estava a ser concluído, foram anunciadas notícias sobre a criação de duas associações na ilha de Santiago: uma, curiosamente, de artesãos<sup>107</sup> e outra de rabadantes<sup>108</sup>. Só com

---

<sup>107</sup> A Associação de Artesãos da Praia *Kapitalart* foi apresentada no dia 19 de Março, Dia Internacional do Artesão, e pretende desenvolver os programas inseridos no eixo cultural, educativo e económico (*Expresso das Ilhas*, 19/03/13).

acesso a informações mais concretas e pormenorizadas será possível perceber o que levou os representantes destas duas classes a criarem as associações e quais são os seus principais objectivos. No entanto, estas primeiras notícias já podem servir como mais um sinal de que as organizações dos trabalhadores informais começaram a ser consideradas como um passo importante, tanto pelas instituições, como pelos próprios trabalhadores informais.

O sector informal em Cabo Verde está mais desenvolvido nas cidades do que no meio rural, o que corresponde à situação dos outros países africanos. Entre os sectores que mais trabalhadores informais têm está o comércio, seguido pela indústria e pelos serviços. No entanto, neste texto, optou-se pela reflexão acerca de uma categoria muito específica dos trabalhadores, que normalmente não está articulada nas estatísticas, mas que no caso do país escolhido como o foco deste estudo, faz todo o sentido em analisar. São os representantes das profissões artísticas, e de forma mais específica, os artesãos. Não existem dados concretos sobre o número de pessoas que têm alguma ligação à arte, mas se este estudo se realizasse, certamente surpreenderia com o resultado muito elevado. Nem todos fizeram do seu dom artístico a sua forma de obter rendimentos. Muitos fazem isto só por prazer, nos tempos livres, para si, para os mais próximos. Mas há quem viva somente das receitas obtidas através das actividades artísticas e parte significativa destas pessoas funciona no sector informal. Entretanto as conclusões acerca deste facto ainda não podem ser apresentadas porque este tema, bastante amplo e pouco estudado, exige investigação mais aprofundada que poderá ser realizada numa fase posterior de pesquisa. Para este estudo foi escolhido um grupo de criadores, os artesãos, e o foco de atenção foi direccionado para a análise da organização por eles criada, a Associação de Artesãos de Mindelo CAMIN. Antes de apresentar o resultado da pesquisa, será feita uma brevíssima reflexão acerca do artesanato, importante para a melhor percepção da situação em que se encontram os artesãos, membros da associação, mas também a maioria das outras pessoas que cria artesanato em vários cantos do arquipélago cabo-verdiano.

O artesanato cabo-verdiano está a passar por uma fase bastante difícil. Com a extinção do Centro Nacional de Artesanato em 1997, foi demonstrado o desinteresse por esta área que há várias décadas se encontra numa situação complicada, causada por vários factores. O artesanato em Cabo Verde tinha principalmente o carácter utilitário. Com a invasão dos produtos manufacturados, feitos de materiais baratos, como o plástico, a procura dos artigos produzidos de forma artesanal, diminuiu drasticamente. Sem políticas culturais e educativas que conseguissem encontrar as novas formas de criar e utilizar os

---

<sup>108</sup> A Associação dos Vendedores do Município da Praia (AVMP) foi instituída no dia 20 de Março e, conforme informa o jornal *A Nação*, já tem 101 inscritos (*A Nação*, 05-04-13).

produtos artesanais, os seus criadores perderam os compradores das suas peças e também os seguidores que tivessem vontade de aprender o *métier* dos mestres e continuar as técnicas por eles desenvolvidas. Os artesãos não desapareceram do panorama cultural e económico do arquipélago, mas a sua situação piorou bastante. Actualmente, lidam com dois tipos de problemas: os relacionados com a criação e os que são resultado da sua permanência no sector informal que, com as mudanças da sociedade, em menor grau, mas já presentes em África, como a individualização, a evolução tecnológica, o progresso científico, começam a ser cada vez mais sentidos. Na lha de São Vicente há outro factor importante – o seu carácter urbano. Na cidade, o nível de informalidade é maior, a pobreza é mais profunda, os laços familiares mais desapertados. Tudo isso leva à situação complexa em que se encontram os que ainda por cima optaram pela produção artesanal para o seu sustento. O Governo, através da criação do PLEI-Cultura, mostrou os primeiros sinais de mudança da sua postura e vontade de melhorar a situação dos que se dedicam à arte. Definindo a cultura como um dos pilares de desenvolvimento, deu o merecido apoio aos artistas de todas as áreas, e iniciou o caminho que leva ao fortalecimento das economias criativas. Mas é um processo que está numa fase muito inicial e cuja concretização completa só será possível com o esforço contínuo ao longo das próximas décadas.

No caso do artesanato, várias políticas foram definidas, mas o que importa sublinhar aqui é o impulso que foi dado aos artesãos no sentido de se organizarem. O incentivo aconteceu no momento certo, no lugar certo e na presença das pessoas certas. Pouco depois do I Fórum de Artesanato, que decorreu no Mindelo em Novembro de 2011, um grupo de artesãos iniciou o caminho que resultou na criação da primeira Associação de Artesãos que foi designada com um nome muito significativo, CAMIN. O processo de criação, não muito fácil pelo facto da maioria destas pessoas estarem habituadas ao trabalho individual, foi culminado em Julho de 2012 com o registo da associação. O trabalho de campo tinha como objectivo conhecer esta organização, os seus membros, os objectivos estabelecidos e as actividades que estão a desenvolver e que têm programadas para esta primeira fase do seu funcionamento.

Como sublinhado mais acima, o curto período de existência da associação não permite tirar conclusões definitivas e exige uma análise cautelosa e que deixa espaço aberto para futuras interpretações que surgirão com o tempo necessário para o crescimento e desenvolvimento desta organização. Portanto a parte que segue deve ser considerada mais como uma reflexão final do que a conclusão no sentido estrito desta palavra.

A associação CAMIN foi criada por um pequeno grupo de artesãos que frequentemente se encontravam por diversas ocasiões, tanto formais, como as feiras e exposições, como informais, nas ruas do Mindelo, a pequena e única cidade da ilha de São Vicente. Todos tinham os mesmos problemas para os quais não conseguiam,

individualmente, encontrar soluções. Um incentivo da parte do Ministério da Cultura, apoiado pela acção de formação preparada logo a seguir pela ADEI, foram suficientes para seguir com a ideia que já há muitos anos foi ponderada por vários dos futuros membros da CAMIN. Os estatutos da associação foram definidos ao longo dos primeiros meses de preparações, durante as reuniões nas quais foram bastante debatidos, para responder da forma mais exacta a todas as necessidades das pessoas envolvidas. Os objectivos estabelecidos podem ser divididos em dois grupos: em primeiro lugar a associação pretende encontrar soluções para os problemas que os artesãos, enquanto criadores, enfrentam. Entre os mais significativos pode destacar-se a dificuldade em escoamento dos produtos e, resultante disso, a falta de meios para adquirir as matérias-primas ou as ferramentas necessárias. Como principais causas do escoamento das peças, para além da crise que é mencionada com frequência, indicam a inexistência de uma rede de distribuição, a falta de pontos de venda dos produtos, a completa irregularidade no processo de venda e revenda dos produtos que leva a situações graves de abuso por parte dos poucos distribuidores existentes que, aproveitando-se da situação complicada dos criadores, compram os produtos por preços muito baixos e revendem num valor superior, com um lucro que supera várias vezes o valor pago ao artesão. A concorrência por parte dos chineses que copiam os produtos artesanais e fabricam os seus equivalentes em massa, permitindo-lhes a venda por preços mínimos, e que é tão criticada como a presença dos vendedores da Costa Ocidental Africana que trazem os produtos do continente e através da sua insistência e venda ambulante, são capazes de atrair os compradores com mais eficácia do que os artesãos cabo-verdianos. O espaço adequado para o desenvolvimento da sua actividade é outro obstáculo que impede a criação livre, eficiente e que daria melhores resultados. A formação insuficiente também, mesmo que de forma mais rara, é ressaltada como o factor que impossibilita o desenvolvimento do seu *métier*.

O outro grupo de problemas que se espera resolver através da associação são todos os assuntos ligados com o seu funcionamento no sector informal. As mais graves são a falta da protecção social e a dificuldade do acesso aos créditos que pudessem possibilitar a criação ou crescimento dos seus ateliers. Os restantes problemas que normalmente estão interligados com o facto de pertencerem ao sector informal, como os rendimentos baixos e irregulares, estão directamente ligados com a especificidade desta profissão, portanto podem pertencer tanto a um como a outro grupo de problemas a resolver.

A associação pretende lidar gradualmente com todos os assuntos aqui enumerados e vários outros já abordados ao longo deste trabalho. Os objectivos que foram estabelecidos têm a meta que pode ser expressa numa única e sucinta frase: melhorar a vida destas pessoas que, mesmo tendo a consciência das dificuldades que esta área enfrenta, já há

décadas, decidiram dedicar-se à criação de artesanato, acreditando que a sua reactivação é possível e o seu sustento pode vir desta antiga profissão.

Através de uma organização formalizada, os artesãos conseguem com mais facilidade estabelecer contactos com as instituições estatais e organizações não-governamentais que, através do seu apoio, podem fornecer algumas pistas ou mesmo soluções para os problemas dos artesãos. Os primeiros contactos já foram feitos, as primeiras actividades desenvolvidas. Mesmo que se tenha notado nesta primeira fase, a dificuldade em atingir a união e a concordância em alguns dos aspectos, com o debate e a análise da situação, as dificuldades foram ultrapassadas sempre que surgiam. Se este problema maior for resolvido, a associação tem todas as características necessárias para representar a classe dos artesãos e falar em voz amplificada, exigindo a mudança da situação em que os seus membros se encontram.

No entanto, a dupla dimensão dos problemas exige, para além do esforço dos próprios artesãos, também políticas culturais e educacionais da parte do Estado, que sejam capazes de provocar alterações na postura da sociedade e proporcionar uma maior valorização do artesanato. Só assim os artesãos poderão um dia viver e trabalhar em condições dignas.

## BIBLIOGRAFIA

- Albuquerque, Luís de e Maria Emília Madeira Santos (coord.) (1991), *História Geral de Cabo Verde*, volume I, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical, Praia, Direcção Geral do Património de Cabo Verde.
- Associação de Artesãos de Mindelo CAMIN (2012), *Plano de Actividades*, Mindelo, policopiado.
- Atelier Mar (2009), *O Artesanato no Concelho de Porto Novo, Ilha de Santo Antão – Cabo Verde. Um sector económico e criativo motor do desenvolvimento regional*, Mindelo, Atelier Mar, M\_EIA.
- Bangasser, Paul E. (2000), *The ILO and the informal sector: an institutional history*, Geneve, International Labour Organization.
- Barros, Viriato de (2013), “S.Vicente, quel país”. Disponível em: <http://www.multiculturas.com/vb-saovicente.htm>
- Beaud, Stéphane e Florence Weber (2007), *Guia para a pesquisa de campo. Produzir e analisar dados etnográficos*, Petrópolis, Vozes.
- Berg, Bruce L. e Howard Lune (2012), *Qualitative Research Methods for the Social Science*, eight edition, Upper Saddle River, Pearson.
- Birchall, Johnston (2001), *Organizing workers in the informal sector. A strategy for trade union-cooperative action*, working paper, 01-1, Geneva, Cooperative Branch International Labour Office. Disponível em: [http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_emp/---emp\\_ent/documents/publication/wcms\\_110508.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/documents/publication/wcms_110508.pdf).
- BIT ILO (2010), *Plano Operacional para a Extensão da Segurança Social aos Trabalhadores independentes e domésticos. Recomendações do STEP Portugal – BIT ao INPS – Instituto Nacional de Previdência Social da República de Cabo Verde*, documento draft versão 2.
- Boletim Oficial (2007), *Boletim Oficial da República de Cabo Verde de 10 de Setembro de 2007*, I Série – Nº34.
- Boletim Oficial (2009), *Boletim Oficial da República de Cabo Verde de 23 de Novembro de 2009*, I Série – Nº44.
- Brito, Margarida (1998), *Os instrumentos musicais em Cabo Verde*, Praia-Mindelo, Centro Cultural Português e Instituto Camões.
- Burgess, Robert G. (ed.) (1982), *Field Research: A Sourcebook and Field Manual*, London, George Allen & Unwin.
- Cardoso, Manuela (2007), *Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe. Educação e infra-estruturas como factores de desenvolvimento*, Porto: Edições Afrontamento.
- Cardoso, Nelson Cabral Lopes (2012), “Atelier de formação para agentes sindicais sobre o trabalho decente”, projecto, Cidade do Mindelo: UNTC-CS, USV, SICs e SIMETEC, policopiado.
- Carreira, António (1983), *Panaria caboverdeana-guineense. Aspectos históricos e sócio-económicos*, Praia, Instituto Caboverdeano do Livro.
- Carreira, António (1984), *Cabo Verde. Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX*, 2ª edição, Lisboa, Ulmeiro.
- Carreira, António (2000), *Cabo Verde. Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*, 3ª edição, Praia, Instituto de Promoção Cultural.
- CMSUNTC-CS (2012), *Plano de Acção. Promover a sindicalização das mulheres no sector informal*, Praia, Comissão de Mulheres Sindicalistas.

- Cordeiro, Ana (2003), “Mindelo: entre a Ficção e a Realidade”. Disponível em:  
<http://www.buala.org/pt/cidade/mindelo-entre-a-ficcao-e-a-realidade>.
- Cruz, Ana Maria Braga da (1991), *Urdir a teia, tecer a vida. Percurso feito em cúmplice sororidade com alguns grupos de mulheres do Norte*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Davidson, Basil (1988), *As Ilhas Afortunadas. Um estudo sobre a África em transformação*, Lisboa, Caminho.
- Delagado, António Jorge (1990), “Centro Nacional de Artesanato. Breve historial”, *Boletim do Ministério da Informação, Cultura e Desporto*, 1, pp.17-18.
- Estatuto da Cooperativa de Produção Artesanal Resistência* (1976), Cabo Verde, São Vicente.
- Estatutos da Associação de Artesãos de Mindelo CAMIN* (2012), Mindelo.
- Esteves, Denise Gayou Lima Reis (2009), “*Estragar a mão*”. *Práticas culturais híbridas no campo das artes e ofícios*, Dissertação de Mestrado em Cidades e Culturas Urbanas, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- Feliciano, José Fialho (2006), “Acesso aos serviços sociais na economia informal nos países da África Lusófona. A eficácia da economia informal para gerar integração e protecção social dos pobres”, comunicação. Disponível em: [http://www.ciaris.org/workspace\\_files/765/panel\\_2\\_-\\_feliciano.pdf](http://www.ciaris.org/workspace_files/765/panel_2_-_feliciano.pdf).
- Feliciano, José Fialho, Carlos Manuel Lopes e Cristina Udelsmann Rodrigues (2008), *Protecção Social, Economia Informal e Exclusão Social nos PALOP*, São João do Estoril, Principia.
- Ferreira, Manuel (1985), *A aventura crioula*, Lisboa, Plátano Editora.
- Ferro, Maria Haydée Ferreira (1998), *Subsídios para a História da Ilha de Santo Antão de Cabo Verde (1462-1900)*, Praia, Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco.
- Fontana, Andrea e James H. Frey (2000), “The Interview: From Structured Questions to Negotiated Text”, em Norman K. Denzin e Yvonna S. Lincoln, Yvonna S. (ed.) *Handbook of Qualitative Research*, pp. 645-672, Thousand Oaks, Sage.
- Fortes, Manuel (2010), *Artesãos de Santo Antão – Cabo Verde*, Lisboa, ACEP – Associação para a Cooperação Entre os Povos.
- Frias, Sónia (2006), “*Mulheres na esteira, homens na cadeira?*” *Mulheres, economia informal e mudança cultural: estudo realizado na cidade de Maputo*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Furtado, Cláudio (2006), *O impacto da economia informal na redução da exclusão e da pobreza nos PALOP e suas interações com a Protecção Social. O caso de Cabo Verde*, relatório criado no âmbito do projecto *Protecção Social, Economia Informal e Exclusão Social nos PALOP*, versão provisória, Lisboa, CEA-ISCTE.
- Gallin, Dan (2001), “Propositions on Trade Unions and Informal Employment in Times of Globalisation”, *Antipode*, 33, (3), pp. 531-549.
- Gallin, Dan (2011), “Organizing Informal Workers: Historical Overview”, comunicação apresentada no workshop *Organising Informal Workers: Building & Strengthening Membership-Based Organisations*, organizado por Wiego, 3-5 Março 2011, Bangkok.
- George, Alexander L. e Andrew Bennett (2005), *Case Studies and Theory Development in the Social Sciences*, Cambridge, MIT Press.

- Gomes, Patrícia (2008), “As mulheres do sector informal. Experiências da Guiné-Bissau”, comunicação apresentada no VI Congresso de Estudos Africanos no Mundo Ibérico *África, puentes, conexiones e intercambios*, Universidade de Gran Canaria, 7-9 Maio 2008, Gran Canaria.
- Grassi, Marzia (2003), *Rabidantes. Comércio Espontâneo Transnacional em Cabo Verde*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais e Spleen Edições.
- Grassi, Marzia e Iolanda Évora (org.) (2007), *Género e Migrações Cabo-Verdianas*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Grenha, Pedro e Virgínia Fróis (s.d.), *Olaria de Trás di Munti*, (Online).  
Disponível em: <http://grenhaportfolio.files.wordpress.com/2010/06/olariatradicionaltrasdimunti.pdf>.
- Hart, Keith (1970), “Small-scale Entrepreneurs in Ghana and Development Planning”, *Journal of Modern African Studies*, 6, pp. 104-120.
- Hart, Keith (1973), “Informal Income Opportunities and Urban Employment in Ghana”, *Journal of Modern African Studies*, 11(01), pp. 61-89.
- Henning, Peter.H. (1974), *The Popular Sector: a Framework for the Analysis of Urban Employment Problems in Kenya*, working paper, IDS/WP.140, Nairobi, Institute for Development Studies, University of Nairobi.
- Horn, Pat; Bonner, Chris; Jones, Elaine (2008), “Lessons from practical experiences of organizing workers in the informal economy in Africa, Asia, Latin América and beyond: the world of work, livelihoods and socially and environmentally sustainable development”, comunicação apresentada na GLU Conference *Global Development: Challenges for Union Strategies*, 28-29 de Abril de 2008, Campinas.
- Instituto da Investigação e do Património Culturais (2007), *Museu Etnográfico da Praia. Catálogo da Exposição*, Praia, Imprensa Nacional de Cabo Verde (INCV).
- Instituto da Investigação e do Património Culturais (s.d.), *Museu de Arte Tradicional*, Mindelo, Gráfica do Mindelo.
- Instituto Nacional de Estatística (2004), *O Perfil da Pobreza em Cabo Verde. IDRF 2001/2002*, Praia, Instituto Nacional de Estatística – Gabinete do IDRF.
- Instituto Nacional de Estatística (2008), *Inquérito Anual às Empresas 2008*, Praia, Instituto Nacional de Estatística.
- Instituto Nacional de Estatística (2009), *Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-Estar. QUIBB-CV, 2007*, Praia, Instituto Nacional de Estatística.
- Instituto Nacional de Estatística (2010a), *Inquérito ao Emprego 2009. Considerações sobre a nova abordagem da medição do emprego em Cabo Verde*, Praia, Instituto Nacional de Estatística.
- Instituto Nacional de Estatística (2010b), *Relatório. Inquérito ao Sector Informal, 2009*, Praia, Instituto Nacional de Estatística.
- Keller, Paulo (2011), “Artesanato em Debate. Entrevista com Ricardo Lima”, *Revista Pós Ciências Sociais*, 8 (15), pp.187 – 210.
- Lima, António Germano (2001), “A morna: síntese da espiritualidade do povo cabo-verdiano”, *Africana*, 6, pp. 239-267.
- Lima, Mesquitela (1992), *A poética de Sérgio Frusoni. Uma leitura antropológica*, Lisboa, Ministério da Educação, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Praia, Instituto Caboverdiano do Livro e Disco.

- Lindell, Ilda (2008), "Building alinaces between formal and informal workers: Experiences from Africa", em: Andreas Bieler, Ingemar Lindberg e Devan Pillay (eds.) *Labour and the Challenges of Globalization*, London: Pluto Press.
- Lindell, Ilda (ed.) (2010), *Africa's Informal Workers. Collective agency, transnational organizing and urban Africa*, Uppsala, The Nordic Africa Institute, London, Zed Books.
- Lofland, John, David A. Snow, Leon Anderson, Lyn H. Lofland (2006), *Analyzing Social Settings. A Guide to Qualitative Observation and Analysis*, Belmont, Wadsworth.
- Lopes, Baltasar (2008), *Chiquinho*, Lisboa, Livros Cotovia.
- Lopes, Carlos M. (2007), "Processos de organização na economia informal: estudo de caso sobre o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Informal (STCI) em Luanda", comunicação apresentada no colóquio *Informalising Economies and New Organising Strategies in Africa*, Nordic Africa Institute, 20-22 de Abril de 2007, Uppsala.
- Lopes, Carlos M. (2008), "Economia informal e processos de organização", *Janus*, 11, pp. 134-135.
- Lopes, Carlos M. (2010), "Dinâmicas do associativismo na economia informal: os transportes de passageiros em Angola", *Análise Social*, vol. XLV (195), pp. 367-391.
- Lopes, Carlos M. (2011), *Candongueiros e Kupapatas. Acumulação, Risco e Sobrevivência na Economia Informal em Angola*, Cascais, Príncipia.
- Lopes, Carlos M. et al (2007), "Economia de Luanda e Maputo: olhares cruzados", em Jochen Oppenheimer e Isabel Raposo (orgs.), *Subúrbios de Luanda e Maputo*, Lisboa, Edições Colibri.
- Lopes, Leão (1983), "Olaria Caboverdiana. Que futuro?", *Ponto e Vírgula*, 2, pp.13-15.
- Lourenço-Lindell, Ilda (2007), "The 'Glocal' strategies of urban informal workers: The multi-scalar agency of organised vendors in Maputo", comunicação apresentada no colóquio *Informalising Economies and New Organising Strategies in Africa*, Nordic Africa Institute , 20-22 de Abril de 2007, Uppsala.
- Macharia, Kinuthia (2007), "Jua Kali Associations: Whom do they serve and what should be their role in the future growth of the informal economy?", comunicação apresentada no colóquio *Informalising Economies and New Organizing Strategies in Africa*, Nordic Africa Institute, 20-22 de Abril de 2007, Uppsala.
- Marçal, Artur Jorge Lima (2012), *A tradição de Olearia em Fonte Lima*, Dissertação de Mestrado em Educação Artística, Viana do Castelo, Instituto Politécnico.
- Martins, António Fernandes (2011), *Legislação sobre a defesa do património em Cabo Verde (1975-2005)*, Dissertação de Mestrado em Património e Desenvolvimento, Praia, Universidade de Cabo Verde.
- Matos, Pedro e Luís Neves (2012), "Albertino Silva. O associativismo é fundamental para o futuro de artesanato nacional", *Nós Genti*, 2, pp. 130-133.
- Matos, Pedro e Luís Neves (2012), "Centro Nacional de Artesanato e Design. Estimular o empreendedorismo dos artesãos nacionais", *Nós Genti*, 2, pp. 122-126.
- Meagher, Kate (2007), "The Politics of Vulnerability: Exit, Voice and Capture in Three Nigerian Informal Manufacturing Clusters", comunicação apresentada no Colóquio *Informalising Economies and New Organizing Strategies*, Nordic Africa Institute, 20-22 de Abril de 2007, Uppsala.
- Medeiros, Carlos Laranjo e Rui Pena (2001) (orgs.), *Microempresas. Artes e Ofícios Tradicionais e Microempresas Comerciais*, Lisboa, Livros e Leituras.

- Medina, Lia (2009), *Evolução Demográfica da Ilha de São Vicente. Do Descobrimento a 1950*, Dissertação do Mestrado em Demografia e Sociologia da População, Lisboa, ISCTE-IUL.
- Mendes, Pedro Rosa e Alain Corbel (2002), *Ilhas de Fogo*, Lisboa, Associação para a Cooperação entre os Povos.
- Ministério da Cultura (2011), *PLEI-Cultura. Plano estratégico intersectorial da Cultura*, Praia, Ministério da Cultura.
- Ministério da Qualificação e Emprego (2008), *Estudo/Diagnóstico sobre o mercado de emprego em Cabo Verde*, Praia, Ministério da Qualificação e Emprego.
- Ministério das Finanças e Administração Pública (2008), *Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza - II*, Praia, Ministério das Finanças e Administração Pública, Direcção Geral do Planeamento.
- Ministério das Finanças e do Planeamento (2004), *Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP)*, Praia, Ministério das Finanças e do Planeamento.
- Ministério das Relações Exteriores e Nações Unidas Cabo Verde (2012), *Quadro das Nações Unidas para a Assistência ao Desenvolvimento 2012-2016*. Disponível em: [http://www.un.cv/files/UNDAF%20Cabo%20Verde%202012\\_2016.pdf](http://www.un.cv/files/UNDAF%20Cabo%20Verde%202012_2016.pdf).
- Miranda, Nuno de (1968), "O arquipélago de Cabo Verde", em Fernando Lima de Castro Pires (org.), *A Arte Popular em Portugal. Ilhas Adjacentes e Ultramar*, v. 1, Lisboa, Verbo.
- Monteiro, Gizela Gomes (2008), *Empowerment – uma estratégia de luta contra a pobreza e a exclusão social em Cabo Verde – o caso de Lajedos*, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais: Análise e Gestão, Lisboa, ISCTE.
- Nzatzuzola, João Baptista Lukombo (2006), "O sector informal e iniciativas microempresariais em Angola" em João Mosca e Julien Zanzala (orgs.), *Economia dos PALOP. Seminário Internacional sobre a Economia dos PALOP*, Lisboa, Instituto Piaget, pp. 61-68.
- OIT (1972), *Employment, incomes and equality. A strategy for increasing productive employment in Kenya*, Geneve, International Labour Office.
- OIT (1991), *The Dilemma of the Informal Sector*, report of the Director General, 78<sup>th</sup> International Labour Conference, Geneve, International Labour Office.
- OIT (1999a), *Report of Director General Decent Work*, 87<sup>th</sup> International Labour Conference, Geneva.
- OIT (1999b), "Conclusions and recommendations", *International Symposium on Trade Unions and the Informal Sector*, Geneva, 18-22 October 1999.
- OIT (2002a), *Decent work and the informal economy*, Report VI, 90<sup>th</sup> International Labour Conference, Geneva, International Labour Office.
- OIT (2002b), *Segurança Social: Um novo consenso*, versão portuguesa, Lisboa, Departamento de Cooperação do Ministério da Segurança Social e do Trabalho de Portugal.
- OIT (2005), *A OIT e a Economia Informal*, Lisboa, Organização Internacional de Trabalho.
- OIT (2007a), *For debate and guidance. The informal economy*, relatório de Governing Body Committee on Economic and Social Policy, GB.298/ESP/4, Geneva, International Labour Office.
- OIT (2007b), *The informal economy: enabling transition to formalization*, Tripartite Interregional Symposium on the Informal Economy, Geneva, International Labour Office.
- OIT (2008), *Apprenticeship in the informal economy in Africa*, Workshop report Geneva, 3-4 May 2007, Geneva, International Labour Office, Employment Sector.

- OIT (2009), *The informal economy in Africa. Promoting transition to formality: Challenges and strategies*, Geneva, International Labour Office, Employment Sector and Social Protection Sector.
- OIT (2012), *Decent Work Indicators in Africa. A first assessment based on national sources*, Geneva, International Labour Organization.
- Organização Mundial de Comércio (2007), *Relatório do Grupo de Trabalho sobre a Adesão de Cabo Verde à Organização Mundial de Comércio*, WT/ACC/CPV/30. Disponível em: [http://www.governo.cv/documents/Adesao\\_OMC.pdf](http://www.governo.cv/documents/Adesao_OMC.pdf).
- Pena, Hernán, Fábio Durán Valverde, Jacqueline Castillo Rivas (2012), *A cobertura contributiva do INPS de Cabo Verde: Análise e recomendações*, OIT e STEP Portugal.
- Quivy, Raymond e Luc van Campenhoudt (1992), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Reis, Vítor Manuel Vaia dos (2000), *Principais estratégias de desenvolvimento em confronto na República de Cabo Verde após a Independência*, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Social e Económico em África: Análise e Gestão, Lisboa, ISCTE-IUL.
- República de Cabo Verde (ed.) (1984), *Linhas Gerais da História do Desenvolvimento Urbano da Cidade do Mindelo*, Praia, Ministério da Economia e das Finanças, Fundo de Desenvolvimento Nacional.
- Rogel, Guillermo (coord.) (2006), *Forces for Change. Informal economy organisations in Africa*, London, War or Want, The Workers Education Association of Zambia, The Alliance for Zambia Informal Economy Associations.
- Schlyter, Charlotta (2002), *International Labour Standards and the Informal Sector : Developments and Dilemmas*, working paper on Informal Economy, 3, Geneve, Employment Sector, International Labour Office.
- Silva, António Leão Correia e (2005), *Nos Tempos do Porto Grande do Mindelo*, 2ª edição, Praia-Mindelo, Centro Cultural Português.
- Stake, Robert E. (1978), "The Case Study Method in Social Inquiry", *Educational Researcher*, VII, 2, pp. 5-8.
- Stake, Robert E. (2000), "Case Studies", em Norman K. Denzin e Yvonna S. Lincoln (ed.), *Handbook of Qualitative Research*, pp. 435-454, Thousand Oaks, Sage.
- Stake, Robert E. (2007), *Arte de Investigação com Estudos de Caso*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- UNDP (2011), *Human Development Report 2011. Sustainability and Equity: A Better Future for All*, New York, United Nations Development Programme.
- UNTC-CS, Fundação Paz e Solidariedade, Serafin Aliaga (2011), "Mercado de trabalho, informalidade e contratação a prazo em Cabo Verde", relatório disponibilizado pela UNTC-CS, policopiado
- Venâncio, José Carlos e José Pedro Silva (2010), "Especificidades da arte cabo-verdiana: Manuel Figueira: de artista nacional em Cabo Verde a artista outsider em Portugal", *Aurora*, (Online) 8. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/3868>.
- Yin, Robert K. (2009), *Case Study Research. Design and Methods*, Thousand Oaks, Sage.

## Recortes de Imprensa<sup>109</sup>

*A Nação*, “Vendedores da Praia já têm Associação”, 05/04/13.

*A Nação*, “Turismo comunitário no Mindelo: Jovens levam turistas a conhecerem Ribeira Bote”, 03/02/13.

*A Nação*, “Economias criativas e seu potencial em debate na Praia”, 10/11/12.

*A Nação*, “Inscrições abertas para o II Fórum do Artesanato”, 27/10/12.

*A Nação*, “Ministro Mário Lúcio Sousa: A comunidade artística está comigo”, 22/04/12.

*A Nação*, “Mário Lúcio propõe soluções para artesanato”, 13/11/11.

*A Nação*, “Sicultura reúne intermitentes culturais na Web”, 24/08/11.

*A Semana*, “Artesãos da Ribeira Brava com loja para expor os seus produtos”, 21/03/13.

*A Semana*, “AJEC e ADEI apresentam *Empreendedorismo no Feminino*”, 25/02/13.

*A Semana*, “Turismo comunitário no Mindelo: Jovens levam turistas a conhecerem Ribeira Bote”, 03/02/13.

*A Semana*, “Desemprego no mundo vai atingir 202 milhões de pessoas em 2013”, 23/01/13.

*A Semana*, “Santo Antão: Quse três mil turistas desembarcaram em navios cruzeiros durante 2012”, 13/01/13.

*A Semana*, “Fonartes 2013 terá carácter internacional”, 18/11/12.

*A Semana*, “Aberta a II edição do Fórum Nacional de Artesanato”, 14/11/12.

*A Semana*, “Mindelo acolhe II edição do Fórum Nacional de Artes”, 13/11/12.

*A Semana*, “ADEI firma parceria com OMCV”, 10/09/12.

*A Semana*, “Banco da Cultura terá fundo de garantia para indústrias criativas”, 21/07/12.

*A Semana*, “Artesãos de São Vicente criam associação”, 07/06/12.

*A Semana*, “Comissão de Mulheres Sindicalistas da UNTC-CS realiza atelier”, 12/04/12.

*A Semana*, “Fórum Nacional de Artesanato procura novas abordagens para o sector”, 10/11/11.

*A Semana*, “Novo Banco e Correios de Cabo Verde intensificam relações”, 6/09/11.

*A Semana*, “Banco da Cultura: A nova Cara do FAAC”, 10/07/11.

*A Semana*, “MC inaugura Banco da Cultura”, 27/06/11.

*A Semana*, “INE revela: 32 mil cabo-verdianos vivem da economia informal”, 28/10/10.

*A Semana*, “Agência portuguesa prepara Sistema de Garantia Mútua em Cabo Verde para apoiar as empresas”, 26/02/10.

*Artilheta*, “2010-2011 em duas perguntas. O que pensa da situação cultural em São Vicente durante 2010? Espera um 2011 com novidades?”, N°108, Dezembro/Janeiro 2011.

*Expresso das Ilhas*, “Taxa de desemprego: critérios contam”, 30/03/13.

*Expresso das Ilhas*, “ADEI prepara instalação de gabinete empreendedor na Ilha do Maio”, 25/03/13.

*Expresso das Ilhas*, “Augusto Neves aposta na melhoria da qualidade de vida da população de São Vicente”, 24/03/13.

---

<sup>109</sup> A maioria dos artigos provem das edições digitais dos jornais, disponíveis em:

[http://www.alfa.cv/anacao\\_online/index.php](http://www.alfa.cv/anacao_online/index.php), <http://www.asemana.publ.cv/>,  
<http://www.expressodasilhas.sapo.cv/>.

*Expresso das Ilhas*, “Artesãos da Ribeira Brava ganham loja de exposição no centro da cidade”, 20/03/13.

*Expresso das Ilhas*, “Artesãos criam Kapitalart para valorizar a produção artesanal”, 19/03/13.

*Expresso das Ilhas*, “Abrir uma empresa em Cabo Verde custa 1 escudo”, 15/03/13.

*Expresso das Ilhas*, “São Nicolau: Atelier de Artesanato para desenvolver o turismo”, 14/03/13.

*Expresso das Ilhas*, “Santo Antão: Pescadores prtonovenses querem delegação do Novo Banco na Ilha”, 18/12/12.

*Expresso das Ilhas*, “O meu sonho é que a cultura seja um discurso de Estado”, 30/11/12.

*Expresso das Ilhas*, “Protocolo entre Banco da Cultura e BIDC facilita financiamento a projectos culturais”, 19/11/12.

*Expresso das Ilhas*, “OMCV aposta no empoderamento económico da mulher através de micro-crédito”, 01/11/12.

*Expresso das Ilhas*, “Artesanato cabo-verdiano terá selo de qualidade e um mercado próprio”, 14/11/11.

*Expresso das Ilhas*, “Novo Banco aposta na ampliação da actuação e expansão em todas as ilhas”, 11/10/11.

*Expresso das Ilhas*, “Reportagem: Mãe(s), Coragem e Microcrédito”, 26/03/11.

*Expresso das Ilhas*, “Novo Banco abre esta semana em Cabo Verde”, 4/10/10.

## **Sites regularmente consultados**

African Economic Outlook <http://www.africaneconomicoutlook.org/>  
Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação, ADEI <http://www.adei.cv/>  
Banco de Cabo Verde <http://www.bcv.cv/>  
Binókulu <http://www.binokulu.com/>  
Cabo Verde Directo <http://caboverdedirecto.com/>  
Embaixada de Cabo Verde em Lisboa <http://www.embcv.pt/>  
Enapor - Portos de Cabo Verde <http://www.enapor.cv>  
Governo de Cabo Verde <http://www.governo.cv/>  
Infopress, Agência Cabo-verdiana de Notícias <http://www.inforpress.publ.cv/>  
Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade do Género, ICIEG <http://www.icieg.cv/>  
Instituto Nacional de Estatística, INE <http://www.ine.cv/>  
Instituto Nacional de Previdência Social, INPS <http://www.inps.cv/>  
International Labour Organization, ILO <http://www.ilo.org/>  
Notícias do Norte <http://noticiasdonorte.publ.cv/>  
Novo Banco <http://www.novobanco.cv/>  
Porton di nos Ilha <https://portoncv.gov.cv/>  
Radiotelevisão Caboverdiana, RTC <http://www.rtc.cv/>  
Sapo Cabo Verde <http://www.sapo.cv/>  
Sapo Notícias Cabo Verde <http://noticias.sapo.cv/>  
Self Employed Women's Association, SEWA <http://www.sewa.org/>  
StreetNet International <http://www.streetnet.org.za/>  
União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde – Central Sindical, UNTC-CS <http://www.untc-cs.cv/>  
Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing, WIEGO <http://wiego.org/>  
World Bank <http://www.worldbank.org/>

Listagem das entrevistas realizadas

Número da entrevista	Ocupação/cargo do(a) entrevistado(a)	Instituição/Associação/ Não Associado	Data da entrevista	Observações
1	Artesã	<i>Camim</i>	Set-12	
2	Artesã	<i>Camim</i>	Set-12	
3	Artesã	<i>Camim</i>	Set-12	
4	Artesão	<i>Camim</i>	Set-12	
5	Artesã	<i>Camim</i>	Set-12	
6	Artesã	Não associada	Set-12	
7	Artesã	<i>Camim</i>	Out-12	
8	Artesã	<i>Camim</i>	Out-12	
9	Artesã	Não associada	Out-12	
10	Artesão	Não associado	Out-12	
11	Artesã	<i>Camim</i>	Out-12	
12	Artesão	Não associado	Out-12	
13	Artesão	<i>Camim</i>	Out-12	
14	Artesão	<i>Acart</i>	Out-12	
15	Artesã	<i>Camim</i>	Out-12	
16	Artesã, Presidente da Associação	<i>Camim</i>	Set-12	
17	Artesã, Presidente da Associação	<i>Camim</i>	Out-12	
18	Reitor da M_EIA, realizador, escritor, fundador do Atelier Mar	M_EIA, Atelier Mar	Set-12	
19	Antropóloga	CNAD	Out-12	
20	Vereador da cultura	Câmara Municipal de São Vicente	Out-12	
21	Director	CNAD	Out-12	
22	Técnica de ADEI	ADEI	Out-12	
23	Artesão	Não associado	Out-12	
24	Artesã	Não associada	Out-12	Entrevista não gravada
25	Artesã	<i>Acart</i>	Out-12	Entrevista não gravada
I	Artesãos	Cadeia Municipal de São Vicente	Out-12	Entrevista com 3 artesãos
II	Artesãos	Cadeia Municipal de São Vicente	Out-12	Entrevista colectiva na Oficina
III	Artesãos	Cadeia Municipal de São Vicente	Out-12	Entrevista colectiva na Oficina

## **ANEXOS**

**Fotos da autora**

## **ANEXO 1.1**

### **Documento 1. Plano de Actividade 2012/2013 da Associação de Artesãos de Mindelo CAMIN**

#### **A.A CAMIN**

#### **Plano de Actividades 2012/2013**

### **INTRODUÇÃO**

O plano de actividades que se apresenta pretende estabelecer um programa de acção a desenvolver pelo CAMIN no horizonte que abrange o período decorrente de 2012 á 2013, contando com dificuldades que eventualmente ocorram derivadas da situação económico-social que se enfrenta no país.

A nível Associativo a capacidade de executar ainda é penalizada pela reduzida estrutura disponível e a situação económica dos potenciais aquisitores pode não facilitar a concretização dos objectivos que desejaríamos serem promissores.

Até a data temos desenvolvido actividades avulsas tendentes a dar a conhecer o colectivo da nossa Associação e a potencialidade dos seus integrantes nas mais diversas áreas que caracterizam toda a nossa criatividade e capacidade artesã.

### **ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO**

Quadro estratégico, Programático e Operacional

O CAMIN assenta a sua estratégia para este plano de actividades, em torno de domínios fundamentais tais como:

- 1 – Fidelização dos Membros Associativos e sua integração no colectivo dos Artesãos concordando com os Estatutos e regulamento interno da Associação.
- 2 – Promoção da actividade Artesã de modo a resultar em contra partidas económico-sociais benéficas aos seus agentes e criadores.
- 3 – Confirmar o Estatuto de entidade representativa da classe e de parceria junto de potenciais consumidores, organismos e instituições.

### **PLANO DE INTERVENÇÃO**

A nossa intervenção procura valorizar em termos de recursos humanos todo o corpo Associativo mediante a programação e realização de acções formativas sem as quais não se poderá garantir a qualificação artística, a formação profissional e o empreendedorismo dos associados.

Ao longo de 2012/13 realizar-se-ão actividades formativas e de promoção e venda dos mais diversos produtos e artigos confeccionados pelos Artesãos Associados, nomeadamente mediante realização de feiras individuais ou colectivas que sejam homologadas pela Associação e por ela autorizadas.

Em assim sendo propõe-se:

### **1 – Formação**

- Parcerias com: M\_EIA, IEFP, ADEI, UNICV, CNAD, Ministério de Cultura, Pelouros Municipais, Centro Culturais, ONG'S e outras Instituições e organizações oficiais para a prossecução dos fins em vista.
- Estágios e intercâmbios.
- Angariações de meios ou patrocínios para financiamento dos programas formativos mediante recursos ao Mecenato.

### **2 – Económica**

- Feiras, vendas e exposições dos produtos com especial atenção a datas ligadas com o dia do Artesão / 19 de Março e outras.
- Feira de verão meados de Julho à Agosto.
- Campanha de vendas Natal/Fim-de-Ano
- Venda á Agentes turísticos e organizações promotores ou realizadoras de Eventos.

### **3 – Social**

- Credenciação dos Artesãos mediante atribuição de cartões de sócios
- Acordo para integração no esquema de Previdência Social.
- Negociação de programas de obtenção de benefícios económico-sociais para os associados (INPS, redução de custos com Assistência médica, adesão a esquemas mutuárias de Saúde e auxílio mútuo)

### **4 – Relações Institucionais**

- Intercâmbios e parcerias com associações congéneres, Nacionais e Internacionais.

**ANEXO 1.2**

**Documento 2. Ficha de Inscrição de Sócio da Associação CAMIN**

**Associação de Artesãos de Mindelo /CAMIN**  
Centro Nacional de Artesanato e Design  
Mindelo-S. Vicente  
República de Cabo Verde

FOTO

**Ficha de Inscrição de Sócio n.º** \_\_\_\_\_

Nome Completo \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_ Código Postal \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

Concelho \_\_\_\_\_ E-mail \_\_\_\_\_

Telefone \_\_\_\_\_ Telemóvel \_\_\_\_\_

Data de Nascimento \_\_\_\_\_ NIF \_\_\_\_\_

Habilitações Literárias \_\_\_\_\_

Que tipo de peças produz? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Situação Profissional \_\_\_\_\_

Exerce actividade artesanal como actividade principal? – Sim \_\_\_ Não \_\_\_  
Se respondeu Não, diga qual é a sua actividade principal \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Está inscrito (a) em Associação similar? – Sim \_\_\_ Não \_\_\_  
Se Sim em qual? \_\_\_\_\_

Está abrangido (a) pelo esquema de segurança social? – Sim \_\_\_ Não \_\_\_  
Se não gostaria de ser admitido? – Sim \_\_\_ Não \_\_\_

Assinatura  
\_\_\_\_\_

A preencher pela Direcção

Admissão em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_      Acta nº \_\_\_\_\_

A Direcção

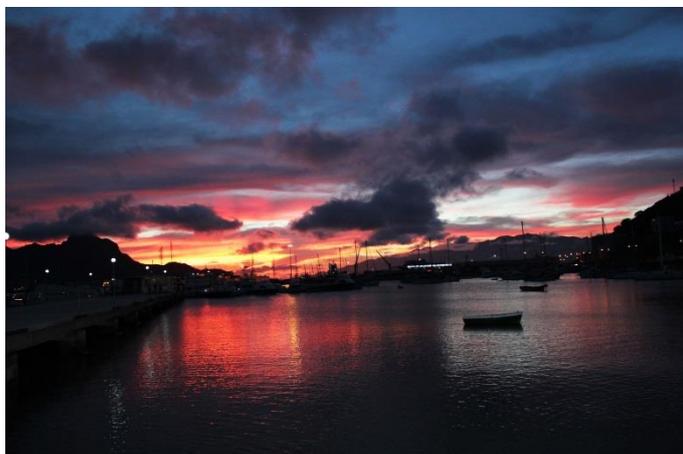
## ANEXO 2.1

### Lugar. A Ilha e o Mar



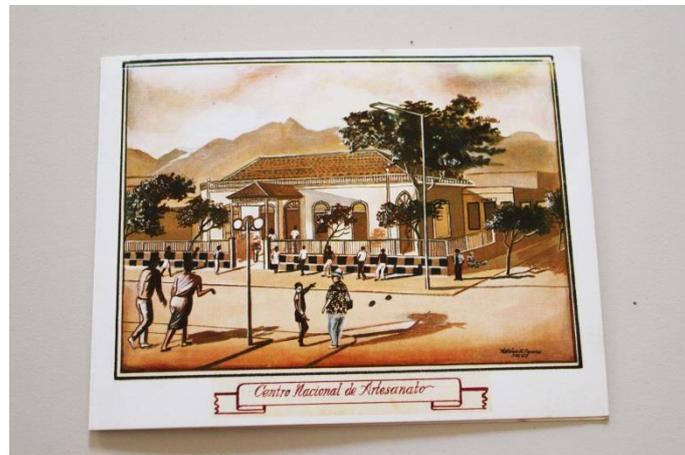
## ANEXO 2.2

### Lugar. Cidade do Mindelo



## ANEXO 2.3

### Lugar. Centro Nacional de Artesanato e Design



Postal com a cópia do quadro de António M. Firmino, 1993. Arquivo CNAD.



## ANEXO 3.1

### Pessoas. Os artesãos da Associação CAMIN



**ANEXO 3.1**

**Pessoas. Os artesãos da Associação CAMIN**



**ANEXO 3.2**

**Pessoas. Os artesãos de São Vicente**



**ANEXO 3.2**

**Pessoas. Os artesãos de São Vicente**



## ANEXO 4.1

### Actividades. Feira de Artesanato no CNAD



**ANEXO 4.2**

**Actividades. Mostra de artesanato e dança para turistas na Pont d'Água**



**ANEXO 4.3**

**Actividades. Noite cultural da Associação CAMIN na Pont d'Água**



## ANEXO 4.4

### Actividades. Aula de “reciclagem” na escola primária



## ANEXO 5.1

### Artesanato. Trabalhos dos artesãos de São Vicente



## ANEXO 5.1

### Artesanato. Trabalhos dos artesãos de São Vicente



**ANEXO 5.2**  
**Artesanato. "Reciclagem"**



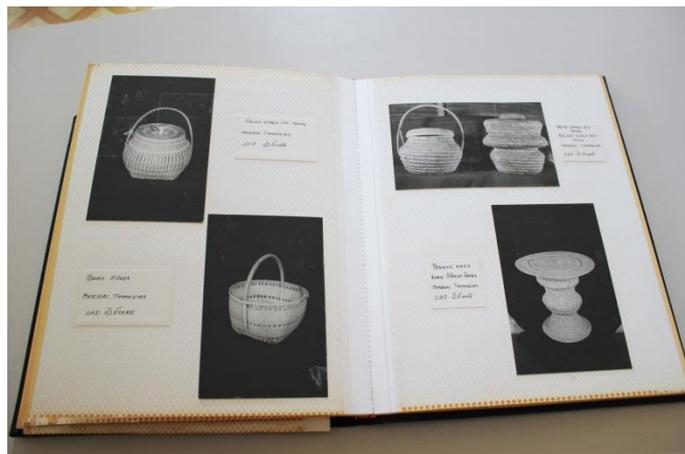
### ANEXO 5.3

#### Artesanato. Trabalhos dos artesãos da Oficina da Cadeia Municipal de São Vicente



**ANEXO 5.4**

**Artesanato. Archivo CNAD**



## **Curriculum Vitae**

### **Magdalena Bialoborska**

[magdabi@gmail.com](mailto:magdabi@gmail.com)

Nasceu em Torun/Polónia.

Reside em Lisboa desde Setembro 2001.

### **Formação**

- 2011-2013 Mestrado em Estudos Africanos, Ramo Estado e Política; ISCTE-IUL  
Antropologia de África; Sociologia de África; Economia de África; Teorias e Políticas de  
Desenvolvimentos; Métodos de Investigação em Ciências Sociais; Estado e Política em África,  
História de África; Globalização e Relações Internacionais; Cooperação Internacional em, Pesquisa  
de Terreno.

- 1998 – 2001: Licenciatura em Antropologia; Universidade de Varsóvia  
Introdução à etnologia; História de Etnologia; Etnologia do Mundo – Ásia, África, América; Etnografia  
regional da Polónia, Etnologia da Europa; Cultura Material; Cultura Social; Cultura Espiritual;  
Introdução à Arte Popular; Bíblia Popular; Cultura das minorias nacionais, étnicas e religiosas;  
Problemas étnicos contemporâneos; Antropologia contemporânea; Escultura Africana; Conflitos  
Contemporâneos em África; Metodologia de Pesquisa de Terreno; Laboratório etnográfico; Pesquisa  
de terreno (4 meses); Estágio no Museu de Etnografia em Torun.  
Avaliação final: muito bom (20 valores).

- 1987 – 1999: Conservatório de Música em Torun  
Instrumento Principal no 2.º Ciclo: Flauta Transversal, Instrumento Principal no 1.º Ciclo: Piano;  
História da Música, Teoria da Música, Formação Auditiva, Harmonia, Rítmica, Formas Musicais,  
Análise Musical, Literatura Musical, Orquestra.

### **Experiência profissional**

- desde Jan 2012: bolsa de investigação no Projecto “Organizações e Representação na  
Economia Informal nos PALOP: experiências e perspectivas” (REF: TDC/AFR/113992/2009)  
coordenado por Professor Doutor Carlos M. Lopes,
- 2002 – 2012: coordenadora da Escola 1001Danças, responsável pela produção, gestão,  
marketing e contabilidade; produção de concertos e eventos de dança,
- 1996 – 2001: professora de Inglês e intérprete.

## **Outras experiências profissionais**

- trabalho de terreno:

\* Cabo Verde: Set-Out 2012

sobre os processos de organização na economia informal; sobre artesanato sãovicentino; sobre os artesãos como trabalhadores informais; sobre as dinâmicas associativas entre os artesãos; sobre a vida cultural da cidade considerada como a capital cultural de Cabo Verde,

\* Ucrânia: Mar 2001, Mar, Out 2000, Nov 1999

sobre a religião tradicional dos habitantes das aldeias ucranianas na zona de Grodek Podolski; sobre a identidade cultural e religiosa dos habitantes da zona; recolha dos materiais para o trabalho "A presença dos antepassados nas festividades religiosas anuais dos Católicos e Ortodoxos".

- apresentações nas conferências:

\* Encontro de Mestrados em Estudos Africanos, EMEA2012, Lisboa, ISCTE-IUL, Out 2012,

\* Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: Percursos do Saber e da Ciência, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, Jun 2013.

- organização de conferências:

\* Encontro de Mestrados e Doutorandos em Estudos Africanos EMDEA2013, ISCTE-IUL, Nov 2013

\* Encontro de Mestrados em Estudos Africanos EMEA2012, ISCTE-IUL, Out 2012

- colaboração na organização

\* ECAS 2013, European Congress of African Studies, ISCTE-IUL, Jun 2013, programação e produção: programa musical

\* Conferência Fronteiras e Identidades em África, ISCTE-IUL, Dez 2012: design, booklet, divulgação.

- na área de dança:

\* autora do projecto *Danças* ([www.dancas.pt](http://www.dancas.pt))

\* responsável pela área de dança no Clube B.Leza

\* autora do evento **\*\*danças no b.leza\*\***

\* criação do projecto dedicado à Mazurca Cabo-verdiana e participação no festival *Todas as Mazurcas de Mundo* em Varsóvia, Abril 2010

**Línguas**

Polaco (língua materna)

Português (utilizador experiente)

Inglês (utilizador experiente)

Crioulo cabo-verdiano (compreensão oral e de leitura)

Francês (compreensão razoável de leitura)

Castelhano (compreensão razoável de leitura)